



**MCE** PAULA FRASSINETTI  
MESTRADO EM CIÊNCIAS  
DA EDUCAÇÃO  
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Mestrado em Ciências da Educação  
Área de Especialização em Educação Especial

**Qualidade de Vida de Adolescentes**  
**Um estudo no 3.º Ciclo do Ensino Básico**  
**(PAQPIEF)**

Rosa Maria Carvalho Dinis

Porto, março de 2014



**MCE** PAULA FRASSINETTI  
MESTRADO EM CIÊNCIAS  
DA EDUCAÇÃO  
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Mestrado em Ciências da Educação  
Área de Especialização em Educação Especial

**Qualidade de Vida de Adolescentes**  
**Um estudo no 3.º Ciclo do Ensino Básico**  
**(PAQPIEF)**

Rosa Maria Carvalho Dinis

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti  
com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Área  
de Especialização em de Educação Especial sob a orientação do  
Professor Doutor Júlio Emílio Pereira de Sousa.

Porto, março de 2014

“Felicidade”  
Facto motivador que  
Eleva nossa qualidade de vida e nos  
Leva a um estado  
Inexplicável de bem estar  
Com tudo ao nosso redor  
Intrigante sentimento...  
Desejamos ter por toda a vida  
Assim a buscamos dia a dia, mas  
Depois percebemos que  
Ela está nas coisas mais simples da vida...

Claudemilson

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes da minha vida, aos meus pais Almiro e Ângela, aos meus irmãos e ao meu marido Orlando.

## RESUMO

O conceito de qualidade de vida é um constructo moderno e uma preocupação antiga, uma vez que a ideia de se viver com qualidade já era preocupação na antiguidade.

O interesse acerca deste conceito surgiu pelo facto de a investigadora, enquanto Técnica de Intervenção Local, incumbida de avaliar, orientar e acompanhar um grupo/turma PIEF ter constatado que estes adolescentes possuem características próprias, como o abandono escolar, o insucesso e o absentismo, para além de na maior parte das vezes fazerem parte de famílias desestruturadas e com condições socioeconómicas desfavoráveis.

Partindo destas inquietações, a nossa investigação cimentou-se na seguinte pergunta de partida: **Como percecionam os adolescentes do 3º ciclo do Ensino Básico a sua Qualidade de Vida?** Assumindo como objetivo primordial o de identificar, analisar e avaliar a perceção da qualidade de vida global e dimensional dos adolescentes integrados no PAQPIEF do 3º ciclo de ensino básico de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves.

A análise dos resultados obtidos permitiu-nos concluir que os adolescentes revelam Qualidade de Vida Bastante Satisfatória a todos os fatores/dimensões: Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade, Relações Interpessoais, Desenvolvimento Pessoal, Bem-estar Físico, Autodeterminação e Bem-estar Material. Sendo que é nos fatores/dimensões Autodeterminação e Integração e Presença na Comunidade em que expressaram Perceção de Qualidade de Vida Menos Satisfatória.

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida, Adolescentes e PIEF.

## **ABSTRACT**

The concept of quality of life is a modern construct and an old preoccupation as the idea of living with quality was already a concern in antiquity.

The interest in this concept has arisen because the investigator, being a Local Intervention Technician whose work is to guide and accompany a group/class PIEF, has perceived that these adolescents have specific particularities, such as school dropout, absenteeism and school failure. In addition, they belong mostly to unstructured families with bad socioeconomic conditions.

Based on these concerns, our investigation/ research work was focused on the following starting question: **How do adolescents from 3<sup>rd</sup> Cycle – Basic education perceive their quality of life?**

We assumed as the primordial objective to identify, analyse and value the perception of global and dimensional quality of life of the adolescents integrated in the PAQPIEF class of the 3<sup>rd</sup> cycle, in Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre and Chaves.

The analysis of the results has allowed us to conclude that the adolescents reveal a quite satisfactory quality of life in all factors/dimensions: Emotional Well-being, Integration and Presence in the Community, Interpersonal Relationships, Personal Development, Self-Determination and Material Well-being. We realized that it was in factors/dimensions like Self-Determination and Integration and Presence in the Community that they have expressed less satisfactory Perception of Quality of Life.

**Key words:** Quality of Life, Adolescents, PIEF.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Um agradecimento muito especial à minha família. À minha mãe e ao meu pai por serem os grandes impulsionadores da minha vida. Espero que esta etapa, que agora termina, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente me oferecem.

Ao meu marido Orlando por estar sempre presente, por me ouvir, me apoiar, me ajudar a vencer as barreiras e ser o meu suporte nos momentos de desânimo.

Ao Professor Júlio Sousa, meu orientador, por ter aceitado orientar esta Dissertação. Agradeço-lhe a orientação que me foi prestada.

À Professora Marília Costa pela amizade, pelo incentivo, pela disponibilidade, pelas suas sugestões e orientações.

A todos os adolescentes do PIEF, razão de todo este trabalho!

Aos meus colegas de trabalho, à Anabela Pinto, à Paula Alves e ao Jorge Fidalgo que acompanharam e colaboraram no preenchimento dos questionários.

Aos Diretores de Escolas e Encarregados de Educação que autorizaram a participação no estudo.

À professora Manuela Baptista pela preciosa ajuda na tradução do resumo.

Um obrigada muito sentido ao meu irmão Duarte, pelo apoio que me deu na reta final desta caminhada, quando o cansaço já era muito.

E a Ti meu Deus como eu te agradeço... só Tu sabes porquê!

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CEF – Cursos de Educação e Formação

CET – Cursos de Especialização Tecnológica

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção de crianças e Jovens em Risco

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

CQEP – Centros para a Qualificação e Ensino Profissional

ECR- Equipas de Coordenação Regional

EFA – Educação e Formação de Adultos

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE- Instituto Nacional de Estatística

ISS.IP- Instituto da Segurança Social, IP

MEC- Ministério da Educação e Ciência

MSESS – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

P.C.A. – Percursos Curriculares Alternativos

PAQPIEF – Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF

PEETI- Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PETI- Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PIEC- Programa para a Inclusão e Cidadania

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

PQVBS – Perceção de Qualidade de Vida Bastante Satisfatória

PQVPS - Perceção de Qualidade de Vida Pouco Satisfatória

PSEFI – Plano Sócio Educativo e Formativo Individual

QNQ – Quadro Nacional de Qualificação

RCT – Regulamentação do Código do Trabalho

RVCC- Reconhecimento Validação e Certificação de Competências

TIL- Técnico de Intervenção Local

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura



# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: SISTEMA EDUCATIVO</b> .....	<b>17</b>
1.1 - LEI DE BASES SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS .....	18
1.3 - ENSINO BÁSICO.....	22
1.3.1 - <i>Cursos de Educação e Formação – CEF</i> .....	26
1.3.2 - <i>Cursos Vocacionais</i> .....	29
1.3.2 - <i>Programa de Educação e Formação – PIEF</i> .....	31
1.4 - ENSINO SECUNDÁRIO .....	33
1.5 - ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO NÃO SUPERIOR .....	36
1.6 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	36
<b>CAPÍTULO 2: O PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF)</b> .....	<b>43</b>
2.1 - A MEDIDA PIEF - O NOVO PARADIGMA: PAQPIEF .....	47
2.1.1 - <i>Público-alvo do PIEF</i> .....	50
2.1.2 - <i>Metodologia de Intervenção do PIEF</i> .....	50
2.1.3 - <i>Fatores de risco</i> .....	51
2.1.4 - <i>Critérios de elegibilidade</i> .....	54
2.1.5 - <i>Especificidade dos Alunos PIEF</i> .....	60
2.2 - PERFIL DE COMPETÊNCIAS DO TÉCNICO DE INTERVENÇÃO LOCAL (TIL) .....	62
2.2.1 - <i>Atividades – Descrição</i> .....	64
2.2.2 - <i>Atividade Especializada</i> .....	68
2.3 - REDE DE PARCEIROS .....	69
<b>CAPÍTULO 3: QUALIDADE DE VIDA</b> .....	<b>73</b>
3.1. - O QUE SE ENTENDE POR QUALIDADE DE VIDA .....	74
3.2 - MODELOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: MODELO DE SCHALOCK E VERDUGO.....	77
3.3 - QUALIDADE DE VIDA NA ADOLESCÊNCIA .....	83
3.3.1 - <i>Definição e caracterização da Adolescência</i> .....	83
3.3.2 - <i>Fases da adolescência</i> .....	85

<b>PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>89</b>
4.1 - <i>Introdução à investigação - Delimitação do problema e objetivos de investigação.....</i>	89
4.2 - <i>Hipóteses - Questões de Investigação .....</i>	90
4.3 - <i>Caracterização da Amostra .....</i>	91
4.4 - <i>Opções Metodológicas .....</i>	95
<b>CAPÍTULO 5 - PROCEDIMENTOS NO TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>96</b>
5.1 - APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DO CCVA .....	96
5.1.1 - <i>Metodologia de Avaliação do CCVA.....</i>	97
5.1.2 - <i>Estrutura e descrição do CCVA.....</i>	98
5.2 - INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....	103
5.2.1- <i>Bem-estar Físico .....</i>	105
5.2.2 - <i>Autodeterminação .....</i>	106
5.2.3 - <i>Bem- estar Emocional .....</i>	107
5.2.4- <i>Bem-estar Material .....</i>	108
5.2.5 - <i>Desenvolvimento Pessoal .....</i>	110
5.2.6 - <i>Integração e Presença na Comunidade .....</i>	111
5.2.7 - <i>Relações Interpessoais .....</i>	113
5.2.8 - <i>Avaliação Global dos fatores/dimensões.....</i>	116
5.3 - LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	118
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>124</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	126
<b>ANEXOS .....</b>	<b>128</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Organização do Ensino Básico .....	22
<b>Quadro 2.</b> Tipologia de cursos e nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) .....	28
<b>Quadro 3.</b> Organização do Ensino Secundário .....	33
<b>Quadro 4.</b> Perfil de Competências do TIL .....	64
<b>Quadro 5.</b> Perfil de Competências do TIL (continuação).....	68
<b>Quadro 6.</b> Dimensões centrais da qualidade de vida .....	78
<b>Quadro 7.</b> Estrutura do CCVA - Cuestionário de Evaluación de la calidad de vida de Alumnos Adolescentes .....	98
<b>Quadro 8.</b> Controlo da Desejabilidade Social.....	100
<b>Quadro 9.</b> Controlo da Aquiescência.....	101

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Organização do Sistema Educativo .....	18
<b>Figura 2.</b> O PIEC e o PIEF - Organograma Funcional .....	46
<b>Figura 3.</b> Novo modelo organizativo do PIEF .....	47
<b>Figura 4.</b> Fluxograma Processual: da sinalização à intervenção.....	56
<b>Figura 5.</b> Modelo de Schalock e Verdugo (2003) .....	80

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Físico.....	105
<b>Tabela 2.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Autodeterminação .....	106
<b>Tabela 3.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Emocional .....	107
<b>Tabela 4.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Material .....	109
<b>Tabela 5.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal.....	110
<b>Tabela 6.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade.....	112
<b>Tabela 7.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Relações Interpessoais.....	113
<b>Tabela 8.</b> Avaliação Global de todas as dimensões a todos os itens .....	116

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Género dos adolescentes.....	92
<b>Gráfico 2.</b> Género dos Adolescentes por escola .....	92
<b>Gráfico 3.</b> Idade dos Adolescentes .....	93
<b>Gráfico 4.</b> Ano de escolaridade frequentado .....	93
<b>Gráfico 5.</b> Andas na escola porque .....	94

<b>Gráfico 6.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Físico.....	105
<b>Gráfico 7.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Autodeterminação .....	107
<b>Gráfico 8.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Emocional .....	108
<b>Gráfico 9.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Material .....	109
<b>Gráfico 10.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal.....	111
<b>Gráfico 11.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade.....	112
<b>Gráfico 12.</b> Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Relações Interpessoais.....	114
<b>Gráfico 13.</b> Avaliação Global de todas as dimensões a todos os itens .....	116

## ÍNDICE DE ANEXOS

<b>Anexo 1.</b> CCVA - Cuestionário de Evaluación de la calidad de Vida de Alumnos Adolescentes.....	i
<b>Anexo 2.</b> Autorização da Direcção Geral da Educação.....	xii
<b>Anexo 3.</b> Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação .....	xiii
<b>Anexo 4.</b> Pedido de Autorização aos Directores de Escola .....	xiv
<b>Anexo 5.</b> Tabelas dos 7 fatores/dimensões .....	xv

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação é fruto de um trabalho de investigação desenvolvido na área de especialização em Educação Especial, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação.

O tema desta investigação brotou da prática da nossa atividade profissional, enquanto Técnica de Intervenção Local (TIL), incumbida de avaliar, orientar e acompanhar os adolescentes do grupo/turma integrados no Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF (PAQPIEF), do Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto.

A motivação e inspiração para dar início a esta dissertação emergem de inquietações que surgem da nossa prática laboral.

Constitui objetivo principal do nosso estudo identificar, analisar e avaliar a perceção da Qualidade de Vida Global e Dimensional dos adolescentes integrados no PAQPIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Montalegre.

Optamos por definir esta delimitação da amostra, pelo facto de, enquanto investigadora, integrar o núcleo de trabalho do centro distrital da Segurança Social de Vila Real, o que facilita a aplicação e recolha da perceção dos adolescentes.

Procedemos de seguida à apresentação do modo como esta Dissertação está estruturada, encontrando-se dividida em duas partes essenciais.

Na primeira parte no capítulo 1 apresentamos o enquadramento teórico, em que fazemos uma abordagem ao sistema educativo português, no capítulo 2 procedemos à explicitação e enquadramento do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), no capítulo 3 à luz de vários autores da especialidade apresentamos diferentes modelos de avaliação de qualidade de

vida, elegendo para o nosso estudo, o modelo conceptual de avaliação de qualidade de vida de Schalock e Verdugo (2002, 2004).

Na segunda parte fazemos a apresentação global da nossa investigação. No capítulo 4 apresentamos a questão de partida, os objetivos desta investigação e descrevemos a metodologia adotada. No capítulo 5 apresentamos os procedimentos adotados, bem como o tratamento e análise dos dados.

Por último, apresentamos as conclusões, bem como uma Proposta de Intervenção para um modelo de Plano de Ação do AQPIEF- Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, dirigido aos adolescentes, de acordo com os fatores/dimensões de vida em que evidenciaram qualidade de vida menos satisfatória.

## **PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



# **CAPÍTULO 1**

## **SISTEMA EDUCATIVO**

---

*A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.*

Aristóteles

## **CAPÍTULO 1: SISTEMA EDUCATIVO**

Neste capítulo, procurámos conhecer e estudar a estruturação dos princípios orientadores do processo ensino e aprendizagem.

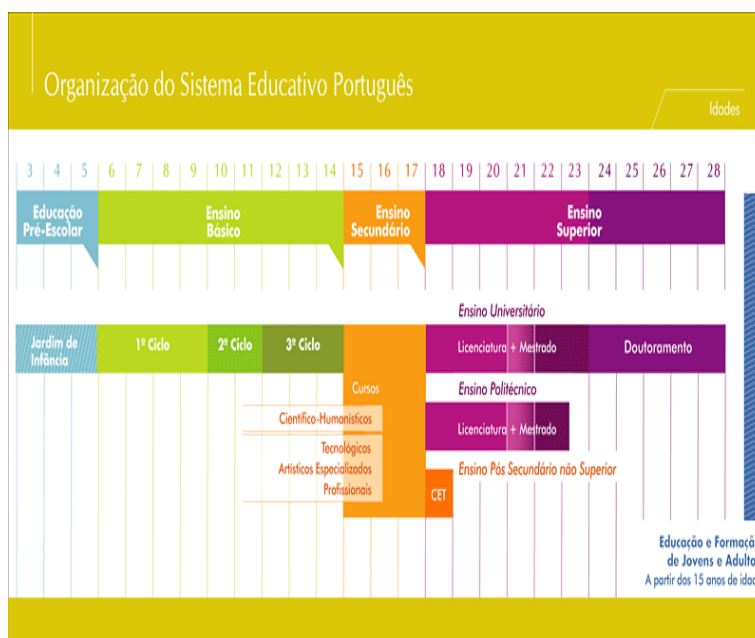
Abordam-se os diferentes níveis de ensino, com especial destaque para o 3º ciclo do Ensino Básico no Programa de Educação e Formação (PIEF), amostra do nosso estudo.

## 1.1 - Lei de Bases Sistema Educativo Português

A Lei Fundamental do País - Constituição da República Portuguesa, com a VII revisão Constitucional (2005) reitera a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de outubro) revista pela Lei n.º49/2005 de 31 de agosto e define os princípios e os objetivos gerais da Educação.

O sistema educativo pode ser caracterizado pelo conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. Está estruturado desde a Educação Pré-escolar (3 anos de idade) até ao longo da vida com a Educação e Formação de Adultos, tal como se pode observar na figura abaixo representada.

**Figura 1.** Organização do Sistema Educativo



Fonte: GEPE

O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação

formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Este desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

Tem por âmbito geográfico a totalidade do território português: continente e Regiões Autónomas, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa. A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado.

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do mundo;

- Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;

- Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao

progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;

- Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;

- Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;

- Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;

- Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;

- Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;

- Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Artigo 3º. da Lei de Bases do sistema Educativo.

## 1.2 - Educação pré-escolar

A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa do sistema educativo. É universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade sendo assegurada pelo Estado, por instituições particulares e cooperativas, instituições privadas de solidariedade social e por instituições sem fins lucrativos.

A rede pública é integralmente financiada pelo Estado, o qual também cobre os custos da componente educativa oferecida pelas redes sociais privadas e sem fins lucrativos. Nos estabelecimentos da rede privada, as propinas são pagas pelas famílias.

No ano letivo de 2006-2007, a taxa de participação na educação pré-escolar foi de 78,6 %. Portugal (junho 2009).

De acordo com a Lei-quadro, a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

A educação pré-escolar refere-se às crianças dos 3 anos até ao ingresso na escolaridade obrigatória e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.

A frequência da educação pré-escolar é facultativa, reconhecendo à família o primeiro papel na educação dos filhos, consagrando-se contudo, a sua universalidade para as crianças que perfazem 5 anos de idade.

Por estabelecimento de educação pré-escolar entende-se a instituição que presta serviços vocacionados para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família:

Constituem objetivos da educação pré-escolar:

- Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;

- Contribuir para a estabilidade e a segurança afetivas da criança;
- Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;
- Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a atividade lúdica;
- Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.<sup>2</sup>

### 1.3 - Ensino Básico

O ensino básico corresponde à escolaridade obrigatória; tem a duração de nove anos, dos 6 aos 15 anos de idade, e organiza-se em três ciclos sequenciais.

**Quadro 1.** Organização do Ensino Básico

Níveis	Anos de Escolaridade	Idade
1º Ciclo	1.º - 4.º	6-10 anos
2º Ciclo	5.º - 6.º	10-12 anos
3º Ciclo	7.º - 9.º	12-15 anos

<sup>2</sup> Artigo 5º. da Lei de Bases do Sistema Educativo.

São objetivos do ensino básico:

- Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as atividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detetando e estimulando aptidões nesses domínios;
- Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afetiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;



- Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante atualização de conhecimentos;
- Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.<sup>3</sup>

No 1.º ciclo, o ensino é global e visa o desenvolvimento de competências básicas em Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Expressões. Com a implementação da escola a tempo inteiro, através do alargamento do horário de funcionamento para um mínimo de oito horas diárias, as escolas promovem atividades de enriquecimento curricular, nomeadamente o ensino obrigatório do Inglês, o apoio ao estudo para todos os alunos, a atividade física e desportiva, o ensino da Música e de outras expressões artísticas e de outras línguas estrangeiras.

O 1º ciclo funciona em regime de monodocência, com recurso a professores especializados em determinadas áreas.

No 2.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas e áreas de estudo pluridisciplinares.

No 3.º ciclo, o ensino está organizado por disciplinas. Os principais objetivos deste ciclo são o desenvolvimento de saberes e competências necessários à entrada na vida ativa ou ao prosseguimento de estudos.

O 2.º e 3.º ciclo funcionam em regime de pluridocência, com professores especializados nas diferentes áreas disciplinares ou disciplinas.

O ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é introduzido no 8.º ano nas áreas curriculares não disciplinares, de

---

<sup>3</sup> Artigo 7º. da Lei de Bases do Sistema Educativo.

preferência na área de projeto, e como disciplina obrigatória no 9.º ano de escolaridade.

No ensino básico é obrigatória a aprendizagem de duas línguas estrangeiras, entre Inglês, Francês, Alemão e Espanhol.

Ao longo do ensino básico os alunos são sujeitos à avaliação sumativa interna; para além disso, no final do 3.º ciclo, os alunos são submetidos à avaliação sumativa externa, através da realização de exames nacionais nas disciplinas de Português e Matemática.

Atualmente em Portugal, a escolaridade obrigatória passou de 9 anos para 12 anos, decretada na Lei nº. 85/2009 de 27 de agosto. Esta lei veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré - escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade<sup>4</sup>.

A escolaridade obrigatória implica para o encarregado de educação, o dever de proceder à matrícula do seu educando em escolas da rede pública, da rede particular e cooperativa ou em instituições de educação e ou formação e para o aluno o dever de frequência.

A escolaridade obrigatória cessa:

- Com a obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação; ou
- Independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no momento do ano escolar em que o aluno perfaça 18 anos.

Garantida a Universalidade e gratuidade para o ensino obrigatório, que abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência escolar e certificação do aproveitamento, dispondo ainda os alunos de apoios no âmbito da ação social escolar, nos termos da lei aplicável.

---

<sup>4</sup>Fonte: DL 176/2012 de 2 de agosto (Alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória). Diário da República, 1.ª série — N.º 149 — 2 de agosto de 2012

### **1.3.1 - Cursos de Educação e Formação – CEF**

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para poder concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses, ou para poder prosseguir estudos ou formação que lhe permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho.

Cada curso corresponde a uma etapa de educação/formação (desde o Tipo 1 ao Tipo 7) cujo acesso está relacionado com o nível de habilitação escolar e profissional já alcançado. No final de cada etapa obterá uma qualificação escolar e profissional.

Independentemente da tipologia, todos os CEF integram quatro componentes de formação: a sociocultural; a científica; a tecnológica; e a componente prática.

Os CEF estão indicados nas seguintes condições:

- Idade igual ou superior a 15 anos;
- Habilitações escolares inferiores aos 6, 9º ou 12º anos ou o 12º ano de escolaridade já concluído;
- Ausência de qualificação profissional ou interesse na obtenção de uma qualificação profissional de nível superior à que já possui.

A duração dos cursos varia entre 1020 e 2276 horas, dependendo da escolaridade de acesso.

A conclusão de um CEF, com total aproveitamento, confere uma certificação escolar equivalente ao 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade ou ainda um certificado de competências escolares e uma qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3.

A conclusão de cada ciclo de formação permite que prossiga estudos e obtenha formação nos níveis seguintes:

- A conclusão de um CEF Tipo 1 permite o ingresso no 3º ciclo do ensino básico;
- A conclusão de um CEF Tipo 2 ou 3 permite o ingresso num dos cursos do nível secundário de educação: desde que cumpra o curso de formação complementar, caso queira continuar nesta modalidade de educação e

formação e desde que realize exames nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, caso opte por um curso da modalidade geral de educação.

- A conclusão de um CEF Tipo 4 permite o prosseguimento de estudos num CEF Tipo 5;
- A conclusão de um CEF Tipo 5, 6 ou 7 permite o prosseguimento de estudos:
  - Num Curso de Especialização Tecnológica, numa área de estudos afim;
  - Num curso de nível superior, desde que estejam cumpridos os requisitos constantes do regulamento de acesso ao ensino superior.

**Quadro 2.** Tipologia de cursos e nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)

ESCOLARIDADE MÍNIMA DE ACESSO	TIPOLOGIA DOS CURSOS		EQUIVALÊNCIA ESCOLAR	Nível
	Designação	Duração (horas)		
Inferior ao 1.º ciclo	Tipo 1-A	1910	2.º Ciclo do ensino básico	1
Igual ou superior ao 1.º ciclo e inferior ao 2.º ciclo	Tipo 1-B	1155	2.º Ciclo do ensino básico	1
6.º, 7.º ou frequência do 8.º ano de escolaridade	Tipo 2	2976 a 3271	3.º Ciclo do ensino básico	2
8.º ou frequência do 9.º ano de escolaridade	Tipo 3	2085 a 2380	3.º Ciclo do ensino básico	2
9.º ano de escolaridade ou frequência do ensino secundário	Tipo 4	2105 a 2400	Certificado de competências escolares	2
9.º ano de escolaridade e curso de nível 2 ou Curso EF tipo 2 ou tipo 3	Formação Complementar	1170 a 1290	Certificado de competências escolares para efeito de prosseguimento de estudos	-
10.º ano de escolaridade, frequência do 11.º ou 10.º ano profissionalizante ou Curso de formação complementar EF e curso de nível 2	Tipo 5	3030 a 3465	12.º ano de escolaridade	4
11.º ano de escolaridade ou frequência do 12.º	Tipo 6	2150 a 2785	12.º ano de escolaridade	4
12.º ano científico-humanístico da mesma área ou afim	Tipo 7	2085 a 2720	-	4

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Os cursos CEF podem ser ministrados em:

- Estabelecimentos do ensino público;
- Estabelecimentos do ensino particular e cooperativo;
- Centros de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP);
- Outras entidades formadoras acreditadas.<sup>5</sup>

### 1.3.2 - Cursos Vocacionais

Acrescentamos ao leque de oportunidades, uma nova, que é dada aos alunos através da portaria 292-A/2012, que cria uma Experiência Piloto quanto ao Ensino Básico Vocacional e que tem como objetivos os seguintes:

- Criar uma resposta alternativa a necessidades fundamentais dos alunos;
- Assegurar a inclusão de todos no percurso escolar;
- Garantir igualdade de oportunidades
- Flexibilizar o ensino básico (cursos não têm duração fixa, sendo adaptados ao perfil de conhecimentos de um conjunto de alunos reunidos em cada curso).
- Garantir articulação com o ensino regular (qualquer aluno pode regressar ao ensino regular no início do ciclo de estudos seguinte, mediante a realização de provas de 6.º ou 9.º ano).
- Permitir autonomia das escolas, dando-lhes liberdade para escolher quais os módulos mais adequados às necessidades educativas de cada grupo-alvo.

Público – alvo: Alunos a partir dos 13 anos de idade;

- Que possuam constrangimentos ao nível do ensino regular (duas retenções no mesmo ciclo ou 3 retenções em ciclos diferentes) – art.º 3.º n.º 1.

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://cdp.portodigital.pt/educacao-e-formacao/ensino-basico-e-secundario/modalidades-de-ensino/cursos-de-educacao-e-formacao-de-juvenis>, consultado em 14/10/2013.

➤ Que procurem uma resposta alternativa ao tipo de ensino regular

Requisitos: encaminhamento através de psicólogos escolares, após avaliação; - art.º 4.º n.º 1 e acordo escrito dos encarregados de educação - art.º 4 n.º 2.

Metodologia:

- Criação de uma estrutura curricular organizada por módulos
- Componente de formação (art.º 5.º)
- Geral (Português, Matemática, Inglês e Ed. Física)
- Complementar (ciências sociais, ciências do ambiente e 2ª língua quando se justifique)
- Vocacional (conhecimentos correspondentes a atividades vocacionais e prática simulada, através de empresas, que permitam sensibilizar os jovens para a realidade empresarial envolvente e aproximar o universo escolar do empresarial) – art.º 3.º n.º1
- Criação de uma Equipa pedagógica e formativa vocacional da escola (com o coordenador de curso, diretor de turma, professores e psicólogo escolar)
- Prática simulada após lecionação (art.º 7.º n.º 1)
- Quanto à assiduidade, pelo menos 90% dos tempos letivos de cada módulo, e participar integralmente na prática simulada (art.º 8.º). Em caso de incumprimento, deverá ser elaborado plano de recuperação a submeter à equipa pedagógica e formativa (art.º 8.º n.º 2 e art.º 6.º)
- A conclusão com aproveitamento dos cursos vocacionais garante a habilitação do 6.º ou do 9.º ano de escolaridade (art.º 10.º), podendo seguir o ensino regular (após provas finais), ensino vocacional ou ensino profissional (para os alunos que terminem o 9.º ano).

Por sua vez, a portaria 225/2012 cria o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música, o Curso Básico de Canto Gregoriano do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e aprova os respetivos planos de estudo.

### **1.3.2 - Programa de Educação e Formação – PIEF**

De assinalar que o 3.º Ciclo do ensino básico (amostra do nosso estudo) tem uma duração de 3 anos, dos doze aos quinze anos de idade.

Face ao elevado número de jovens adolescentes em situação de abandono escolar, a oferta formativa, contemplada no artigo 5.º, do decreto-lei n.º 139/2012, b) Programa integrado de educação e formação; Capítulo II, Organização e gestão do currículo, Secção I, visa a recuperação dos défices de qualificação, escolar e profissional, destes públicos, através da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, que lhes permitam ingressar num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Permite ainda adquirir uma certificação escolar e/ou uma qualificação profissional, bem como o prosseguimento de estudos de nível pós-secundário não superior ou o ensino superior.

Neste âmbito, constitui nosso objetivo investigar e colaborar na procura do conhecimento promotor da formação para a inclusão, tal como a estratégia governamental anuncia: “Há que quebrar o ciclo da exclusão, reforçando as componentes pessoais, sociais e profissionais de grupos excluídos ou socialmente desfavorecidos. Há que fazê-los voltar a acreditar, para que deem a volta e mostrem que é por esta via que criamos uma inclusão sustentável”. (FONTE: Programa de Emergência Social do Governo,2011)

O Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação, doravante designado por PAQPIEF tem a finalidade de promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens.



O PAQPIEF visa, de forma multissetorial e integrada, qualificar a intervenção no âmbito do Programa Integrado de Educação e Formação, doravante designado por PIEF, de acordo com o diagnóstico de necessidades aprovado pelas respetivas Estruturas Responsáveis pela Coordenação do PIEF, legalmente previstas, ERC estrutura de coordenação regional para cada por ano escolar, entre 1 de setembro e 31 de agosto.

O Programa AQPIEF é financiado no âmbito dos fundos estruturais do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), via Fundo Social Europeu, pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – Tipologia de Intervenção 6.11 «Programas integrados de promoção do sucesso educativo» do eixo n.º 6, «Cidadania, inclusão e desenvolvimento social».

O financiamento concedido ao abrigo do Programa AQPIEF é fixado pelo seu Regulamento, definido na Portaria 272/2012, de 4 de setembro e não é cumulável com quaisquer apoios que revistam a mesma natureza e finalidade.

O Programa AQPIEF aplica-se a todo o território continental através da implementação e execução de Protocolos de Apoio e Qualificação ao PIEF (PAQPIEF).

Com vista a prevenir e combater situações indiciadas ou sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social, nomeadamente em meio escolar, onde o insucesso seguido de absentismo e abandono escolar vinculam crianças e jovens a um ciclo de exclusão, têm vindo a ser promovidas várias medidas específicas, nomeadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar.

De acordo com as medidas definidas no Programa do XIX Governo Constitucional para a política educativa, no Plano de Emergência Social e no Programa de Assistência Económica e Financeira, a educação assume um papel central relevando-se assim fundamental a manutenção de políticas ativas de promoção da inclusão social das crianças e jovens, adotando as medidas e os instrumentos que se revelem necessários de forma a combater as causas e os processos de origem de exclusão social, nomeadamente através da

inserção educativa e formativa de todos os jovens portugueses em idade escolar.

O PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, outrora criado pelo despacho conjunto n.º 882/99 de 28 de setembro, do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, embora na sua génese tenha surgido como medida educativa e formativa num contexto de combate à exploração do trabalho infantil, tem-se constituído como medida de combate ao abandono escolar precoce, numa lógica de promoção da inclusão e cidadania das crianças e jovens.

Assim, de harmonia com os pressupostos afirmados nas políticas da União Europeia e pelo XIX Governo Constitucional e os objetivos estratégicos de combate ao abandono escolar, foi criado o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação<sup>6</sup>.

## 1.4 - Ensino Secundário

**Quadro 3.** Organização do Ensino Secundário

Tipo de Curso	Ano de Escolaridade	Idade
Científico-humanísticos Tecnológicos Artísticos especializados Profissionais	10.º, 11.º, 12.º	15-18 Anos

O ensino secundário tem por objetivos:

- Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e

<sup>6</sup>Fonte: <http://www4.seg-social.pt/programa-de-apoio-e-qualificacao-da-medida-pief-paqpief>, consultado em 14/10/2013.

metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida ativa;

- Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;
- Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida ativa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança<sup>7</sup>.

Para acederem a qualquer curso do ensino secundário os alunos devem ter concluído a escolaridade obrigatória ou possuir habilitação equivalente.

O ensino secundário está organizado segundo formas diferenciadas, orientadas quer para o prosseguimento de estudos quer para o mundo do trabalho. O currículo dos cursos de nível secundário tem um referencial de três anos letivos e compreende quatro tipos de cursos:

- Cursos científico-humanísticos, vocacionados essencialmente para o prosseguimento de estudos de nível superior;

---

<sup>7</sup> Artigo 9.º da Lei de Bases do Sistema Educativo

- Cursos tecnológicos, dirigidos a alunos que desejam entrar no mercado de trabalho, permitindo, igualmente, o prosseguimento de estudos em cursos tecnológicos especializados ou no ensino superior;
- Cursos artísticos especializados, visam assegurar formação artística especializada nas áreas de artes visuais, audiovisuais, dança e música, permitindo a entrada no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou, ainda, no ensino superior;
- Cursos profissionais, destinados a proporcionar a entrada no mundo do trabalho, facultando também o prosseguimento de estudos em cursos pós - secundários não superiores ou no ensino superior. São organizados por módulos em diferentes áreas de formação.

Para conclusão de qualquer curso de nível secundário os alunos estão sujeitos a uma avaliação sumativa interna. Para além dessa avaliação, os alunos dos cursos científico-humanísticos são também submetidos a uma avaliação sumativa externa, através da realização de exames nacionais, em determinadas disciplinas previstas na lei.

Aos alunos que tenham completado este nível de ensino é atribuído um diploma de estudos secundários. Os cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais conferem ainda um diploma de qualificação profissional de nível 3.

No ensino público, os alunos têm que pagar uma pequena propina anual.

## 1.5 - Ensino pós-secundário não superior

Os cursos de especialização tecnológica (CET) possibilitam percursos de formação especializada em diferentes áreas tecnológicas, permitindo a inserção no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos de nível superior. A formação realizada nos CET é creditada no âmbito do curso superior em que o aluno seja admitido.

A conclusão com aproveitamento de um curso de especialização tecnológica confere um diploma de especialização tecnológica (DET) e qualificação profissional de nível 4, podendo ainda dar acesso a um certificado de aptidão profissional (CAP).

## 1.6 - Educação e Formação de Jovens e Adultos

Um quarto de século depois de *Aprender a Ser*, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI declarou que o "*conceito de aprendizagem ao longo da vida*" é a chave que dá acesso ao século XXI.

Neste contexto, "a educação de adultos ganhou uma nova profundidade e amplitude e tornou-se um imperativo no local de trabalho, no lar e na comunidade, à medida que homens e mulheres se esforçam por criar novas realidades em todas as etapas da vida" (Declaração de Hamburgo, 1997 p. 29).

Nesta mesma linha, o Relatório para a UNESCO daquela Comissão, conhecido como "Educação: um Tesouro a Descobrir" (1996), acentuou a importância dos quatro pilares da educação ao longo da vida: *aprender a conhecer*, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver em comum*, a fim de

participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas e, finalmente, *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes".

Portugal é dos países que apresentam índices mais frágeis de qualificação escolar e profissional da sua população adulta. A existência de 62,6% de população adulta, cujo nível de escolarização não ultrapassa os 6 anos, desenha um quadro social preocupante, no contexto europeu, como veio também reafirmar o Estudo Nacional da Literacia (Benavente, 1996). Como esta autora afirma (1999, p.59) "Portugal tem níveis de literacia muito baixos, mas provavelmente níveis de certificação ainda mais baixos. As pessoas vão aprendendo no trabalho, na vida social, na vida cívica e nunca veem creditados esses saberes [...]. Tudo aquilo que as pessoas vão acumulando como saber não lhes é creditado para efeitos de certificação, de obtenção de diplomas". É também uma constatação geral o déficit de cidadania da população portuguesa dificilmente separável das carências de educação e formação.

A constatação desta realidade tem levado, nestes últimos anos, a considerar a necessidade de reconhecer e validar competências adquiridas com base na experiência de vida e de trabalho, com vista a, por um lado, ajudar o adulto a desenhar o seu percurso de desenvolvimento profissional e pessoal e, por outro, legitimar e certificar socialmente essas competências em termos de empregabilidade.

Deste modo, qualquer pessoa, ao longo da vida, deve poder ver avaliadas as suas competências e completá-las para efeitos de obtenção de um diploma, podendo retomar, a qualquer momento, o seu processo de educação/formação, conforme o seu projeto pessoal e profissional.

Torna-se então necessário proceder a uma articulação da *educação e da formação profissional* dos adultos, oferecendo *respostas integradas*, em que a aprendizagem de competências-chave ou transversais se articule com a aprendizagem de competências profissionais específicas, de forma a que o desenvolvimento profissional se processe intimamente ligado ao desenvolvimento pessoal e social. Isto assenta numa abordagem em parceria entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, conjugando esforços na procura de soluções flexíveis e diversificadas que

conciliem estas duas dimensões numa visão integrada das pessoas em formação permanente.<sup>8</sup>(Alonso et al. 2002)

A educação e formação de jovens e adultos oferece uma segunda oportunidade a indivíduos que abandonaram a escola precocemente ou que estão em risco de a abandonar, bem como àqueles que não tiveram oportunidade de a frequentar quando jovens e, ainda, aos que procuram a escola por questões de natureza profissional ou valorização pessoal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

As diferentes modalidades de educação e formação de jovens e adultos permitem adquirir uma certificação escolar e/ou uma qualificação profissional, bem como o prosseguimento de estudos de nível pós-secundário não superior ou o ensino superior.

A educação e formação de jovens e adultos compreende as seguintes modalidades:

- Cursos de Educação e Formação (CEF), para alunos a partir dos 15 anos;
- Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e Formações Modulares, para alunos maiores de 18 anos;
- "Ações de curta duração S@bER +", para alunos maiores de 18 anos;
- Ensino recorrente do ensino básico e ensino secundário, para alunos maiores de 15 ou maiores de 18 anos para o ensino básico e secundário, respetivamente;
- Sistema Nacional de Aprendizagem, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para jovens a partir dos 15 anos<sup>9</sup>.
- Sistema Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional.

A portaria nº 135-A/2013 regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) que vem substituir os antigos Centros das Novas Oportunidades (RVCC).

Os Centros de Qualificação e Ensino Profissional (CQEP) são estruturas do Sistema Nacional de Qualificações e assumem um papel determinante na

---

<sup>8</sup> Fonte: [http://cqep.angep.gov.pt/documents/RCC\\_Basico.pdf](http://cqep.angep.gov.pt/documents/RCC_Basico.pdf) consultado em 14/01/2014

<sup>9</sup> <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9.html>, consultado em 14 outubro 2013.

construção de pontes entre os mundos da educação, da formação e do emprego, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

São cerca de 214 novos centros que compõem a Rede Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional que substituem os antigos centros do Programa Novas Oportunidades e contam com o apoio do Ministério da Educação e Ciência.

Os CQEP destinam-se a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho.

Estes Centros encontram-se igualmente vocacionados para dar resposta aos cidadãos com deficiência e incapacidade, com o intuito de assegurar a sua integração na vida ativa e profissional.

São destinatários diretos dos CQEP:

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico.
- Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

Esta nova estrutura do Sistema Nacional de Qualificações pretende promover a capacitação de jovens e adultos, atuando numa lógica de aprendizagem contínua, proximidade e criação de igualdade de oportunidades.

Aproximar os jovens e adultos do mercado de trabalho (...) proporcionar uma experiência de aprendizagem e qualificação mais enriquecedora e próxima daquilo que constitui a realidade laboral<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://www.angep.gov.pt/default.aspx>, consultado em 7/01/2014



## 1.7 - Ensino superior

O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

São objetivos do ensino superior:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, das humanidades e das artes, e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que se integra;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem património da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, na lógica de educação ao longo da vida e de investimento geracional e intergeracional, visando realizar a unidade do processo formativo;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais e europeus, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural;
- Promover e valorizar a língua e a cultura portuguesas.

- Promover o espírito crítico e a liberdade de expressão e de investigação<sup>11</sup>.

Em suma o Sistema Educativo responde às necessidades resultantes da realidade social. Nas últimas décadas assistimos a reformas imbuídas de intencionalidades políticas.

No Programa do Governo e no Plano de Emergência Social, a Educação, nomeadamente o combate ao abandono e insucesso escolar assumem um papel central. Estas medidas estão alinhadas com as prioridades para a política educativa do Governo, com o quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira, com o definido no Relatório da EU e com o objetivo da Estratégia Europa 2020 que prevê a redução da taxa de abandono escolar pelo menos para 10 %. O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) surge dentro desse contexto, como medida de combate ao abandono escolar.

---

<sup>11</sup> Artigo 11º. Da Lei de Bases do Sistema Educativo.

## CAPITULO 2

# O PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF)

---

*A criança que devia estar na escola e anda na rua vê-se fora da sociedade com vontade de estar dentro, vê-se a perder pessoas significativas com vontade de as abraçar, vê-se com vontade de estar rodeada de amigos, vê-se a perder-se com vontade de se encontrar, vê-se presa com vontade de liberdade.*

*O PIEF foi buscar à rua (...) na escola, elas sentem-se seguras. Estão no lugar onde devem estar: o lugar da socialização, da vinculação forte e sadia, lugar da construção da autoestima, da valorização...*

*As crianças que (...) estão no PIEF são crianças ganhas, roubadas à infelicidade, à marginalidade e provavelmente à delinquência.*

*São crianças que se encontraram a si mesmas e se sentem dentro do espaço que devem estar, espaço da segurança psicológica, do afeto e da socialização.*

*Ganham-se as crianças para a sociedade e sobretudo ganham-se as crianças para si mesmas.*

P. Mendes – Salesianos (2011)

## **CAPITULO 2: O PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF)**

Neste capítulo procuramos ir à génese do PIEF, abordando assim, os diferentes Planos e Programas implementados nos últimos anos em Portugal.

Identificamos o PIEF como medida de fim de linha, à qual os jovens e suas famílias aderem, por ser uma medida que permite reintegrar crianças e jovens nas escolas, movendo todo um processo de inclusão social, garantindo a aquisição de competências que vão permitir, no futuro, uma cidadania participada e responsável.

## **2.1 - Resenha histórica do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)**

Para uma melhor contextualização do nosso estudo, parece-nos importante fazer uma breve resenha histórica dos Planos e Programas que têm vindo a ser implementados, nos últimos quinze (15) anos em Portugal, de combate ao abandono e insucesso escolar e ao trabalho infantil. Conseguir a reinserção escolar e o cumprimento da escolaridade obrigatória são os fins a que se propuseram e propõem estes Programas.

A génese do PIEF está diretamente relacionada com o PEETI (Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil), com o PETI (Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil), com o PIEC (Programa para a Inclusão e Cidadania), todos sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e atualmente extintos. Estando em vigor no presente o PAQPIEF (Programa Apoio e Qualificação da medida PIEF).

O PEETI foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/98 de 2 de julho<sup>12</sup>, na sequência da extinção da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Este Plano, por força da Resolução de Conselho de Ministros 1/2002 de 13 de janeiro, foi alargado até dezembro de 2003<sup>13</sup>, assumindo como principais objetivos o combate a situações de trabalho infantil e a remediação do abandono escolar precoce.

Em 2004, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004 de 20 de março<sup>14</sup> efetua a substituição do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI) pelo Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), que se assume como uma estrutura de projeto a funcionar na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que desenvolve, entre outras medidas, o Programa de Integrado de Educação e Formação (PIEF).

---

<sup>12</sup> Diário da República n.º 150 - Série I-B de 2 de julho de 1998.

<sup>13</sup> 2 Diário da República n.º 10 - Série I-B de 13 de janeiro de 2000.

<sup>14</sup> Diário da República n.º 68 - Série I-B - de 20 de março de 2004.

Em 2009, o governo português, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 79/2009 de 2 de setembro de 2009<sup>15</sup>, criou uma estrutura de missão designada Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), que sucede ao Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI), a funcionar na dependência do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, e que tinha o objetivo:” reforçar as políticas de promoção da inclusão social das crianças e jovens, adotando as medidas e os instrumentos que se revelem necessários de forma a combater as causas e os processos de origem da exclusão social, numa abordagem essencialmente preventiva” (Diário da República n.º 170 - Série I de 2 de setembro de 2009) e de promover respostas “na área da inclusão social com vista a prevenir e combater as situações indiciadas e ou sinalizadas de crianças e jovens em risco de exclusão social, compaginando a mobilização de medidas já existentes com medidas específicas, numa abordagem integrada”.

O PIEC herdou os recursos humanos, o conhecimento e metodologias de intervenção do PETI.

O PIEC tinha como missão a organização, implementação e acompanhamento de respostas integradas, nomeadamente, respostas de carácter formativo e socioeducativo e destina-se a crianças e jovens que se encontram em situação indiciada ou sinalizada de risco de exclusão social até aos dezoito anos de idade. Visa, ainda, fornecer a reinserção escolar e o cumprimento da escolaridade obrigatória. O PIEC tinha equipas móveis multidisciplinares, que iam identificando e sinalizando as necessidades no terreno. Este programa privilegiava, ainda, as parcerias e o trabalho em rede.

As atribuições do PIEC apontam para uma política de aproximação às problemáticas sociais, nomeadamente, a promoção de respostas dirigidas a todos os atores e agentes das várias instituições locais e regionais que interagem no desenvolvimento de iniciativas de promoção da inclusão escolar e social de crianças e jovens em risco; a sensibilização e envolvimento da sociedade para a temática da inclusão e dos direitos das crianças; a promoção e apoio à promoção de respostas na área da inclusão social, através de um

---

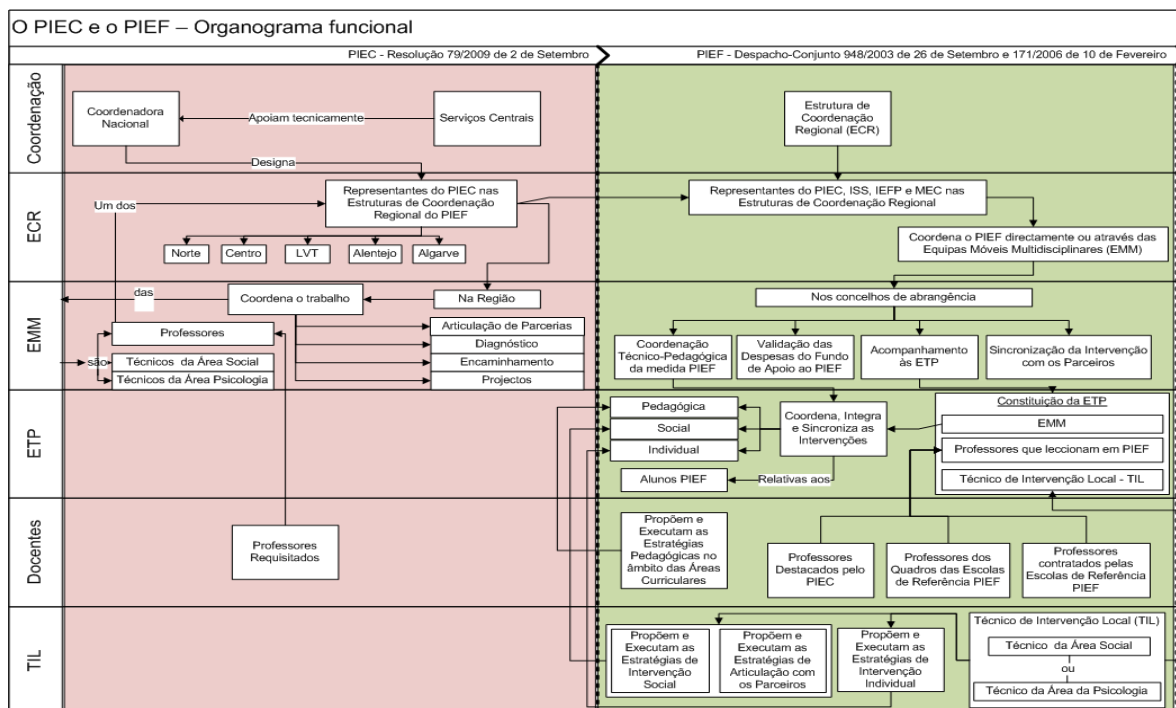
<sup>15</sup> Diário da República n.º 170 - Série I de 2 de setembro de 2009.

trabalho integrado em rede, a intervenção e respostas individualizadas e a implementação da medida PIEF; dar visibilidade às boas práticas e promover o intercâmbio de experiências dirigidas à comunidade, aos pais e encarregados de educação, aos estabelecimentos de educação e de ensino e aos parceiros institucionais, organizações do setor social e privados, e por fim, incluía ainda objetivos de formação e investigação.

O mandato do PIEC, tal como se encontrava definido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 79/2009 de 2 de setembro de 2009, terminou em 31 de dezembro de 2012. Ao longo dos quinze anos de vigência destes Planos e Programas de combate ao abandono e insucesso escolar e ao trabalho infantil, uma das medidas que mais se destacou foi o PIEF.

Através da figura 2 podemos observar as diferenças entre PIEC e FIEF, quanto à coordenação, às ECR, às EMM, ETP, Docentes e TIL.

**Figura 2. O PIEC e o PIEF - Organograma Funcional**

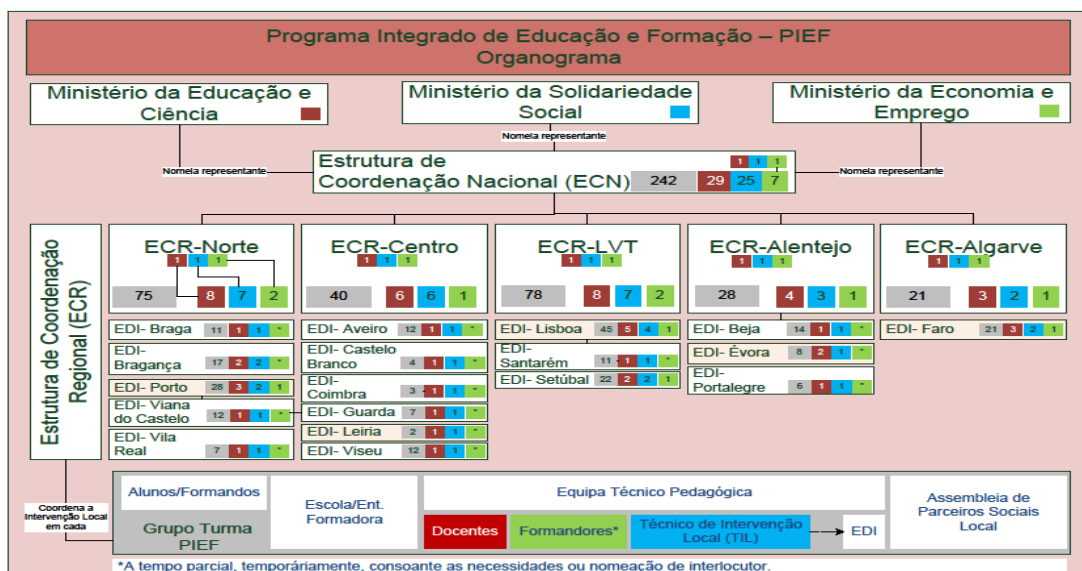


Fonte: Segurança Social, IP

### Proposta de Organograma funcional PIEF (MEC/MSSS/MEE)

Figura 3. Novo modelo organizativo do PIEF

A partir da figura 3 é possível clarificar a forma como o PIEF se encontra organizado atualmente.



Fonte: Segurança Social, IP

## 2.1 - A medida PIEF - o novo paradigma: PAQPIEF

O PIEF, surgiu em 1999, no seguimento do Despacho Conjunto n.º 882/99 de 28 de setembro<sup>16</sup>, dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, sendo considerada uma medida de exceção (de fim de linha) que se apresenta como remediação quando tudo o mais falhou e à qual os jovens e suas famílias efetivamente aderem (depois de terem rejeitado outras existentes quer no sistema educativo quer na formação profissional, ou de terem sido rejeitados...). Esta medida foi revista e reformulada pelo Despacho Conjunto n.º 948/2003<sup>17</sup> dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e

<sup>16</sup> Diário da República n.º 241 - Série II de 15 de outubro de 1999.

<sup>17</sup> Diário da República n.º 223 - Série II - de 26 de setembro de 2003.



do Trabalho, e 171/2006 de 10 de fevereiro<sup>18</sup> dos mesmos ministérios, Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação dada a necessidade de “alargar e flexibilizar a resposta aos casos de abandono escolar motivados pela exploração do trabalho infantil ou por outras formas de exploração de menores”, como é referido no Despacho Conjunto dos Ministros da Educação e da Segurança Social e do Trabalho n.º948/2003, de 26 de setembro, e enquadrado no Despacho Conjunto n.º171/2006 dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação.

O PIEF tem permitido reintegrar crianças e jovens nas escolas, movendo todo um processo de inclusão social, garantindo a aquisição de competências que vão permitir, no futuro, uma cidadania participada e responsável.

No Programa do Governo e no Plano de Emergência Social, a Educação, nomeadamente o combate ao abandono e insucesso escolar assumem um papel central. Estas medidas estão alinhadas com as prioridades para a política educativa do Governo, com o quadro do Programa de Assistência Económica e Financeira, com o definido no Relatório da EU e com o objetivo da Estratégia Europa 2020 que prevê a redução da taxa de abandono escolar pelo menos para 10 %. O PAQPIEF vem desta forma combater o abandono e insucesso escolar.

Em setembro de 2012, o PIEF foi objeto de uma reestruturação. A Portaria n.º 272/2012<sup>19</sup> cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, afirmando que o PIEF passa a ter como finalidade a promoção da inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens.

O PAQPIEF surge com a extinção do PIEC, e o seu objeto foi integrado no ISS,IP (Decreto-Lei n.º 126/2011 de 29 dezembro, art.º 25)<sup>20</sup>. Tendo-se mantido em vigor até ao término do ano letivo de 2011-2012, por forma a

---

<sup>18</sup> Diário da República n.º 30 - Série II de 10 de fevereiro de 2006.

<sup>19</sup> 9 Diário da República n.º 171 - Série I de 4 de setembro de 2012.

<sup>20</sup> Diário da República n.º 249 - Série I de 29 de dezembro de 2011.

garantir a transição que não prejudique os seus beneficiários (Art.º 27). Tem como primordial objetivo, visar de forma multissetorial e integrada, qualificar a intervenção no âmbito do PIEF, de acordo com o diagnóstico de necessidades aprovado pelas respetivas Estruturas Responsáveis pela Coordenação (ERC), legalmente previstas, nomeadamente através de ações de diagnóstico, intervenção e de acompanhamento de alunos integrados nas respostas socio educativas e formativas.

A medida PIEF, para além dessa componente educativo-formativa, promove o desenvolvimento de competências para a cidadania e atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade, com a finalidade de promover a integração social das crianças e jovens.

Este Programa certifica competências do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, num percurso sequencial que parte de uma sinalização e diagnóstico, passando pela integração em PIEF e seguidamente pela elaboração do PSEFI- Plano Socioeducativo e Formativo Individualizado. Pretende, deste modo, favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória de crianças e jovens e a certificação escolar e profissional de menores em situação ou risco de abandono escolar.

O PIEF realiza aquilo a que se pode chamar metodologia aprendente, em que o objetivo de ensino é, basicamente, “o aprender-fazendo”, valorizando a aprendizagem para a vida. Numa primeira fase, os principais objetivos de ensino, no âmbito da intervenção com alunos PIEF, incidem numa avaliação diagnóstica de modo a aferir as competências adquiridas, na tentativa de retomar algumas e conseguir outras (relacionais e organizacionais) necessárias para lidar com os alunos que trazem, à partida, dos seus contextos sócio-culturais e familiares pesados fatores de risco. Os programas tornam-se flexíveis sem deixarem de ser exigentes, os professores procuram metodologias apelativas com o objetivo de ir ao encontro dos estilos de aprendizagem de cada aluno. As avaliações pretendem ser feitas de modo a tornarem-se estímulos à descoberta e à retoma do esforço de aprender, excluindo, desta forma, fatores de rotulação, de exclusão e de perda da autoestima.

Os técnicos e os professores procuram fazer um trabalho muito específico e constante, privilegiando o saber ouvir, o estar sempre pronto a ajudar e, acima de tudo, respeitar os jovens, nas suas diferenças e dificuldades múltiplas. A amizade e o afeto dos professores são os principais pilares de incentivo, para que estes jovens não desistam dos desafios que se lhes vão colocando. Segundo Pereira (2007) citado por Lima (2013), a escola pretende, prioritariamente, levar (e interiorizar) rotinas.

*Os alunos em situação de abandono escolar devem poder beneficiar de uma «segunda oportunidade» para adquirirem as qualificações que deveriam possuir. As «escolas de segunda oportunidade» devem ter turmas mais pequenas e métodos pedagógicos mais personalizados e flexíveis em relação ao ensino tradicional.*

Plano da UE para combater o abandono escolar precoce (2011)<sup>21</sup>

### **2.1.1 - Público-alvo do PIEF**

Os jovens a quem se dirige este programa são protagonistas de um percurso escolar marcado pelo insucesso, por vezes seguido do absentismo e também do abandono escolar, com idades compreendidas entre os 15 e os 18 que não tenham concluído os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. (Programa Integrado de Educação e Formação Perfil de Competências, 2013).<sup>22</sup>

### **2.1.2 - Metodologia de Intervenção do PIEF**

O PIEF, tal como vimos anteriormente, foi criado pelo despacho conjunto n.º 882/99, do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, embora na sua génese tenha surgido como medida educativa e formativa num contexto de combate à exploração do trabalho infantil, tem-se constituído ao longo dos tempos como uma medida de combate ao abandono escolar

---

<sup>21</sup> Fonte: [http://ec.europa.eu/news/culture/110202\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/news/culture/110202_pt.htm) acedido em 03/01/2014.

<sup>22</sup> Fonte: Documento Segurança Social Programa Integrado de Educação e Formação Perfil de Competências – Técnico de Intervenção Local, (2013).

precoce, numa lógica de promoção da inclusão e cidadania das crianças e jovens.

### 2.1.3 - Fatores de risco

Apresentada como uma resposta de fim de linha, o PIEF revela-se enquadrado com o ideal de que a escola deve dar resposta aos alunos que apresentam alguns indicadores de risco e “agarrá-los” antes que se afastem por definitivo da instituição escola.<sup>23</sup> Miranda e Veiga (s/d).

As situações de risco e/ou exclusão social que justificam a sinalização de um aluno, de acordo com o Ministério da Educação e Ciência (MEC) são as seguintes: abandono escolar, absentismo escolar, analfabetismo e insucesso escolar. A estas situações de risco podem-se associar outras problemáticas/fatores de risco, como sendo a condição socioeconómica, o comportamento de risco/desviante, indícios de utilização de criança/jovem em pornografia/prostituição, indícios de utilização de criança/jovem em tráfico ou consumo de droga, mendicidade e trabalho infantil.

- **Abandono Escolar:** definido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) como «saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei» e, de acordo com a Comissão Europeia abrange todas as formas de abandono da educação e formação antes da conclusão do ensino secundário ou nível equivalente do ensino e formação profissionais.

- **Absentismo Escolar:** aluno que apresenta um excesso grave de faltas, de acordo com o art. 18º da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.

- **Analfabetismo:** designa a condição do indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e. incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.

---

<sup>23</sup>[http://conf.cieae.ie.ul.pt/modules/request.php?module=oc\\_program&action=summary.php&id=400](http://conf.cieae.ie.ul.pt/modules/request.php?module=oc_program&action=summary.php&id=400)

- **Insucesso Escolar:** incapacidade que o aluno revela de atingir os objetivos globais definidos para cada ciclo de estudos.

No que concerne aos indicadores utilizados salientam-se, além das taxas de retenção, as de abandono e de insucesso.

*De denotar haver um conjunto de características que se creem comuns a maioria destes alunos, das quais se salienta a pertença a famílias disfuncionais, onde estão patentes dificuldades económicas, situações de violência física e de consumo de álcool; apresentar uma baixa autoestima e autoconfiança; manifestar comportamentos pré-delinquentes ou delinquentes; ter problemas de anomia e de insucesso escolar prolongado. Ainda em relação aos agregados destes alunos, destaca-se o facto de haver uma predominância de agregados com rendimentos baixos ou muito baixos, cujos progenitores raramente excedem o 4º ano de escolaridade (Roldão, 2008), bem como a sua exposição a apoios sociais, sendo exemplificativo disso a percentagem de agregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção (em setembro de 2010, 32,2% dos agregados beneficiavam desse apoio) (PIEC, 2010). Miranda e Veiga (s/d).*

Passamos a descrever as problemáticas associadas e/ou fatores de risco associados definidos pelo Instituto de Segurança Social. IP:

- **Carência Socioeconómica:**

Considera-se a situação de exclusão social em que o indivíduo/família se encontra, por razões conjunturais ou estruturais, e cuja capitação seja inferior ao valor da pensão social, atualizado anualmente por referência ao IAS (€ 419,22).

- **Comportamento de risco/desviante:**

Entende-se por Comportamento de risco aquele que pode vir a determinar futuro perigo ou dano para a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança (Guia de Orientações para Profissionais da Educação, CNPCJR). Os comportamentos desviantes podem ser considerados comportamentos de desvio às normas e expectativas sociais, sem que haja necessariamente uma infração legal, como é o caso da delinquência. (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). «Permite incluir não só comportamentos que constituem violações das normas legais (e.g., usar armas, vender droga, conduzir sem carta de condução, roubar alguma coisa numa loja), mas também comportamentos que, apesar de não serem puníveis legalmente, violam as normas sociais e são considerados inaceitáveis em determinadas idades (e.g.,

fumar cigarros, beber álcool), ou em contextos específicos tais como a Escola (e.g., copiar nos testes, agredir colegas, “baldar-se” às aulas) ou a família (e.g., desobedecer ou mentir aos pais).» (idem)

Recorde-se que a prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar a Processo Tutelar Educativo (Lei 166/99 de 14 setembro) em sede de Tribunal.

- **Indícios de utilização de criança/jovem em pornografia/prostituição:** a utilização de menores de 18 anos de idade para efeitos de prostituição infantil (ie, prática sexual de relevo com menor entre os 14 e os 18 anos, mediante pagamento ou outra contrapartida, artº 174 Código Penal) bem como a utilização de imagens daí decorrentes (Pornografia de Crianças, art.º 176 CP) são práticas tipificadas como crime no Código Penal (Crime de lenocínio, art.º 175); recorda-se que também a simples tentativa dessas práticas é punível por lei.

- **Indícios de utilização de criança/jovem em tráfico ou consumo de droga:** integra drogas ilícitas e todos os tipos de estupefacientes e substâncias psicoativas.

- **Mendicidade:** quando a criança/jovem é utilizada habitual ou esporadicamente para mendigar, ou pratica a mendicidade por sua iniciativa. (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco -CNPCJR).

- **Trabalho Infantil:** quando a criança/jovem é obrigada à realização de trabalhos (domésticos ou não) que excedem os limites do habitual e interferem claramente na vida escolar da própria (exclui-se as tarefas específicas por temporadas) (CNPCJR); toda atividade económica realizada por pessoas abaixo da idade mínima requerida pela legislação nacional e que interfira na sua escolarização, se realize em ambiente perigoso ou ocorra em condições que afetem seu desenvolvimento psicológico, físico e moral, imediato ou futuro”(Organização Internacional de Trabalho). Independentemente da idade, a legislação portuguesa define as atividades que são condicionadas e proibidas a crianças de 18 anos.

São proibidas as atividades, os processos e condições de trabalho previstas nos artigos 116.º a 121.º da Regulamentação do Código do Trabalho (RCT) –

Lei n.º 35/2004 de 29 de julho e previstas nos artigos 64.º a 66.º da Lei n.º 102/2009 que implicam a exposição a alguns agentes físicos e, biológicos e químicos. (Fonte: Ficha de sinalização para integração de aluno em PIEF do ISS.IP)

#### **2.1.4 - Critérios de elegibilidade**

A decisão de inserir um jovem num PIEF acontece quando todas as outras ofertas/medidas educativas não resultaram e o PIEF representa, para muitos jovens, aquilo que é comum designar-se como a “última oportunidade”, depois de terem frequentado o ensino regular e/ou outros programas educativos que não corresponderam às suas aspirações ou que se demonstraram incapazes perante tais problemas porque a função residual da escola é determinar os que ‘estão dentro’ e os que ‘estão fora’ (Barroso, 2003 p.26 citado por Coimbra, 2013).

Os cinco critérios de elegibilidade para integração de um aluno em PIEF constam da Ficha de Sinalização, que serve unicamente o propósito de sinalizar a situação de um aluno que se encontre efetiva e comprovadamente em situação de risco e/ ou exclusão social e reúne os critérios de elegibilidade para a sua inserção num Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF).

Congrega de forma simplificada um conjunto de elementos que permitirão, em parceria com a interlocução do respetivo Centro Distrital do ISS,IP, iniciar o trabalho de análise e futura avaliação diagnóstica por parte do Técnico de Intervenção Local (TIL) uma vez verificados os critérios de elegibilidade definidos pelo MEC e as medidas de Recuperação e de Integração implementadas pelo Estabelecimento Escolar, ao abrigo do disposto no artº 20º da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro, que aprova o estatuto do aluno.

**Critério 1 - Aluno em abandono escolar** - Alunos sinalizados pela CPCJ/EMAT por abandono escolar e que comprovadamente estejam fora da escola no momento da validação.

**Critério 2 - Aluno com desfasamento etário face ao nível de ensino frequentado** - alunos que reprovaram, se atrasaram no percurso escolar em virtude de integração tardia ou que, por qualquer outra razão, apresentam uma diferença de mais de 3 anos face à idade teórica do ano de escolaridade que frequentam)

**Critério 3 - Aluno com indícios/práticas de delinquência** - alunos indiciados pela prática reiterada de crimes, incluindo a prostituição, e sujeitos a medidas tutelares de menores, sempre que apresentem graves problemas de integração escolar.

**Critério 4 - Aluno com problemas psicológicos graves** - alunos com consumo grave de álcool e/ou substâncias psicotrópicas; alunos com perturbações psiquiátricas que impeçam a frequência do ensino regular.

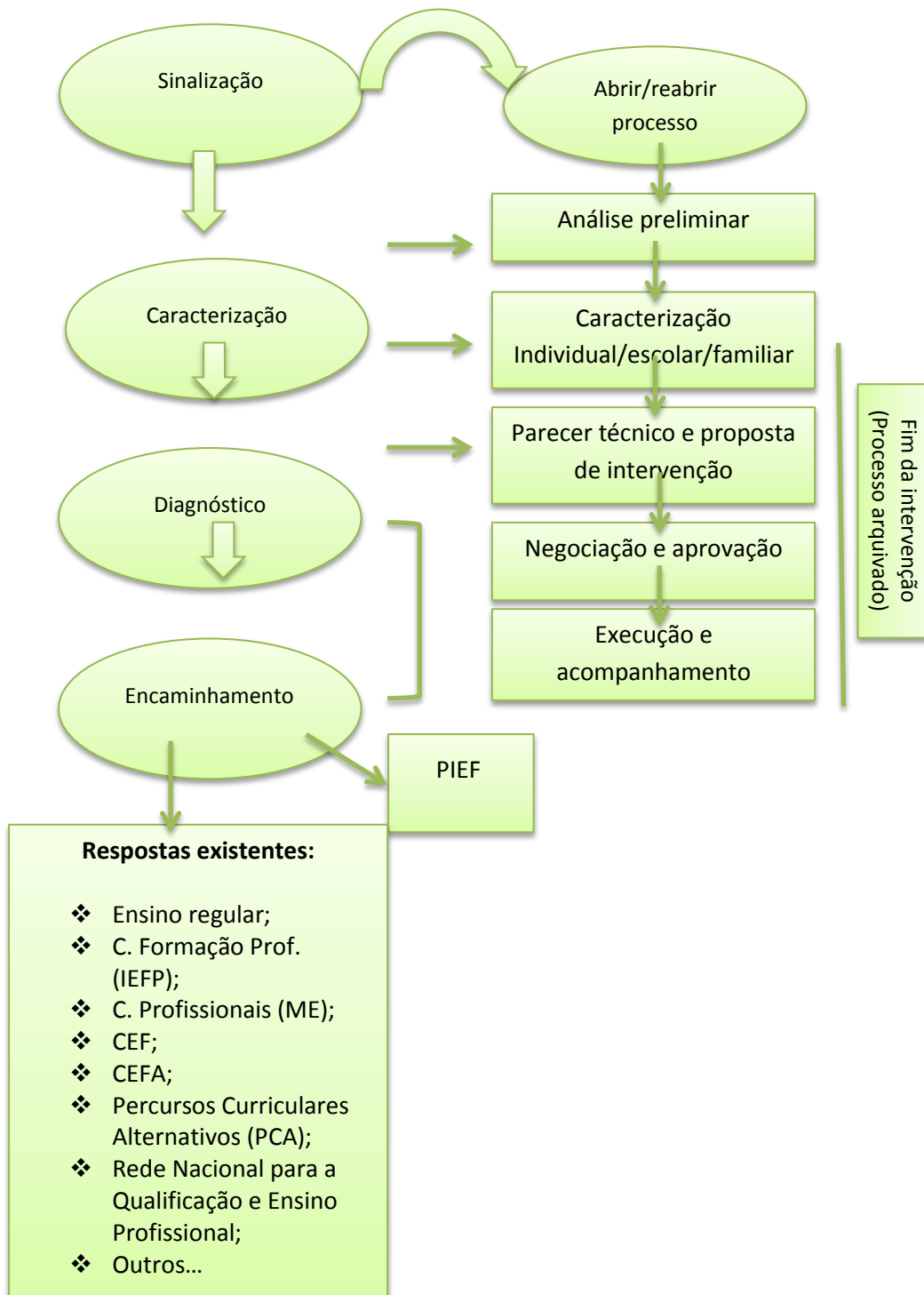
**Critério 5 - Aluno vítima de trabalho infantil** - alunos referenciados pela CPCJ/EMAT como sendo sujeitos a trabalho infantil e que comprovadamente não beneficiem da integração no ensino regular<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Fonte: ISS.IP - Programa Integrado de Educação e Formação - Critérios para Sinalização – Check List - Inf. n.º I/DGE/GD/2012/1919)



**Figura 4.** Fluxograma Processual: da sinalização à intervenção



Fonte: Segurança Social, I.P. Sessões de Formação do Programa Integrado de Educação e Formação, 2012 (elaboração própria).

Após a sinalização, caracterização e diagnóstico do aluno e reunidos os critérios de elegibilidade definidos pelo MEC, a equipa de coordenação regional (ECR) irá analisar e aprovar (ou não) a integração do aluno num grupo/turma PIEF.

Integrado o aluno em PIEF a intervenção concretiza-se através da elaboração e implementação de Planos Socioeducativos e Formativos Individualizados (PSEFI), que têm por base a realização de diagnósticos prévios.

De acordo com a Portaria n.º 272/2012, de 4 de setembro, as ações a desenvolver pelo PIEF, integram-se no âmbito da promoção da inclusão e da cidadania ativa de crianças e jovens, sendo elas:

a) Ações de diagnóstico, intervenção e acompanhamento de alunos integrados nas respostas socioeducativas e formativas;

b) Ações de reforço das competências parentais, nomeadamente através de atividades de mediação, sensibilização e informação de pais e encarregados de educação, de articulação com as redes sociais, de animação socioeducativa, de promoção da relação escola, família e comunidade através da realização de *workshops* que promovam a capacitação parental e familiar diferenciada em função das necessidades identificadas;

c) Ações de sensibilização e de mobilização da comunidade;

d) Ações de dinamização e monitorização de medidas de intervenção socioeducativa e formativa individualizada, com vista à certificação escolar e profissional dos jovens, promovendo a inclusão e cidadania ativa dos mesmos;

e) Ações de desenvolvimento de estudos de diagnóstico, de metodologias e tecnologias de apoio, de suporte às intervenções.”

O PIEF certifica jovens num percurso sequencial que parte de uma sinalização e diagnóstico, passando pela integração em PIEF, pela elaboração do PSEFI, até à certificação com o terceiro ciclo, numa intervenção subordinada aos princípios a seguir referidos.

- **Individualização** (considerando a idade, situação pessoal, interesses e necessidades de inserção escolar e social, com base na avaliação diagnóstica inicial);

- **Acessibilidade** (permitindo a intervenção e a integração do jovem em qualquer momento do ano letivo);
- **Flexibilidade** (permitindo a integração do jovem em diferentes ações educativas/formativas);
- **Continuidade** (assegurando uma intervenção permanente e integrada);
- **Faseamento da Execução** (permitindo o desenvolvimento da intervenção por etapas estruturantes do percurso educativo e formativo do jovem);
- **Celeridade** (permitindo a obtenção de certificados escolares em períodos de tempo mais curto);
- **Atualização** (permitindo a revisão e alteração do plano, em função das alterações da situação e das necessidades do jovem).

O reforço desta aprendizagem individualizada manifesta-se ainda na definição de um limite máximo de 15 alunos para a constituição do grupo-turma. No decurso do ano letivo, muitos mais alunos poderão passar pelo PIEF devido à possibilidade de se efetuarem certificações, quando já tiverem sido desenvolvidas as competências esperadas por parte dos jovens. Existe assim flexibilidade que se reflete, quer na entrada, quer na saída dos menores, não estando sujeita à lógica do ano escolar.

Verifica-se deste modo que o PIEF pode ao mesmo tempo ser considerado uma medida remediativa e preventiva. (Pereira, 2007, p. 64, citado por Lima 2013) aborda este tema referindo-se a estas duas vertentes do PIEF do seguinte modo: “uma medida remediativa ou corretiva na medida em que se procura diminuir os efeitos nefastos da entrada precoce no mundo do trabalho e possibilitar ao jovem a obtenção de condições propícias a desenvolver um projeto de vida de acordo com os seus reais interesses; preventivo em virtude de, através do PIEF, se evitar a incursão precoce na vida ativa e no mundo do trabalho, especialmente devido ao facto de, também, se integrarem em PIEF menores em abandono escolar e, portanto, em risco de trabalho infantil”.

Esta autora considera que o PIEF é visto como uma medida de exceção que se encontra reservada a menores que eventualmente se encontrem em situação de trabalho infantil. Afirma ainda que jovens em situação de abandono escolar, e com (...) «forte risco de trabalho infantil» e que recusam ou

simplesmente não reúnam condições de regresso/ingresso no sistema de ensino (regular ou recorrente) ” (Pereira, 2007, p. 65) são potenciais alunos de um projeto desta natureza.

Assim, e ainda de acordo com a mesma autora, os projetos PIEF têm por um lado o objetivo de garantir aos menores em situação de trabalho infantil e de abandono escolar, a obtenção da titularidade do 3º ciclo de escolaridade, e por outro lado procuram reforçar competências pessoais e sociais aos jovens que se encontrem à espera da sua integração em percursos profissionais ou profissionalizantes (Pereira, 2007, p. 65).

A integração de jovens em grupos-turma PIEF pretende, também, criar rotinas de assiduidade e pontualidade, bem como proporcionar e levar a ser capaz de estar em situação de sala de aula durante os tempos letivos, cumprindo as regras instituídas e estabelecendo relações com os seus pares. A integração deve estar centrada na escola. Parcerias com outras instituições facilitam o apoio de especialistas na tomada de decisões na equipa, garantindo maior segurança nas medidas tomadas.

Ao longo dos tempos, o combate ao abandono escolar e conseqüente integração na escola foram as principais metas a atingir. Tendo em consideração que alguns destes jovens poderiam eventualmente encontrar-se já em situação de abandono do Sistema Educativo e muitas vezes com percursos de vida desviantes, principalmente quando provêm das piores formas de trabalho infantil, a meta tornava-se ainda de mais difícil alcance.

Na atualidade, a problemática do abandono escolar não será a mais relevante, já que a maioria dos alunos que compõem os grupos-turma PIEF provêm de sinalizações relacionadas com retenção escolar, analfabetismo, mau comportamento ou comportamentos desviantes, insucesso escolar, desfasamento etário face ao nível de ensino frequentado, indícios/práticas de delinquências, problemas psicológicos graves, e carência socioeconómica.

Estes critérios podem levar a que um determinado aluno integre um grupo-turma PIEF, o que se traduz muitas vezes em problemas de relacionamento, de conflitualidade, de desrespeito de normas e regras, algo a que o PIEF também pretende dar resposta. Sendo, tal como referido

anteriormente, uma medida de fim de linha, geralmente implementada quando mais nenhuma solução parece viável, o PIEF lida com situações de total afastamento da vida escolar.

Deste modo, e tal como refere o Guia de orientações para os profissionais da educação (CNPCJR, 2011)<sup>25</sup> na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo, consideram-se exemplos de ações de prevenção terciária, a realizar em contexto escolar, as seguintes:

- A integração de alunos em abandono escolar em Percursos Curriculares Alternativos, em turmas de PIEF ou outras medidas educativas integradoras;
- Apoio Psicológico em contexto escolar a crianças vítimas de maus tratos;
- Programas de apoio a crianças vítimas de “*bullying*” assim como programas que visem o acompanhamento de crianças agressoras;
- Acompanhamento individualizado de crianças com medidas aplicadas pelas CPCJ ou pelos Tribunais; (...)

### **2.1.5 - Especificidade dos Alunos PIEF**

As sinalizações que chegam ao PIEF recaem, na opinião de Pereira (2007 p. 68) citado por (Dias, 2012), “em abandono escolar, em trabalho infantil domiciliário ou esporádico na construção civil, na pesca, na restauração e nas piores formas de trabalho infantil – tráfico e prostituição.” As turmas PIEF trabalham com aqueles jovens que, por razões múltiplas, abandonaram a escola sem obterem sucesso e estão, simultaneamente, ainda fora do mundo do trabalho, sem certificações e sem dispositivos de integração social, tornando-se populações de risco ou em efetiva exclusão. A situação social destes jovens caracteriza-se, na opinião de Pereira (2007 e Roldão 2008 citados por Dias, 2012), quase sempre, por cenários de desfavorecimento económico, cultural e afetivo.

---

<sup>25</sup> Fonte: <http://www.portaldasescolas.pt/portal/server.pt/>

*Estes jovens pertencem, na maior parte das vezes, a famílias carenciadas, desestruturadas e negligentes, não possuindo bases de apoio económico e social. Uma grande parte dos jovens integrados em PIEF têm uma má relação com o pai ou padrasto e, apesar de a mãe funcionar como a figura de referência, nem sempre considera os problemas do filho, deixando-o sem qualquer orientação e com poucas manifestações de afeto, a que se acrescenta baixa expectativa escolar. Ainda relativamente às famílias de que procedem, esclarece que são na generalidade provenientes de meios nos quais a violência doméstica acontece com frequência. (Pereira 2007 citada por Dias p.6 2012)*

O apoio às famílias torna-se imprescindível em todo este processo. Grande parte dos jovens reflete na escola todos os problemas e dificuldades vivenciadas com as suas famílias. (Santos, 2011)

“Estando estes alunos na fase da adolescência, os problemas de muitos deles refletem agressividade e instabilidade emocional” (Dias, 2012 p.6).

É frequente manifestarem uma atitude desafiadora, resistindo à autoridade de qualquer adulto, especialmente à do professor. Estes jovens querem ser autónomos, procuram fazer sempre as coisas a seu modo, recusando aceitar as indicações que lhes são dadas e resistindo, na maior parte dos casos de forma agressiva, às solicitações que lhes são direcionadas. Neste sentido, é tarefa dos técnicos e dos professores motivá-los e incentivá-los a integrarem-se na comunidade, enquanto ajudam os jovens a promover a socialização e as relações inter e intrapessoais (saber ser e saber estar), inculcando-lhes valores fundamentais no educar para a cidadania. (Dias 2012)

## **2.2 - Perfil de Competências do Técnico de Intervenção Local (TIL)**

Em cada grupo-turma, em cada escola onde o PIEF funciona, é estabelecida uma Equipa Pedagógica, que para além dos docentes faz parte também o Técnico de Intervenção Local, doravante designado por TIL.

O TIL está afeto ao projeto por período normal de trabalho a tempo inteiro e em exclusividade, de acordo com as necessidades de diagnóstico das situações sinalizadas, acompanhamento dos jovens integrados nos grupo turma e das respetivas famílias.

O grupo-turma possui o apoio do TIL, que participa no processo de integração e acompanhamento permanente dos alunos ao nível individual, social e familiar, através de uma intervenção integrada com os parceiros das redes locais que apoiam e acompanham os jovens e suas famílias, procurando a promoção da inclusão na comunidade escolar e também na comunidade local, gerindo conflitos e articulando toda a intervenção com os interlocutores identificados da rede PIEF. O TIL assegura o acompanhamento de cada situação individual dos alunos, apoio esse que se traduz no acompanhamento da inserção familiar, no suporte ao trabalho e ao estudo, na circulação de informação de e para os professores e famílias, na participação, na conceção e desenvolvimento das estratégias de ensino, nas atividades na escola, e fora da escola (por exemplo, nas visitas de estudo, na organização de eventos), ou no contato pessoal permanente com cada jovem, e no apoio às situações de transporte e às necessidades de saúde ou outras que surjam, e ainda nas situações da alçada do Tribunal de Menores ou da Segurança Social, quando seja o caso ou, por fim, no apoio a situações de maternidade precoce, entre muitas outras vertentes de enquadramento e apoio.

As suas funções são enquadradas pela Portaria n.º 272/2012 de 4 de setembro.<sup>26</sup> Esta portaria, na Norma XVII, n.º 3, define que ao TIL compete designadamente: realizar diagnóstico sociofamiliar e proposta de intervenção e de encaminhamento das situações sinalizadas de jovens em risco de exclusão social em que esteja em causa o seu direito à educação, bem como participar na integração e acompanhar os alunos integrados no PIEF, ao nível individual, social e familiar em articulação com a rede local de intervenção em termos de atos técnicos e de informação, de acordo com as orientações do ISS,IP que acompanha o Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF e da Entidade Beneficiária do financiamento.

Os objetivos integram-se no âmbito da promoção da inclusão e da cidadania ativa de crianças e jovens:

- a) Desenvolvimento de estudos diagnóstico, de metodologias e tecnologias de apoio e de suporte às intervenções;
- b) Promover a implementação de processos de monitorização da execução das ações;
- c) Implementar a recolha e difusão de informação necessária à boa execução do projeto;
- d) Apoiar os processos necessários a uma adequada interlocução com a gestão do Programa;
- e) Dinamizar processos de mediação com os interlocutores considerados necessários à concretização dos objetivos do projeto;
- f) Garantir a boa execução do Projeto AQPIEF.

Passamos a descrever, de seguida as atividades que compete ao TIL desenvolver:

---

<sup>26</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 171 — 4 de setembro de 2012



## 2.2.1 - Atividades – Descrição

**Quadro 4.** Perfil de Competências do TIL

<b>1. Organização e Liderança</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular com a Escola, o Interlocutor Distrital do ISS,IP, e os parceiros locais o planeamento e gestão de processos, metodologias, estratégias e decisões.</li> <li>▪ Implementar as intervenções locais definidas em articulação com o interlocutor distrital do ISS, I.P. garantindo o trabalho coordenado entre a Escola, a família e os parceiros locais, apoiado em fontes relevantes e informação devidamente estruturada em instrumentos de suporte à intervenção (Ficha de Caracterização e Diagnóstico, Proposta de Intervenção, Projeto de Constituição, PSEFI e Projeto Curricular de Turma).</li> <li>▪ Garantir o levantamento e divulgação locais de respostas para a infância e juventude, respostas sociais gerais, formativas, de exploração vocacional e de emprego.</li> <li>▪ Garantir uma compilação dos recursos possíveis para encaminhamento subsequente ao percurso do aluno, que possam contribuir para uma melhor inclusão social.</li> <li>▪ Planear as intervenções aos vários níveis (alunos, Enc. Educação, família, parcerias)</li> <li>▪ Efetuar o levantamento de necessidades da rede PIEF para cada ano letivo em articulação com o interlocutor distrital do ISS,IP</li> <li>▪ Dinamizar e organizar os projetos de constituição, especificamente dirigidos às situações detetadas, a apreciar e aprovar pelas estruturas de coordenação regional.</li> </ul>
<b>2. Diagnóstico</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diagnosticar, dentro dos prazos estabelecidos, a nível individual, familiar, socioeconómico e educacional os casos sinalizados, em articulação com os interlocutores identificados da rede PIEF, interlocutores do ISS,IP e outros parceiros locais.</li> <li>▪ Recolher e analisar informação e documentação através de atendimentos personalizados, visitas domiciliárias e reuniões com parceiros.</li> </ul>
<b>3. Proposta de Intervenção</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar uma proposta de intervenção para cada uma das situações diagnosticadas para apresentação ao Interlocutor Distrital do ISS,IP</li> <li>▪ Assegurar a análise conjunta da proposta e assinatura dos jovens e pais/encarregados de Educação.</li> <li>▪ Apresentar ao Interlocutor Distrital do ISS,IP para validação e posterior submissão à Estrutura de Coordenação Regional do PIEF.</li> </ul>

- Elaborar um Plano de Intervenção para cada jovem com base na proposta de intervenção aprovada pela ECR e atualizá-lo em função de alterações às condições iniciais.

#### **4. Encaminhamento**

- Promover a integração do jovem na resposta educativa e formativa definida na Proposta de Intervenção aprovada pela ECR e/ou o encaminhamento para outras respostas.
- Articular com as entidades com competência em matéria de infância e juventude que acompanhem o jovem na área da Promoção e Proteção e Tutelar Educativa.

#### **5. Planeamento da Integração**

- Acompanhar o jovem no processo de integração na medida PIEF após aprovação pela ECR comunicada pelo interlocutor distrital do ISS,I.P.
- Colaborar com a ETP na elaboração do PSEFI do aluno, individualizando a intervenção de acordo com as potencialidades e necessidades identificadas.
- Em gabinete, promover todas as formalidades necessárias à integração do jovem na medida PIEF e manter o seu processo individual organizado.
- Promover o estabelecimento dos protocolos necessários à execução da Medida.

#### **6. Promover o envolvimento da família e encarregados de educação na resolução da exclusão social**

- Promover ações de reforço das competências parentais, nomeadamente através de atividades de mediação, sensibilização e informação de pais e encarregados de educação, de articulação com as redes sociais, de animação socioeducativa, de promoção da relação escola, família e comunidade através da realização de workshops que promovam a capacitação parental e familiar diferenciada em função das necessidades identificadas.
- Dinamizar com a colaboração da escola a participação dos Encarregados de Educação no percurso educativo e formativo do aluno.
- Reunir e/ou contactar periodicamente de forma individualizada com/os pais e encarregados de educação para reflexão/informação sobre o cumprimento dos PSEFI dos jovens, em articulação com os parceiros das redes locais que apoiem e acompanhem os jovens e sua famílias
- Acompanhar a família, articulando a intervenção, se necessário recorrendo a visitas domiciliárias.
- Participar nas reuniões iniciais e periódicas com todos os encarregados de educação dos alunos integrados em grupos-turma PIEF.
- Participar nas reuniões com parceiros sociais relevantes que acompanhem o jovem e a família na área da promoção e proteção, tutelar educativo e inclusão social.

<b>7. Mediação</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Mediar as situações de conflito que possam surgir entre quaisquer intervenientes da medida, internos ou externos, promovendo a sua resolução em tempo oportuno e a participação da Direção da Escola sempre que relevante.</li><li>▪ Identificar as necessidades de intervenção individual ao nível educacional e sociofamiliar.</li><li>▪ Avaliar sistemicamente as potencialidades e necessidades do aluno e contempla-las na intervenção dirigida às situações detetadas.</li></ul>
<b>8. Gerir Parcerias</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Recolher, junto dos parceiros informação que permita planificar, diagnosticar e reorientar a intervenção em função das necessidades e potencialidades do aluno e do Grupo Turma.</li><li>▪ Articular informação com outros serviços da escola que favoreçam a aprendizagem do aluno e a sua inclusão social.</li><li>▪ Promover a integração dos jovens em atividades promovidas pela comunidade local.</li><li>▪ Participar nas reuniões periódicas com todos os parceiros PIEF – Assembleia de Parceiros.</li></ul>
<b>9. Participar na Ação Pedagógica</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Promover a mediação de situações de crise/conflito em contexto escolar com a colaboração da escola e dos seus agentes educativos.</li><li>▪ Participar nas reuniões de ETP e disponibilizar informação que contribua para o sucesso escolar do aluno.</li><li>▪ Promover Programas de competências Pessoais e Sociais dos jovens de forma integrada e complementar às atividades dos docentes.</li><li>▪ Promover um ambiente favorável à aprendizagem do jovem e à sua integração na comunidade.</li><li>▪ Planificar a intervenção psicossocial desenvolvida com o grupo-turma PIEF, articulando as atividades no seio da ETP.</li><li>▪ Colaborar com os professores na análise e definição de metodologias e estratégias pedagógicas que conduzam ao cumprimento com sucesso dos PSEFI.</li><li>▪ Promover em articulação com a ETP a integração do grupo-turma PIEF nas dinâmicas escolares existentes.</li><li>▪ Integrar os alunos do PIEF em ações de interesse social e comunitário.</li></ul>

- Estabelecer protocolos em áreas profissionais de interesse dos jovens que permitam promover a exploração vocacional e/ou aquisição de competências em contexto de trabalho.
- Monitorizar a assiduidade e pontualidade dos alunos.
- Fomentar, com a direção da Escola, a participação de alunos, encarregados de educação e/ou elementos da comunidade nas atividades pedagógicas desenvolvidas.
- Fomentar a participação de alunos, encarregados de educação nas decisões sobre o percurso pedagógico.
- Apresentar propostas e colaborar na organização de atividades e de visitas de estudo.
- Participar na adequação do PSEFI em função da avaliação periódica e de alterações à situação inicial diagnosticadas ao longo do percurso educativo e formativo.

#### **10. Monitorização**

- Inserir nos instrumentos de monitorização do PAQPIEF os dados da intervenção.
- Assegurar o preenchimento e reporte operacional nos momentos e prazos identificados.

#### **11. Investigação e Desenvolvimento**

- Participação em formação pessoal de âmbito técnico em áreas de relevante interesse para a intervenção.
- Apoiar projetos pedagógicos/investigação/parcerias que promovam o sucesso escolar.
- Colaborar na investigação e implementação de soluções inovadoras nos domínios da intervenção pedagógica, individual e sociofamiliar.

## 2.2.2 - Atividade Especializada

**Quadro 5.** Perfil de Competências do TIL (continuação)

<b>1. Acompanhamento individualizado dos jovens com PSEFI.</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manter atualizada e prontamente disponibilizável informação sobre a situação individual, familiar, social e escolar de cada jovem, bem como de todas as diligências realizadas, assegurando a reserva e confidencialidade do respetivo processo.</li><li>▪ Estimular os jovens para a sua integração escolar e social.</li><li>▪ Trabalhar individualmente com cada jovem para o motivar para o percurso educativo.</li><li>▪ Estabelecer uma relação de proximidade com cada jovem que permita a coresponsabilização na implementação do seu PSEFI, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais <i>potenciadoras de mudança inter e intrapessoal</i>, garantindo suporte afetivo sempre que necessário.</li><li>▪ Acompanhamento personalizado e próximo de cada jovem sinalizado, se necessário recorrendo a visitas domiciliárias.</li><li>▪ Acompanhamento dos alunos na resolução de situações detetadas ao nível da saúde física e mental.</li><li>▪ Acompanhamento dos alunos na resolução de situações detetadas ao nível do apoio social.</li><li>▪ Capacidade e disponibilidade para ouvir os problemas dos alunos, demonstrando interesse especialmente nas situações de crise e conflito.</li><li>▪ Promover o desenvolvimento de competências inter e intrapessoais que potenciem o desenvolvimento de competências de autonomização dos alunos.</li></ul>
<b>2. Acompanhamento do Plano de Ação do Grupo Turma</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Acompanhar e implementar o Plano de Ação do Grupo Turma.</li></ul>

O contributo do Técnico de Intervenção Local é fundamental no dia-a-dia dos adolescentes não só na escola, mas também fora dela. As experiências que lhes são ministradas e o acompanhamento personalizado que lhes é prestado são substanciais e primordiais para o sucesso de cada aluno.

O Técnico de Intervenção Local serve de modelo e inspira confiança e credibilidade aos adolescentes. É necessário que possua um conjunto de competências que o tornem um bom profissional como: humildade, flexibilidade, paciência, convicção, pro atividade e inteligência emocional, para

que possa responder às necessidades e anseios dos adolescentes com eficácia.

Segundo Lima (2013, p.31) “esta ação da TIL é vista como essencial porque sendo capaz de motivar os alunos, faz com que estes modifiquem a sua atitude face à escola quer seja através de informação quer através de mediação de conflitos, o que contribui para o sucesso de cada aluno.”.

Cabe aos Técnicos de Intervenção Local inverter o cenário de desmotivação e desinteresse pela escola e, por outro lado motivar, incentivar e ajudar estes alunos para a aprendizagem escolar, procurando proporcionar um ambiente acolhedor, manifestar confiança, expressar interesse pessoal, conversar, ganhar e demonstrar confiança.

*Em suma: “as funções da TIL são classificadas como “Muito Importantes”, na medida em que a TIL é considerada fundamental porque desempenha funções que complementam o trabalho docente, nomeadamente o acompanhamento dos alunos e o contacto permanente com as respetivas famílias, para além da mediação de eventuais conflitos, o estabelecimento e manutenção de relações com os parceiros sociais, a organização de visitas de estudo e outras atividades pertinentes para colmatar as necessidades mais prementes”.* (Lima 2013 p.37)

## **2.3 - Rede de Parceiros**

Uma das especificidades da metodologia PIEF tem a ver com a “lógica da parceria de atores sociais diversos” (Roldão, 2008, p.18). Assim, o trabalho do TIL desenrola-se à volta de uma rede de parceiros.

A Entidade Beneficiária do projeto mobiliza respostas e parcerias, nomeadamente com o Instituto da Segurança Social, I.P., com a Câmara Municipal, Junta de Freguesia, com instituições culturais e desportivas, para além do recurso ao programa “Escola Segura” da Polícia de Segurança Pública (PSP), à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), à Unidade de Saúde, para além de outros, que em conjunto agem no sentido de alcançar o

objetivo do combate ao abandono e ao insucesso escolar. Todos estes intervenientes se constituem como parceiros no PAQPIEF.

Estas parcerias constituem-se como recursos permanentes de apoio a todos os jovens no seu percurso de escolarização, e são tidas em conta nas políticas das escolas e agrupamentos, orientadas para a construção de uma escola de espectro largo, mais aberta à comunidade e mais valiosa também para os seus membros.

Tendo em conta o perfil do aluno, muitas vezes em situações de risco, que geralmente se caracteriza por apresentar um atraso escolar significativo, um afastamento de ambições escolares acompanhado de uma falta de interesse pela escola, de ambições quanto ao mundo do trabalho desejando entrar na vida ativa para conseguir autonomia e liberdade, sendo geralmente mais velhos do que os colegas do mesmo grau de ensino, e muitas vezes sem apoio familiar, fruto de um meio familiar intelectualmente desfavorecido, evidenciam um rendimento escolar insuficiente.

Para dar resposta a estas situações, e sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais de modo a uma futura integração responsável na vida ativa e social, são realizadas várias atividades que implicam o contacto com novas realidades e novos contextos.

Estas atividades/ações são traçadas no Plano de Ação que é elaborado pela Entidade Beneficiária do projeto no início de cada ano escolar. E que depois de aprovado é colocado em prática, de acordo com as necessidades de cada grupo/turma.

Considerando que no PIEF, para além do “saber-saber” se pretende valorizar o “saber-ser” e o “saber-estar”, muitas vezes são implementadas atividades/ações, que sempre tendo em linha de conta o perfil dos alunos, pretendem promover o desenvolvimento de competências para a cidadania e atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade.

Estas atividades têm como objetivo principal a promoção da integração social dos jovens. Assim, ao longo de cada ano são realizadas várias atividades, em articulação e com o apoio dos parceiros, que implicam o contacto com novas realidades e novos contextos, visando o desenvolvimento

de competências pessoais e sociais orientadas para uma futura integração responsável na vida ativa e social.

Em suma: o PIEF é uma resposta educativa e formativa individualizada de aquisição de competências e promoção de reintegração de crianças e jovens nas escolas, que procura favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória a menores e a certificação escolar e profissional de menores a partir dos 15 anos.

O trabalho com estes alunos concretiza-se através de um diagnóstico prévio e da elaboração de planos socioeducativos e formativos individualizados, que visam a promoção da inclusão e da cidadania ativa de crianças e jovens através de diversas ações.



## CAPITULO 3

# QUALIDADE DE VIDA

---

Como a qualidade de vida pode ser definida? (...) É o tempo de trânsito e as condições de tráfego, entre o local de trabalho e de moradia. É a qualidade dos serviços médico-hospitalares. É a presença de áreas verdes nas grandes cidades. É a segurança que nos protege dos criminosos. É a ausência de efeitos colaterais de medicamentos de uso crónico. É a realização profissional. É a realização financeira. É usufruir do lazer. É ter cultura e educação. É ter conforto. É morar bem. É ter saúde. É amar. É, enfim, o que cada um de nós pode considerar como importante para viver bem.

Assim, a qualidade de vida foi definida como sensação íntima de conforto, bem-estar ou felicidade no desempenho de funções físicas, intelectuais e psíquicas dentro da realidade da sua família, do seu trabalho e dos valores da comunidade à qual pertence. (Nobre, 1995)

## **CAPÍTULO 3: QUALIDADE DE VIDA**

Cada vez mais se fala sobre qualidade de vida. É uma conceção que envolve parâmetros de tudo o que se relaciona com o ser humano, sua cultura e meio.

A qualidade de vida não é um tema com idêntico alcance para todos os tempos e para os diferentes estratos sociais. Também não existem sempre as mesmas ameaças ao ecossistema humano. A Humanidade, no seu desenvolvimento, vai adquirindo a consciência do que seja mais adequado e condigno para o Homem.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Cf. Infopédia. (2003-2014). Porto Editora.

### **3.1. - O que se entende por Qualidade de Vida**

Indo de encontro ao objetivo de identificar e avaliar a perceção da Qualidade de Vida dos adolescentes integrados no PAQPIEF, torna-se imprescindível proceder à definição do conceito de Qualidade de Vida.

O nosso interesse acerca deste conceito surgiu pelo fato de, enquanto Técnica de Intervenção Local a acompanhar um grupo/turma PIEF, em que os adolescentes que integram este grupo possuem características próprias, como o abandono escolar, o insucesso escolar, analfabetismo e o absentismo escolar, fatores que influenciam a sua qualidade de vida escolar.

O conceito de qualidade de vida é um construto moderno e uma preocupação antiga, uma vez que a ideia de se viver com qualidade já era preocupação na antiguidade.

Aristóteles em 384 e 322 a.C. referia-se à associação entre felicidade e bem-estar (Diniz e Schor, 2006) citados por (Fieldler,2008). Hipócrates, em 460 e 370 a.C., e Galeno, em 132 e 200 d.C., afirmavam que o equilíbrio sustenta um corpo saudável (Gordon, 2002 op. cit). Epicteto, filósofo do Estoicismo, que viveu no Império Romano entre 55 e 135 d.C., influenciou grandes pensadores com suas obras, que buscam respostas de como viver uma vida com qualidade, tranquilidade e sabedoria.

Epicteto admitia que a vida quotidiana apresentava dificuldades nos mais variados graus e que a filosofia teria por função auxiliar as pessoas a enfrentarem positivamente os seus desafios. Os seus princípios para uma vida de qualidade consistiam em dominar os desejos, desempenhar as obrigações e aprender a pensar com clareza a respeito de si mesmo e do seu relacionamento com a comunidade, fundamentos da moderna psicologia de auto - gerência (ibidem).

No século XVII, Coménio já demonstrava a vinculação entre saúde, higiene e educação e o prolongamento da vida. Ressaltava os riscos

decorrentes dos excessos cometidos contra o corpo, além de preocupações sobre como fazemos uso da vida. Atualmente o esforço não visa somente prolongar os anos de vida, mas vivê-la integralmente (ibidem)<sup>28</sup>.

Interpretar, qualidade de vida não é tarefa simples, pois a ideia é complexa, ambígua e difere conforme as culturas, a época, o indivíduo e até num mesmo indivíduo modifica-se com o tempo e as circunstâncias, o que hoje é boa qualidade de vida, pode não ter sido ontem e poderá não ser daqui a algum tempo (Leal, 2008 citado por Costa s/d)<sup>29</sup>.

Após a 2.<sup>a</sup> Guerra mundial o conceito de qualidade de vida foi utilizado para caracterizar a porção de bens materiais adquiridos pelas pessoas. Nos anos 50 do século XX, com a evolução tecnológica, os investigadores focaram-se no campo da saúde, educação e economia (Sampaio,2007).

No início da década de 90, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reuniu um conjunto de peritos formando assim WHOQOL Group, com o objetivo de definir o conceito de qualidade de vida e construir um instrumento para a sua avaliação. Surge desta forma a definição de Qualidade de Vida sendo a perceção do indivíduo sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

A partir da década de 90, torna-se consensual entre os investigadores que, definir qualidade de vida, deverá ser perspectivado em função da sua subjetividade e do seu carácter multidimensional.

Chantal Couvreur (2001) citado por Costa M.R.C (2012) define qualidade de vida como “ um valor diferente de indivíduo para individuo” e que se pode até modificar ao longo da vida.

Por sua vez, Robert Schalock (1996,1999) citado por Costa M.R.C (2012) atesta que a qualidade de vida está relacionada com o grau de satisfação subjetiva que a pessoa sente pela vida e é influenciada por todas as dimensões da personalidade: física, psicológica, social e espiritual.

---

<sup>28</sup>Fonte: [http://www.abem-educmed.org.br/pdf\\_tese/tese\\_patricia\\_tempski.pdf](http://www.abem-educmed.org.br/pdf_tese/tese_patricia_tempski.pdf), consultado em 13/01/2014.

<sup>29</sup>Fonte:<http://pensarsardoal.blogspot.pt/2013/02/o-que-e-isso-da-qualidade-de-vida-o.html>, consultado em 18/01/2014.

Na opinião de Costa (2012) existe boa qualidade de vida quando as aspirações de um indivíduo são atingidas e preenchidas, pela sua situação atual. Existe má qualidade de vida quando há grande divergência entre as aspirações e a situação atual.

Reúne consenso geral, que definir qualidade de vida constitui conceito amplo, que abrange a complexidade do construto que inter-relaciona, o meio ambiente com os aspetos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais.

Os investigadores Miguel Ángel Verdugo, María Gómez Vela, Francisca Gonzalez Gil e Maria Isabel Calvo, da Universidade de Salamanca investigaram, e desenvolveram nos últimos anos, instrumentos de avaliação da perceção da qualidade de vida.

No entanto, apesar de o conceito da qualidade de vida ser complexo, impreciso, e com muitos aspetos a investigar e a modificar, Schalock y Verdugo, 2003, propõem oito princípios essenciais de qualidade de vida:

- Os fatores e as relações que afetam a qualidade de vida são os mesmos, quer para pessoas com ou sem deficiências;
- Existe qualidade de vida quando uma pessoa em função das suas características/necessidades tem os mesmos direitos e oportunidades de perseguir e alcançar os seus objetivos de vida, nomeadamente no seio familiar, na comunidade, na escola e no trabalho;
- A qualidade de vida é um conceito multidimensional que pode ser validada por um conjunto amplo de pessoas que representam uma variedade de pontos de vista dos consumidores e suas famílias, defensores e pessoas que lhes prestam serviços;
- A qualidade de vida melhora à medida que se preparam e se formam as pessoas para a capacidade na tomada de decisões pessoais;
- A qualidade de vida melhora à medida que se aceita e se integra, na totalidade, as pessoas nas suas comunidades locais;
- A qualidade de vida é um conceito organizador que pode ser usado para fins diversos, incluindo a avaliação das dimensões essenciais associadas com uma qualidade de vida, propor e orientar referências na abordagem do

cliente e dos serviços e valorizando os sentimentos de satisfação e bem-estar pessoal.

O estudo da qualidade de vida exige uma profunda compreensão das pessoas, e múltiplas perspetivas.

A avaliação da qualidade de vida requer múltiplas técnicas de medida.

Face ao exposto, existe concordância, na comunidade científica de que se trata de um conceito multidimensional, que inclui bem-estar (material, físico, social, emocional e produtivo) e satisfação em várias áreas da vida.

### **3.2 - Modelos de Avaliação da Qualidade de vida: Modelo de Schalock e Verdugo**

De seguida far-se-á uma breve alusão aos diferentes modelos, privilegiando para o nosso estudo o modelo proposto por Schalock e Verdugo (2003) - modelo ecológico. Schalock e Verdugo, 2003. Para estes autores qualidade de vida faz-nos pensar por excelência em “critérios (...) associados a características humanas e a valores positivos, como a felicidade, o êxito, a riqueza, a saúde e a satisfação de vida, indicando que o conceito concerne à mesma essência e a aspetos especiais da existência humana.”

Os modelos que se seguem assentam numa visão multidimensional, combinando a abordagem objetiva e subjetiva, de modo a incluir na pesquisa a experiência que os indivíduos detêm sobre as condições da sua própria vida.

Destacam-se os modelos da OMS, de Cummins (1993-1997) [modelo compreensivo], de Felce e Perry (1993) [modelo tripartido], e de Schalock e Verdugo (2003) [modelo ecológico].

**Quadro 6. Dimensões centrais da qualidade de vida**

<b>Investigador/ Organização</b>	<b>Dimensões – chave</b>
<b>Flanigan (1982)</b>	Bem-estar físico e material; Relações com outras pessoas; Atividades sociais, comunitárias e cívicas; Desenvolvimento e ganho pessoal; Ócio
<b>OMS (1997)</b>	Saúde física; Psicológica; Nível de Independência; Relações sociais; Contexto; Espiritualidade; religião; crenças pessoais.
<b>Cummins (1996)</b>	Bem-estar material; Saúde; Produtividade; Intimidade; Segurança; Viver em comunidade; Bem-estar emocional.
<b>Felce (1997)</b>	Bem-estar físico; Bem-estar material; Bem-estar social; Bem-estar relativo da produtividade; Bem-estar emocional; Bem-estar em relação aos direitos ou a aspetos cívicos.
<b>Schalock (1996, 2000)</b>	Bem-estar emocional; Relações interpessoais; Bem-estar material; Desenvolvimento pessoal; Bem-estar físico; Autodeterminação; Inclusão social; Direitos.

(Fonte: Dimensões da Qualidade de Vida, Schalock e Verdugo, 2003)

Neste sentido e atendendo às situações e problemáticas associadas aos adolescentes em estudo, (abandono escolar, absentismo, analfabetismo, às quais se pode ainda associar, condição sócio económica, comportamento de risco/desviante, indícios de utilização da criança/jovem em prostituição, em consumo de drogas, mendicidade e trabalho infantil) é nosso entendimento que o modelo proposto por Schalock y Verdugo, 2003, que contempla as dimensões:

Relações Interpessoais - Bom relacionamento familiar: casais, pais, filhos, tios, primos e parentes próximos. Amizade; Relacionamento social: com conhecidos, colegas de turma, colegas de trabalho; Intimidade; Redes de apoio social;

Bem-estar Material:- Alimentação e habitação; conforto; situação económica; rendimentos; estabilidade económica; haveres; emprego e produtividade;

Desenvolvimento Pessoal - Competências e habilidades; atividades de interesse; educação, oportunidades formativas; enriquecimento pessoal; independência; desenvolvimento intelectual; plano de vida; progresso; lazer;

Bem-estar Emocional - Satisfação, felicidade; bem-estar geral; segurança pessoal/emocional; autoconceito, autoestima e autoimagem; metas e aspirações pessoais; crenças; espiritualidade; energia;

Integração/ Presença na Comunidade - Acesso comunitário; presença comunitária e participação; aceitação, direitos; nível social dentro do grupo; integração/inclusão; atividades sócio comunitárias; normas/regras; características ambientais, quantidade e qualidade dos serviços e recursos comunitários;

Bem-estar Físico - Saúde e estado físico; mobilidade; prestação de cuidados de saúde, segurança física.

Autodeterminação - Escolhas pessoais; tomada de decisão controle pessoal; formação e autonomia, poderá contribuir para o conhecimento da percepção da qualidade de vida dos adolescentes integrados no PAQPIEF, e assim facilitar o planeamento de ações potencializadoras de satisfação de vida dos adolescentes.



**Figura 5.** Modelo de Schallock e Verdugo (2003)



Fonte: Elaboração própria.

Gómez Vela y Verdugo (2002, 2004) elaboraram um marco teórico sobre as dimensões que compõem o conceito de qualidade de vida dos adolescentes e construíram um instrumento de avaliação adaptado às características dos adolescentes com e sem necessidades educativas especiais.

Schallock e Verdugo, 2003 referiram que “qualidade faz-nos pensar por excelência em critérios (...) associados a características humanas e a valores positivos, como a felicidade, o êxito, a riqueza, a saúde e a satisfação de vida, indicando que o conceito concerne à mesma essência e a aspetos especiais da existência humana.”

Os mesmos autores acrescentam que “é necessário, também, que a escola se centre nas múltiplas dimensões da vida de cada aluno. E que os êxitos e os fracassos, a planificação educativa e sua avaliação, respondam às

necessidades e aos desejos dos alunos nestas dimensões”. (Schalock e Verdugo, 2003, p.72 in revista ibero americana de educação).<sup>30</sup>

As sete dimensões descritas definem operacionalmente o conceito de qualidade de vida, sendo que a sua utilidade e validade é reconhecida. Através das dimensões será possível avaliar a qualidade de vida dos adolescentes integrados em grupos/turma PIEF.

Avaliar a Qualidade de Vida do adolescente em contexto escolar, recolher dados sobre si próprios, escola, família, amigos e comunidade é de extrema importância, pois a partir de tal conhecimento podem-se direccionar ações e intervir de forma a minimizar as situações mais problemáticas e angustiantes, bem como maximizar as situações onde os alunos possam trabalhar todas as suas potencialidades de forma a refletir positivamente na sua qualidade de vida.

---

<sup>30</sup> Fonte: [http://www.rieoei.org/rie\\_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3o](http://www.rieoei.org/rie_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3o) acedido a 25/01/2013

## Qualidade de Vida na Adolescência

A fase do meio  
Nem criança nem adulto  
Sem sim ou não  
Mas a indecisão.

A tristeza pode dominar  
Mas a alegria pode mudar  
Podemos nos esconder  
Mas a vida temos que viver.

A rebeldia começa  
Sem falar  
e apenas reclamar.

É hora de me encontrar  
Em um lugar de muitos  
Esse lugar é o mundo.<sup>31</sup>

(Texto aluno Vitor Potiens Costa)

---

<sup>31</sup> Fonte: <http://www.colegiosantaursula.com.br/2012/Noticia/Poema-Adolescencia-em-forma-de-soneto>

## **3.3 - Qualidade de Vida na Adolescência**

### **Adolescência**

A adolescência é uma etapa relevante na vida do Homem, que se inicia por volta dos 10 anos de idade e termina por volta dos 19 anos, período durante o qual ocorrem diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais (Infopédia 2003 – 2014).

É uma etapa em que o jovem, depois de proceder ao desenvolvimento da sua função reprodutiva e de se determinar como um indivíduo único, vai definindo a sua personalidade, identidade sexual e os papéis que desempenhará na sociedade. (Ibidem)

#### **3.3.1 - Definição e caracterização da Adolescência**

A adolescência é definida pelo período da vida entre a puberdade e a vida adulta (Larousse, 1997) citado por (Costa M.C.R. 2012).

Enciclopédia Larousse define adolescência como:

*Período de desenvolvimento que se situa entre o aparecimento das principais mudanças da puberdade e a maturidade adulta. Para além das alterações fisiológicas e orgânicas, durante este período, ocorrem diversas mudanças no desenvolvimento psicológico, nos domínios cognitivo, emocional, psicosexual moral e social que abrem novas possibilidades de pensamento e de ação aos sujeitos. O indivíduo tem de aprender a desenhar novos padrões de comportamento, adaptativos não só às mudanças que ocorrem neles próprios, às suas novas competências, interesses e valores, como às novas exigências sociais, que esperam dele um comportamento diferente, mais maduro e responsável. Estas novas aprendizagens, tanto podem ser vividas pelo jovem como desafios que o incentivem a levar mais longe o seu esforço da adaptação, como podem ser experimentadas como ameaças ou obstáculos que dificultam ou perturbam a sua adaptação psicológica. A diferente forma como o adolescente vai lidando com estas mudanças depende, em muito, da maneira como o meio social,*

*escolar e familiar interage com ele, o ajuda ou a negligência. Este período tem sido entendido comumente como a fase mais crítica do desenvolvimento humano (pp. 101-102).*

A adolescência é um período de vida que merece atenção, pois esta transição entre a infância e a idade adulta pode resultar ou não em problemas futuros para o desenvolvimento de um determinado indivíduo.

A palavra adolescência vem do latim “adolescere” que significa “fazer-se homem/mulher” ou “crescer na maturidade” (Muuss, 1976), sendo que somente a partir do final do século XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento. (Ferreira, 2002).

Atualmente, a adolescência caracteriza-se como uma fase que ocorre entre a infância e a idade adulta, na qual há muitas transformações tanto físicas como psicológicas, que possibilitam o aparecimento de comportamentos irreverentes e o questionamento dos modelos e padrões infantis que são necessários ao próprio crescimento.

*Autores como Muuss (1976), Sprinthal e Collins (1994) e Ferreira (1995), referem que, Hall postulava que na adolescência o indivíduo passava por um novo nascimento, marcado por mudanças significativas, que culminavam numa nova personalidade, diferente da personalidade da infância. Essas mudanças eram consequências da maturação sexual, sendo, portanto de origem biológica. Ele denominou esse período de tempestade e tensão, caracterizado por anomalias de comportamento que se modificavam à medida que o indivíduo alcançava a maturidade sexual. (Ferreira, M. 2002,p.144)*

Os adolescentes de hoje caracterizam-se pela heterogeneidade, mas em todos é possível descortinar uma exploração e uma tentativa de conhecimento dos mundos interno e externo, que culmina na definição do *self*, o próprio e característico da singularidade de cada adolescente.

Este período é marcado pela aceleração de crescimento e, conseqüentemente, pelo aumento das necessidades de energia e, em geral, de todos os nutrientes. Entre rapazes e raparigas observa-se um desfasamento no crescimento, sendo o salto pubertário mais precoce nas raparigas. Nestas, ocorre também uma maior acumulação de tecido adiposo, relacionada com a maturação sexual e a ocorrência da menarca (WHO, 1995) citado por (Sampaio 2010).

Simultaneamente, com as modificações corporais, ocorre o desenvolvimento psicossocial, tornando os adolescentes particularmente vulneráveis a excessos, carências e desequilíbrios (...) (ibidem).

### 3.3.2 - Fases da adolescência

A Organização Mundial de Saúde (OMS) adota o critério cronológico para definir a adolescência, considerando dois períodos, o inicial entre 10 e 14 anos, e o final, entre os 15 e os 19 anos (WHO, 1995).

*A OMS também considera que a puberdade é geralmente reconhecida como o começo da adolescência. Com as mudanças biológicas e a maturação sexual, os adolescentes devem incorporar as suas novas imagens corporais, capacidade reprodutiva, e energia sexual emergente para definir a sua identidade, bem como aprender a enfrentar a maturação corporal, através das suas reações e das dos seus pares. Há diferenças biológicas básicas para rapazes e raparigas no tempo pubertário e na construção social do género em relação ao significado e ação do adolescente (WHO, 2000ª citado por Sampaio, 2010 pp 3,4).*

Embora com assinaladas variações individuais, é possível caracterizar três fases na adolescência: A fase inicial que se situa entre os 12 e os 14 anos, fase intermédia entre os 14 e os 16 anos e a fase final entre os 17 e os 19 anos. Daremos ênfase à fase intermédia (14 aos 16 anos) pelo motivo de a amostra do nosso estudo se enquadrar nesta fase. Estas fases não são estanques nem independentes. As suas principais características encontram-se nas outras fases e interferem na forma como cada uma é ultrapassada.

1ª Fase - entre os 12 e os 14 anos: há alterações marcadas a nível físico, nas atitudes e nos comportamentos, com menor envolvimento nas rotinas familiares e maior gosto em estar sozinho. Desenvolve-se uma sexualidade intimista, em que o jovem vive as mudanças corporais e aprende progressivamente a lidar com as fantasias e os impulsos até então desconhecidos. Em muitos casos, existe um certo grau de introversão, como se o adolescente procurasse compreender o que se passa consigo (Sampaio, 2006).

2ª Fase - entre os 14 e os 16 anos: nesta fase, na maior parte dos casos, completam-se as alterações corporais; conjuga-se o raciocínio abstrato em desenvolvimento com a tomada mais realista de decisões; e há tendência para a identificação com o grupo de pares, quer no mundo real, quer agora nas redes sociais da internet. Existe um esforço no sentido da autonomia, sendo as manifestações da sexualidade agora mais exteriorizadas. A autoestima e a autoimagem tornam-se decisivas face à possibilidade de comportamentos de risco.

*A atitude de enfrentar riscos – uma característica comum da fase inicial à fase intermediária da adolescência, quando os indivíduos experimentam "comportamentos adultos" – diminui na fase final da adolescência, à medida que se desenvolve a capacidade de avaliar riscos e de tomar decisões conscientes. No entanto, o consumo de cigarros e experiências com drogas e álcool frequentemente são práticas adquiridas na fase temerária anterior e seguem por toda a fase final da adolescência e na vida adulta. Por exemplo, calcula-se que um em cada cinco adolescentes de 13 a 15 anos de idade fuma, e que cerca de 50% daqueles que começam a fumar na adolescência continuam a fazê-lo por no mínimo 15 anos. O outro aspeto do desenvolvimento explosivo do cérebro, que ocorre durante a adolescência, é que esse órgão pode ser séria e permanentemente prejudicado pelo consumo excessivo de drogas e álcool (UNICEF, 2011).*

Neste período os adolescentes possuem a sensação de que nada vai acontecer com eles. Esta sensação torna-os propícios às situações de risco que estão presentes na maioria dos lugares frequentados como: bares, festas e até mesmo na escola (Sene e Medeiros, 2010).

Observam-se nesta fase comportamentos negativos, de inconformismo e agressividade para com os outros causados pela frustração de não poderem valer-se por si mesmos. (Lira, C. s/d)<sup>32</sup>

Como nos foi já referido por (Pereira, 2007) a adolescência é o período que agrava os problemas dos adolescentes, sobretudo a agressividade e instabilidade social.

Frequentemente, o adolescente não é feliz, embora tenha os seus momentos de felicidade e, não poucas vezes, de grande alegria. Com muita

---

<sup>32</sup> :[http://www.rieoei.org/rie\\_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3](http://www.rieoei.org/rie_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3) a 25/01/2013.

frequência estes são eclipsados pelas frustrações, os desencantos e as angústias que acompanham a saída da infância na nossa cultura atual (idem).

3ª Fase - entre os 17 e os 19 anos: é agora consolidada a exploração de objetivos académicos, interesses culturais e desportivos, bem como aumentam as tentativas de estabelecimento de laços afetivo-sexuais e sociais mais estáveis. Existe uma maior definição do *self*, com consolidação da pertença a grupos, ideais coletivos ou subculturas juvenis. Desenvolvem-se novas capacidades cognitivas, modificam-se as relações com os pais e amigos e o adolescente caminha para uma progressiva autonomia (Pataki, 2009 citado por Sampaio, 2010).

São anos difíceis caracterizados por constantes modificações internas e externas, com momentos de emoções contraditórias, ao mesmo tempo em que se sentem eufóricos e fortes, momentos depois se sentem infelizes e angustiados, o fator psicológico e social é bastante evidenciado neste período (ibidem).

Uma das maneiras mais comuns de resolver a situação que lhes provoca infelicidade é fugir dela. Muitos adolescentes fogem de casa, abandonam os estudos e começam a trabalhar para poderem ser independentes. Entre os adolescentes insatisfeitos consigo mesmos e com o papel que desempenham na vida, é vulgar o desejo de serem outra pessoa. (Cardona Lira s/d).

Em suma: A qualidade de vida em Adolescentes é um tema que cada vez mais tem maior relevância. Ao longo deste capítulo apresentamos diferentes definições e instrumentos de avaliação sobre qualidade de vida na adolescência. Seleccionámos o modelo proposto por (Schalock & Verdugo 2002,2004) como modelo de orientação e fundamentação do estudo. Procedemos ainda à definição e caracterização da adolescência.



## **PARTE II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

## **CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 - Introdução à investigação - Delimitação do problema e objetivos de investigação**

Após a revisão bibliográfica apresentada no enquadramento teórico, interessa agora centrar a nossa atenção no trabalho empírico que desenvolvemos sobre “Qualidade de vida de adolescentes – um estudo no 3º ciclo do ensino básico – PAQPIEF”.

A escolha deste tema justifica-se dentro do contexto do Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização educação especial, bem como se insere dentro da mesma área de atividade profissional, Técnica de Intervenção Local.

Os adolescentes integrados no PIEF são adolescentes com especificidades de vida muito próprias, caracterizam-se pelo abandono escolar, pelo insucesso, a estas problemáticas acrescem outras como, como condições socioeconómicas desfavoráveis, famílias desestruturadas e negligentes, o que para Pereira (2007) e Roldão (2008), o que nos levou à **delimitação do problema e objetivos da nossa investigação** dado que estes fatores constituem enquadramento de baixa expectativa cultural, social e escolar.

Face à delimitação enunciada formulamos a seguinte pergunta de partida: **Como percecionam os adolescentes do 3º ciclo do Ensino Básico a sua Qualidade de Vida?**

Tendo esta investigação como objeto de estudo a avaliação da qualidade de vida de adolescentes integrados no PAQPIEF pretendemos alcançar os seguintes objetivos:

Identificar, analisar e avaliar a perceção da qualidade de vida global e dimensional dos adolescentes integrados no PAQPIEF do 3º ciclo de ensino básico de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto.

Conceber uma proposta de planeamento e intervenção direcionada para as necessidades avaliadas.

## **4.2 - Hipóteses - Questões de Investigação**

Segundo Quivy & Champenhoudt (2008) a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor. As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipótese com a realidade.

Neste sentido com base na bibliografia e fundamentação teórica estudada e para dar resposta aos objetivos propostos, enunciamos as seguintes questões de investigação:

**1. Quais as dimensões: Bem-estar Físico, Bem-estar Material, Autodeterminação, Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade, Relações Interpessoais e Desenvolvimento Pessoal, em que os adolescentes do 3º ciclo de ensino básico, integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto evidenciam perceção de qualidade de vida, menos satisfatória?**

Partimos do pressuposto que os adolescentes integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto percecionam qualidade de vida menos satisfatória, nas dimensões autodeterminação e bem-estar emocional.

## **2. Como é percecionada a qualidade de vida global dos adolescentes do 3º ciclo de ensino básico, integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto.**

Para dar resposta às nossas questões de investigação aplicamos o “Cuestionario de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes (CCVA), Gómez-Vela y Verdugo (2002, 2004) traduzido, adaptado e validado para português por Costa, M.C.R. (2012) (anexo 1).

Moreira (2004 citado por Luzio 2006, p.227) refere que:

*É do maior interesse encorajar os investigadores a considerar a possibilidade de utilizarem instrumentos desenvolvidos por outros, proporcionando assim não só um concentrar de esforços que poderá conduzir a uma melhoria significativa da qualidade de versões futuras dos questionários, mas também a possibilidade de comparação direta dos resultados obtidos em diferentes amostras, facilitando a acumulação de conhecimentos que caracteriza o avanço da ciência.*

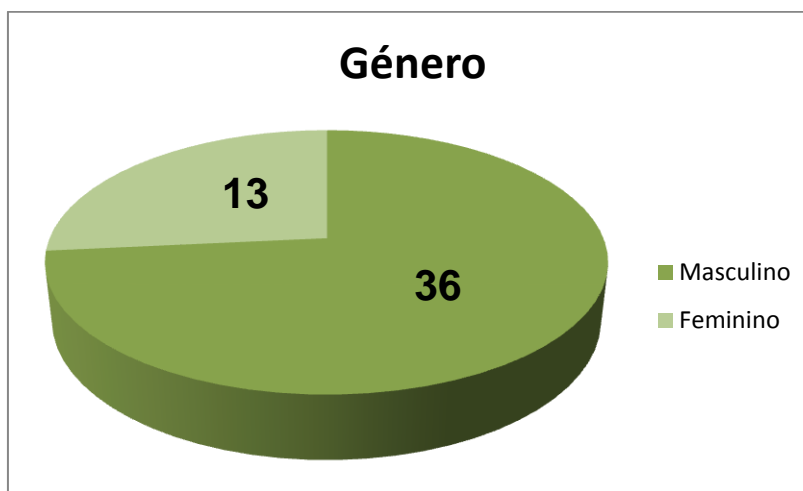
A seleção do modelo proposto para avaliação da perceção da qualidade de vida, (Gómez Vela, 2002,2004) permite aperfeiçoar o CCVA – Questionário de Avaliação da Qualidade de vida, traduzido e adaptado para português por Costa M.R.C (2012) em Adolescentes, e assim permitir identificar, analisar e avaliar a perceção da qualidade de vida dos adolescentes integrados no PAQPIEF.

### **4.3 - Caracterização da Amostra**

A amostra do nosso estudo é constituída por 49 adolescentes, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 14 anos e os 17 anos a frequentar o Programa de Apoio e Qualificação da medida PIEF. Sendo que 15 adolescentes frequentam o PIEF na Escola EB 2,3/S de Mondim de Basto, 11 frequentam no Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar, 12 frequentam no Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz de Montalegre e 11 no Agrupamento de Escolas Nadir Afonso de Chaves.

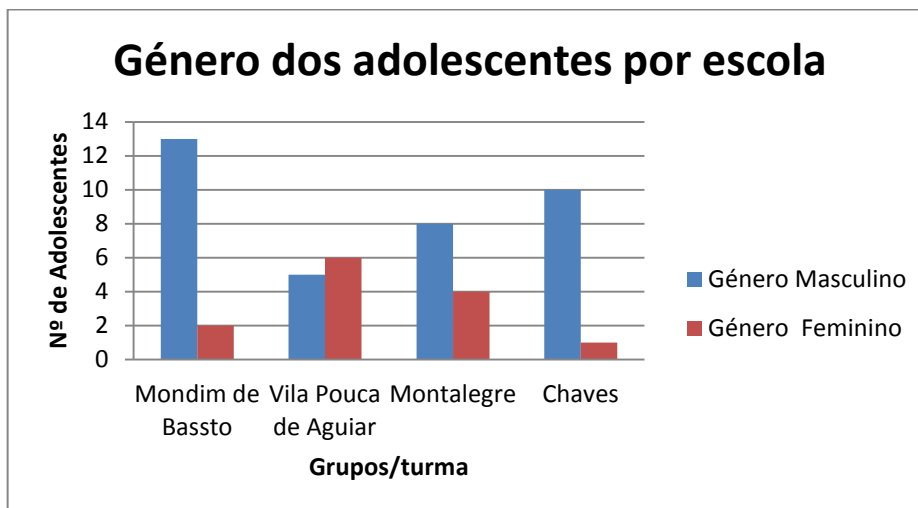
Optamos por definir esta delimitação da amostra, pelo facto de, enquanto investigadora, integrar o núcleo de trabalho do centro distrital da Segurança Social de Vila Real, o que facilita a aplicação e recolha da perceção dos adolescentes.

**Gráfico 1. Género dos adolescentes**



A maioria dos participantes do nosso estudo é do sexo masculino, 36 adolescentes e 13 do sexo feminino (gráfico1).

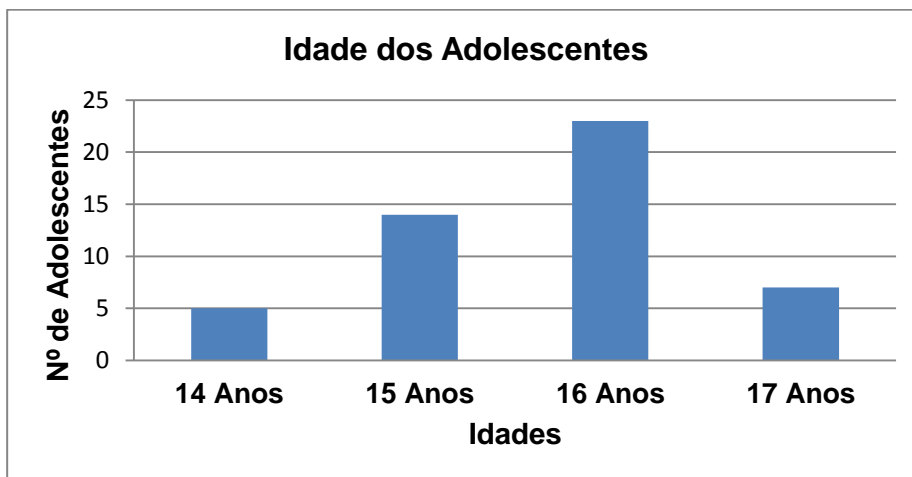
**Gráfico 2. Género dos Adolescentes por escola**



Verificamos que no grupo/turma do PIEF de Mondim de Basto 13 adolescentes que participaram no nosso estudo são do género masculino e 2 do género feminino, no grupo/turma de Vila Pouca de aguiar 5 são do género feminino e 6 do género masculino, no grupo/turma de Montalegre 8 são do

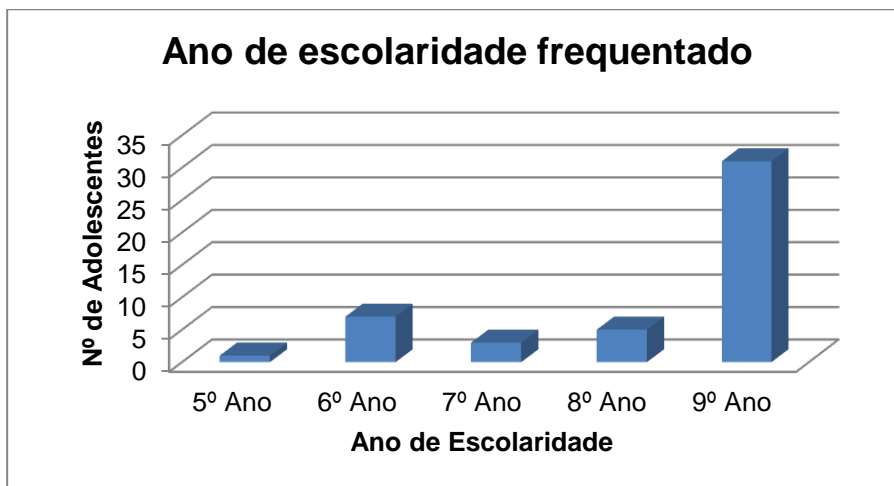
género masculino e 4 do género feminino e, por fim no grupo/turma de Chaves10 são do género masculino e 1 do género feminino (gráfico 2).

**Gráfico 3.** Idade dos Adolescentes



As idades dos adolescentes estão compreendidas entre os 14 anos e os 17 anos de idade, sendo que a maioria dos adolescentes questionados apresentam 16 anos de idade.

**Gráfico 4.** Ano de escolaridade frequentado



De referir que sendo a delimitação da amostra 3º ciclo do ensino básico, verifica-se que 8 adolescentes se encontram a frequentar o 2º ciclo de escolaridade. Tal facto poder-se-á dever a um ingresso tardio na escola, possível abandono escolar ou outra causa não identificada.

**Gráfico 5.** Andas na escola porque



De salientar, que maioritariamente, os adolescentes à questão: “Andas na escola porque...” expressam que frequentam a escola por necessidade e por serem obrigados, assinalando as duas opções de resposta (sou obrigado e é necessário). Apenas 3 adolescentes expressaram que frequentam a escola por gosto, opção de resposta “gosto” (gráfico 5).

## 4.4 - Opções Metodológicas

Nesta investigação desenvolvemos um estudo essencialmente quantitativo, descritivo. Por se tratar de um estudo descritivo, analítico possibilitar-nos-á identificar e analisar e avaliar diferenças da perceção da qualidade de vida global e dimensional dos adolescentes. O estudo teve a autorização da Direcção-Geral da Educação, e foi registado no Sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar desta Entidade com o número 0405400001 (anexo 2).

O consentimento informado de menores através dos pais foi obtido por escrito, via Técnicos de Intervenção Local das escolas intervenientes (anexo 3).

Em cada escola foi solicitada à respetiva Direcção autorização, para a recolha dos dados por questionário (anexo 4) via correio eletrónico. Uma vez concedida a respetiva autorização por parte da Direcção das escolas, foi solicitada aos pais e/ou encarregados de educação dos adolescentes autorização para que os seus educandos pudessem colaborar na investigação.

A recolha de dados na escola de Mondim de Basto decorreu no gabinete de apoio ao aluno, realizada pelo investigador, enquanto Técnico de Intervenção Local nas escolas de Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves a recolha de dados contou com a colaboração dos três Técnicos de Intervenção Local, a exercer funções nas respetivas escolas.

Os questionários foram fotocopiados e entregues pessoalmente a cada um dos Técnicos de Intervenção Local. Foi facultado envelope próprio para devolução via CTT à investigadora.

A aplicação do questionário foi apoiada e explicada pelos Técnicos de Intervenção Local, face a eventuais dificuldades de interpretação e compreensão, para que o adolescente optasse pela opção de resposta que melhor traduzisse a sua perceção.



## **CAPÍTULO 5 - PROCEDIMENTOS NO TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS**

Após a receção dos questionários, os dados foram introduzidos no Programa Microsoft Excel. Elaboraram-se tabelas para introdução e registo dos dados. De seguida procedeu-se à análise analítica e descritiva dos dados.

Foram utilizados diferentes instrumentos para a análise dos dados como quadros, tabelas e gráficos que nos permitem identificar, analisar e avaliar a perceção global e dimensional dos adolescentes integrados nos grupos/turma PIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves.

### **5.1 - Apresentação e descrição do CCVA**

Cuestionario de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes (CCVA), Gómez-Vela y Verdugo (2002, 2004), versão adaptada para português (Costa, M.R.C, 2012)

O “Cuestionario de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes” (CCVA), Gómez-Vela y Verdugo (2002, 2004) traduzido, adaptado e validado para português por Costa, M.C.R. (2012).

É constituído por 66 itens de auto preenchimento. Destes, 49 itens avaliam os sete fatores/dimensões de qualidade de vida; 10 itens permitem controlar a desabilidade social, e ainda 7 itens que controlam a aquiescência manifesta.

As respostas são dadas através da utilização de uma escala tipo Likert, composta por quatro opções: *Concordo Totalmente (CT)*, *Concordo (C)*, *Não concordo (NC)* e *Discordo Totalmente (DT)*. A pontuação faz-se a partir do somatório de cada uma das opções da escala

O questionário inclui sete fatores/dimensões de avaliação da qualidade de vida: Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade,

Relações Interpessoais, Desenvolvimento Pessoal, Bem-estar Físico, Autodeterminação e Bem-estar Material.

### 5.1.1 - Metodologia de Avaliação do CCVA

A fim de proceder à leitura, análise e interpretação dos dados recolhidos, as opções de resposta foram assinaladas por itens com o lançamento (x), em cada opção de resposta CT, C, NC e DT (anexo 5).

Para proceder à análise e avaliação dos resultados contabilizamos o número total de opções de resposta, quer para análise da perceção global, assim como para a análise da perceção dimensional (Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade, Relações Interpessoais, Desenvolvimento Pessoal, Bem-estar Físico, Autodeterminação e Bem-estar Material).

No sentido de avaliar a perceção de qualidade de vida dos adolescentes optamos pelo seguinte enquadramento de avaliação: Quantificação total das respostas dadas aos itens de cada dimensão de avaliação, de acordo com cada opção de resposta: (CT- Concordo Totalmente, C - Concordo, NC - Não concordo, DT- Discordo Totalmente).

De seguida contabilizou-se o número de respostas dadas pelos adolescentes aos diferentes itens colocados.

Para uma questão de escala orientadora de interpretação e avaliação dos resultados, em termos da perceção da qualidade de vida global e dimensional optou-se por usar a seguinte nomenclatura de classificação e avaliação, sendo que:

1. Do total de  $N^{\circ}$  de respostas dadas às diferentes opções de resposta (CT,C,NC e DT) considera-se que quando o somatório do  $n^{\circ}$  respostas **CT** +  $n^{\circ}$  de respostas **C** for superior ao somatório  $n^{\circ}$  de respostas **NC** +  $n^{\circ}$  de resposta **DT**, por cada fator/dimensão de avaliação considerado, revela uma avaliação

considerada no conceito da **Perceção de Qualidade de Vida Bastante Satisfatória**, doravante designada por PQVBS.

2. Do total de N<sup>o</sup> de respostas dadas às diferentes opções de resposta (CT,C,NC e DT) considera-se que quando o somatório do n<sup>o</sup> respostas **NC + n<sup>o</sup> de respostas DT for inferior** ao somatório n<sup>o</sup> de respostas **CT + n<sup>o</sup> de resposta C**, por cada fator/dimensão de avaliação considerado, revela uma avaliação considerada no conceito da **Perceção de Qualidade de Vida Pouco Satisfatória**, doravante designada por PQVPS.

## 5.1.2 - Estrutura e descrição do CCVA

**Quadro 7.** Estrutura do CCVA - Cuestionário de Evaluación de la calidad de vida de Alumnos Adolescentes

Fatores/Dimensões	Itens
<b>Bem-estar Emocional (BE)</b>	4 - Sou feliz; 12 - Sinto-me importante; 28 - De um modo geral, estou satisfeito com a minha vida; 36 - Não tenho preocupações em demasia, que façam com que a minha vida seja difícil; 44 - Gosto do meu corpo; 52 - De um modo geral, estou contente com a minha vida; 60 - Sinto-me bem comigo mesmo(a).
<b>Integração e Presença na Comunidade (I/PC)</b>	2 - A minha cidade/vila/aldeia proporciona os serviços que necessito (hospitais, escolas, institutos, faculdades, centros desportivos e de lazer, ...), 18 – A: Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar na minha escola; 18 – B: Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar na minha área de residência /onde moro; 18 – C: Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar fora da área da minha residência/local onde moro; 26 - Os meus direitos são respeitados; 34 – A: Na minha escola há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...); 34 – B: Na minha residência /local, onde moro, há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...); 34 – C: Fora da área da minha residência/local, onde moro, há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...); 42 - Gostaria de ter mais oportunidades na minha aldeia/vila /cidade, nos meus estudos, nas minhas atividades lazer...; 50 - Participo em bastantes atividades na escola e fora da escola (equipas desportivas, associações culturais, grupos de jovens, etc.); 58 – A / Acho que na escola, todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de

	<p>serem diferentes; 58 – B:Acho que na minha residência /local, onde moro, todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de serem diferentes; 58 – C:Acho que fora da minha residência /local, onde moro, todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de serem diferentes.</p>
<p><b>Relações Interpessoais (RI)</b></p>	<p>1 – A: Dou-me bem com os meus pais; 1 – B: Dou-me bem com os meus irmãos; 9 - Dou-me bem com a maior parte das pessoas que conheço; 17 – A: Dou-me bem com os meus avós; 17 – B: Dou-me bem com os meus tios; 17 – C: Dou-me bem com os meus primos; 25 - Se necessitasse, os meus amigos ajudar-me-iam; 33 - Há alguém na minha vida que me houve, que cuida de mim, que gosta de mim e com quem gosto de estar; 41 - Se necessitar de ajuda, sei que tenho pessoas, com as quais posso contar; 57 - Tenho um bom número de amigos.</p>
<p><b>Desenvolvimento Pessoal (DP)</b></p>	<p>6 - A educação que estou a receber vai-me ajudar a ir mais longe no futuro; 14 - A educação que recebo é: 14 – A: Completa; 14 - B: Útil; 14 – C: Adequada; 30 - Sou capaz de desenvolver um bom papel em muitas atividades em que participo (culturais, desportivas etc.); 38 - O que consegui até agora na escola é resultado do meu esforço; 46 - A maior parte dos professores são bastante bons na sua matéria/disciplina; 54 - Sinto-me incapaz de passar a certas matérias/disciplinas; 62 – A: Todos os dias, tento aprender sobre mim mesmo(a); 62 – B: Todos os dias, tento aprender sobre coisas que me possam ser úteis.</p>
<p><b>Bem-estar Físico (BF)</b></p>	<p>5 - De um modo geral, diria que sou saudável; 13 - Tomo medicação diariamente; 15 - Para mim a saúde é importante; 21 - Vou ao médico frequentemente (uma vez por mês ou mais); 29 - Tento levar uma vida saudável; 45 - Tenho problemas de saúde permanentes do tipo visual, auditivo e/ou físico; 61 - Estou contente com a atenção que recebo dos hospitais e centros de saúde quando deles necessito.</p>
<p><b>Autodeterminação (AUT)</b></p>	<p>7 - Tomo decisões em relação à minha vida; 23 - Sou uma pessoa bastante independente; 31 - Sou uma pessoa autónoma; 39 - Apesar de os meus pais e professores me darem conselhos sobre o que é melhor para mim, a última palavra é sempre minha; 47 - Os meus pais controlam totalmente a minha vida; 55 - Não tenho escolha em quase nada, tudo me é imposto (o que devo estudar e quando, a maneira como me visto, com quem devo sair, a hora de chegada a casa, etc.); 63 - Quem manda ou controla a minha vida sou eu.</p>
<p><b>Bem-estar Material (BM)</b></p>	<p>3 - Tenho muitas coisas que outros jovens da minha idade não têm (mota, MP3, Computador, telemóvel, sapatilhas, óculos de sol de marca, consola, etc.); 19 - Acho que a situação económica da minha família, é melhor, de que a de muitos, dos meus colegas; 27 – A: Os meus pais dão-me uma semanada/mesada que permite comprar o que necessito; 27 – B: Os meus pais dão-me uma semanada /mesada que me permite poupar; 35.-. Tenho um quarto só para mim; 43.-. A minha casa é confortável; 51.-. O ordenado/salário dos meus pais não permite que tenhamos caprichos/excessos; 59.-. O trabalho dos meus pais permite-nos viver bem.</p>

Como já foi referido, o questionário para além dos 49 itens que avaliam os sete fatores/dimensões de qualidade de vida é composto por 10 itens que permitem controlar a desejabilidade social (quadro 7) e ainda 7 itens que controlam a aquiescência manifesta (quadro 8).

#### **Quadro 8. Controlo da Desejabilidade Social**

	<b>ITENS</b>
<b>Desejabilidade Social</b>	8 - Digo sempre a verdade; 10 - Porto-me sempre como é devido/corretamente; 16 - Sou bom perdedor; 22 - Estou sempre disposto(a) a admitir que cometi um erro quando o faço; 24 - Nunca disse nada mal-intencionado sobre ninguém; 40 - Nunca fui mal-educado(a) com os meus pais; 48 - Peço sempre desculpa quando faço ou digo algo de errado; 56 - De um modo geral gosto de chatear os outros; 64:A - nunca me castigaram/repreenderam em casa; 64:B - nunca me castigaram /repreenderam na sala de aula; 66 - Respeito sempre os direitos dos outros.

### Quadro 9. Controlo da Aquiescência

ITENS	
<b>Aquiescência</b>	11 - Acho que a situação económica da minha família é pior, de que a, dos meus colegas versus 19 - Acho que a situação económica da minha família, é melhor, de que a de muitos dos meus colegas; 20 - Sinto-me como se fosse um zero à esquerda versus 12 - Sinto-me importante; 32 - A educação que recebo é: a)incompleta; b)desadequada versus 14 - A educação que recebo é: 14:A) Completa; 14:B) Útil; 14:C) Adequada; 37 - Nunca tomo decisões, outros as tomam por mim (por exemplo são os meus pais que decidem o curso que devo seguir) versus 7- Tomo decisões importantes em relação à minha vida; 49 - O relacionamento com a minha família é difícil, versus 1:A - Dou-me bem com os meus pais; 1:B - Dou-me bem com os meus irmãos; 53 - O meu estado de saúde não é bom versus 5 - De um modo geral, diria que sou saudável; 65 - A minha cidade/vila/aldeia não tem muitos serviços de que necessito (hospitais, faculdades, lugares de lazer, ...) versus 2 - A minha cidade /vila/aldeia proporciona os serviços que necessito (hospitais, escolas, institutos, faculdades, centros desportivos e de lazer, ...)

A desejabilidade social consiste em dar uma resposta de acordo com o que é social ou organizacionalmente aceitável, e um outro fenómeno, designado por aquiescência, que se verifica quando as pessoas tendem a concordar com uma frase ou item, independentemente do seu conteúdo (Ferreira e Martinez, 2008, p. 54).

Desejabilidade social corresponde à propensão para transmitir uma imagem culturalmente aceitável e de acordo com as normas sociais, procurando aprovação e evitando a crítica.

Desejabilidade social é um problema que surge sempre que se quer investigar algo utilizando questionários, uma vez que há a tendência para responder a estes da forma que se considera mais aceitável em termos sociais. Porque se quer transmitir uma determinada imagem, há tendência a dar respostas socialmente aceitáveis ou consideradas "corretas". Devido a esta tendência

para enviesar os resultados, muitas vezes nos estudos são usadas escalas para controlar este fenómeno.

Em princípio, pode-se acreditar na veracidade das respostas dadas a um questionário sempre que este preenche as seguintes condições: faz apelo à sinceridade (deixando em aberto a possibilidade de não ser preenchido se não houver disposição para fazê-lo com seriedade); é garantido o anonimato e são usados alguns itens invertidos.

*Em suma a desejabilidade social pode ser entendida, como a propensão por parte dos participantes em pesquisas psicológicas, a responderem de forma tendenciosa a perguntas apresentadas, como por exemplo, em escalas de atitudes ou inventários de personalidade. A mensagem que cada indivíduo possa querer passar, pode ser diferente, em função do contexto que está inserido, bem como, o ambiente de aplicação do questionário. (Costa. M.C.R 2012 p.201).*

Por sua vez a aquiescência manifesta, nos estudos de avaliação psicológica, nomeadamente em escalas de atitudes e questionários de personalidade, pode ser encarada, como uma tendência não premeditada de os sujeitos darem respostas num dos extremos do questionário, de concordar ou discordar de itens independentemente do seu conteúdo.

O questionário inclui 7 pares de itens (quadro 8), com o mesmo conteúdo, mas em sentido inverso, e ainda 10 itens (quadro 7) para controlar a desejabilidade social.

O tratamento das respostas dadas quanto à desejabilidade social e a aquiescência manifesta não foi incluído no nosso estudo, para exclusão de casos, como é proposto pelos autores, pelo facto de a nossa amostra ser muito reduzida, assim, optou-se por não se fazer uma análise descritiva das opções de resposta aos itens referidos.

No nosso estudo o questionário foi aplicado em contexto de gabinete de apoio aos adolescentes, envolvendo a participação dos Técnicos de Intervenção Local na sua aplicação, que por sua vez poderá interferir nas respostas dos adolescentes, tendendo estes, a transmitir uma imagem socialmente favorável (respostas socialmente aceitáveis ou consideradas corretas), pelo facto da proximidade e conhecimento mútuo entre o adolescente e o Técnico de Intervenção Local.

## 5.2 - Interpretação dos resultados

O interesse pela temática da qualidade de vida está associado à possibilidade de melhoria das condições de vida das pessoas, através de ações pontuais em populações específicas, podendo envolver aspetos físicos, psicológicos, sociais, educacionais e ambientais.

Na área da educação têm sido desenvolvidos diversos estudos e programas com o objetivo de combater a desmotivação face à escola, o insucesso e o abandono escolar.

A qualidade de vida está diretamente relacionada com a perceção que cada um tem de si e dos outros, do mundo que o rodeia e pode ser avaliada mediante fatores/dimensões apropriados: Autodeterminação, Relações Interpessoais, Bem-estar Emocional, Desenvolvimento Pessoal, Bem-estar Físico, Bem-estar Material e Integração e Presença na Comunidade.

Para Leal (2008) o conceito de qualidade de vida é complexo, ambíguo, lato, volúvel e difere de cultura para cultura, de época para época, de indivíduo para indivíduo e até num mesmo indivíduo se modifica com o decorrer do tempo: o que hoje é boa qualidade de vida pode não ter sido ontem e poderá não ser daqui a algum tempo.

Responder à questão formulada: **“Como percecionam os adolescentes do 3º ciclo do Ensino Básico a sua Qualidade de Vida? -** contribuiu para o conhecimento da perceção da qualidade de vida dos adolescentes integrados no PAQPIEF e auxiliou no planeamento de ações potencializadoras de satisfação de vida em fatores/dimensões de vida mais deficitários dos adolescentes.



Face às questões de investigação levantadas:

### **Questão de Investigação 1**

Quais os fatores/dimensões: Bem-estar Físico, Bem-estar Material, Autodeterminação, Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade, Relações Interpessoais e Desenvolvimento Pessoal, em que os adolescentes do 3º ciclo de ensino básico, integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto evidenciam perceção de qualidade de vida, menos satisfatória?

Partimos do pressuposto que os adolescentes integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto percecionam qualidade de vida menos satisfatória, nas dimensões Autodeterminação e Bem-estar Emocional.

Assim, para dar resposta à questão de investigação 1 passamos a analisar e a contabilizar os resultados obtidos para cada fator/dimensão. Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos a cada dimensão é necessário identificar os itens inversos do CCVA. Sendo eles: o item 13, 21, 45, 49, 51, 54 e 55. Os itens encontram-se assinalados nas tabelas dos respetivos fatores/dimensões de que fazem parte com um (\*). Passamos a descrever a metodologia adotada para avaliação destes itens: Assim as respostas dadas à opção de resposta CT são consideradas na opção DT e vice-versa. O mesmo acontecendo para as respostas dadas à opção C são consideradas na opção NC e vice-versa.

### 5.2.1- Bem-estar Físico

O Bem-estar diz respeito à saúde e ao estado físico; à mobilidade; à prestação de cuidados de saúde e à segurança física (Shalock e Verdugo 2002,2004).

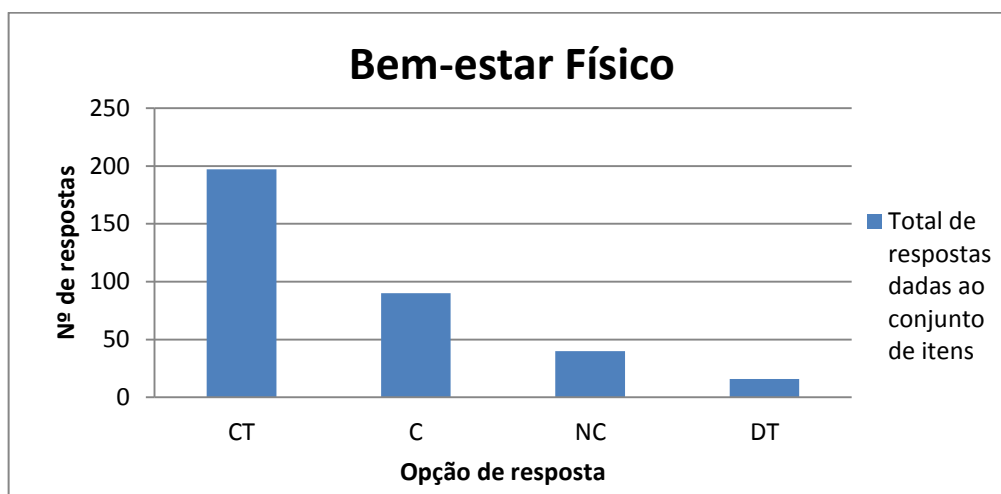
**Tabela 1.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Físico

Bem-estar Físico (BF)					
Itens (= 7)	CT	C	NC	DT	n **
5	34	12	3	0	49
13*	39	2	4	4	49
15	42	7	0	0	49
21*	10	11	20	8	49
29	28	19	2	0	49
45*	27	9	10	3	49
61	17	30	1	1	49
<b>Total</b>	197	90	40	16	343
	197+90=287		40+16=56		343

\*Corresponde aos Itens inversos.

\*\* Corresponde ao número de respostas dadas a cada item.

**Gráfico 6.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Físico



No que diz respeito ao fator/dimensão Bem-estar Físico, após uma observação e interpretação atenta da tabela e do gráfico acima representados podemos constatar que os adolescentes integrados nos grupos/turma PIEF de (Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves) evidenciam PQVBS pelo registo CT+C =287 / NC+DT=56.

### 5.2.2 - Autodeterminação

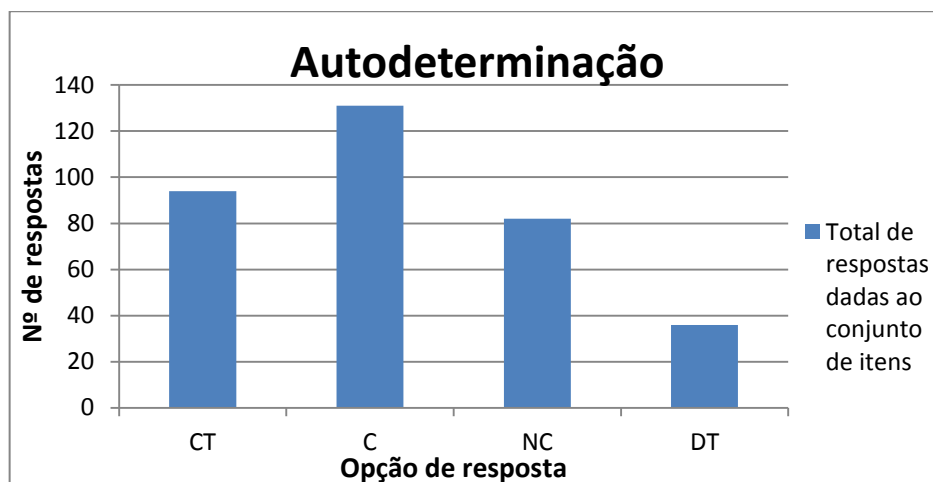
De acordo com os autores do modelo em estudo a Autodeterminação refere-se às escolhas pessoais, à tomada de decisão, ao controle pessoal à formação e à autonomia (Shalock e Verdugo 2002, 2004).

**Tabela 2.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Autodeterminação

Autodeterminação (AT)					
Itens (=7)	CT	C	NC	DT	n **
7	27	18	4	0	49
23	9	24	11	5	49
31	14	28	6	1	49
39	23	15	7	4	49
47*	5	13	17	14	49
55*	6	15	20	8	49
63	10	18	17	4	49
<b>TOTAL</b>	94	131	82	36	343
	94+131=225		82+36=128		343

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 7.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Autodeterminação

Relativamente ao fator/dimensão Autodeterminação através da observação da tabela 2 e do gráfico 7 constatamos que 225 respostas registaram-se nas opções de resposta CT e C, e 128 nas opções de resposta NC e DT, o que evidencia por parte dos adolescentes uma PQVBS.

### 5.2.3 - Bem- estar Emocional

O Bem-estar Emocional segundo os autores Shalock e Verdugo relaciona-se com a satisfação, a felicidade; o bem-estar geral; a segurança pessoal/emocional; o autoconceito, a autoestima e a autoimagem; as metas e aspirações pessoais; as crenças; a espiritualidade e a energia.

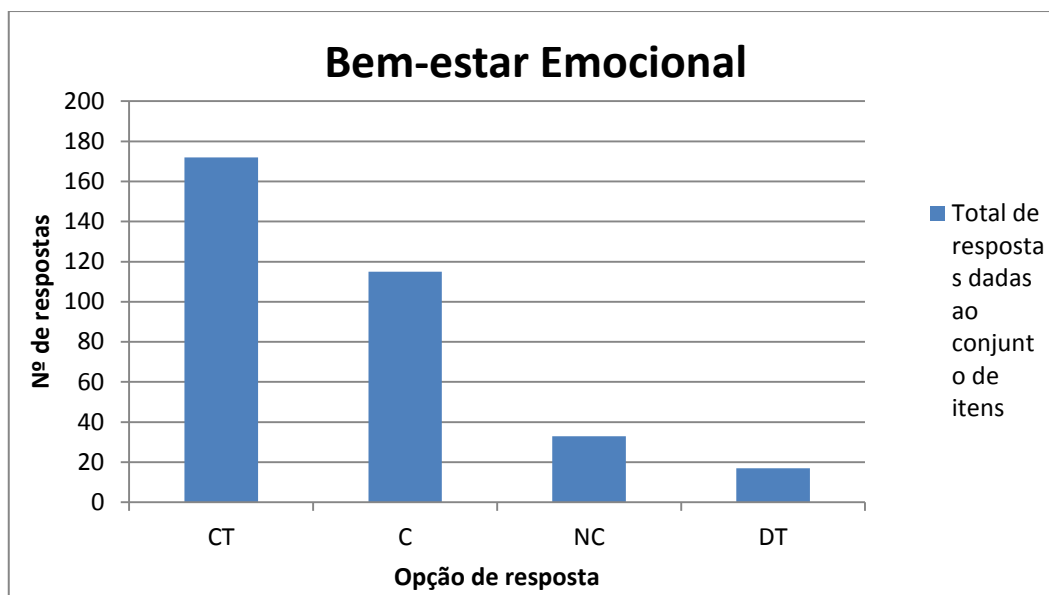
**Tabela 3.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Emocional

Bem-estar Emocional (BE)					
Itens (=7)	CT	C	NC	DT	n**
4	35	11	2	1	49
12	10	15	16	8	49
28	26	20	3	0	49
36	13	21	9	6	49
44	32	12	4	1	49
52	27	17	4	1	49
60	29	19	1	0	49
<b>Total</b>	172	115	39	17	343
	172+115=287		39+17=56		343

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 8.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Emocional



Quanto ao fator/dimensão Bem-estar Emocional, pela observação e interpretação dos resultados da tabela 3 e gráfico 8 verificamos que os adolescentes evidenciam PQVBS. Sendo que no total de 343 respostas dadas, 287 das respostas enquadram-se nas opções CT e C, apenas 56 respostas se enquadram nas opções NC e DT.

#### **5.2.4- Bem-estar Material**

De acordo com os autores (Shalock e Verdugo 2002,2004) o Bem-estar Material integra a alimentação e habitação, o conforto, a situação económica, os rendimentos, a estabilidade económica, os haveres, o emprego e a produtividade.

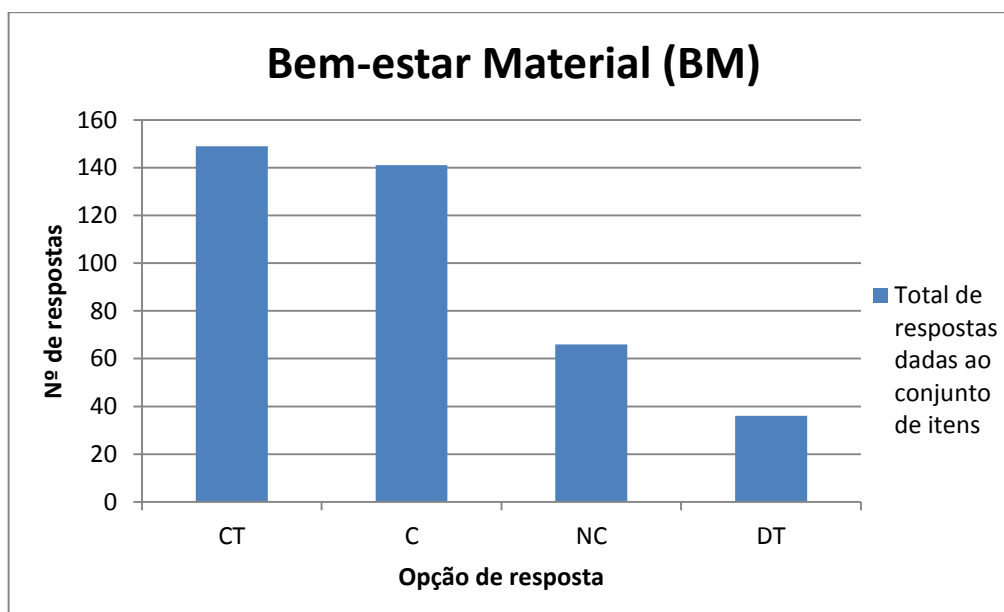
**Tabela 4.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Material

<b>Bem-estar Material (BM)</b>					
<b>Itens (= 8)</b>	CT	C	NC	DT	n**
<b>3</b>	19	17	12	1	49
<b>19</b>	7	19	18	5	49
<b>27A</b>	17	24	4	4	49
<b>27B</b>	19	20	4	6	49
<b>35</b>	36	5	2	6	49
<b>43</b>	32	17	0	0	49
<b>51*</b>	6	13	20	10	49
<b>59</b>	13	26	6	4	49
<b>TOTAL</b>	149	141	66	36	392
	149+141=290		66+36=102		392

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 9.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Bem-estar Material



Da análise efetuada à tabela 4 e gráfico 9 verificamos que ao total de 392 respostas do fator/dimensão Bem-estar Material, 290 respostas enquadram-se nas opções CT e C, e 102 enquadram-se nas opções NC e DT, o que revela uma PQVBS.

### 5.2.5 - Desenvolvimento Pessoal

Passamos a descrever o fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal que diz respeito a competências e habilidades; atividades de interesse; educação, oportunidades formativas; enriquecimento pessoal; independência; desenvolvimento intelectual; plano de vida; progresso; e lazer (Shalock e Verdugo 2002, 2004).

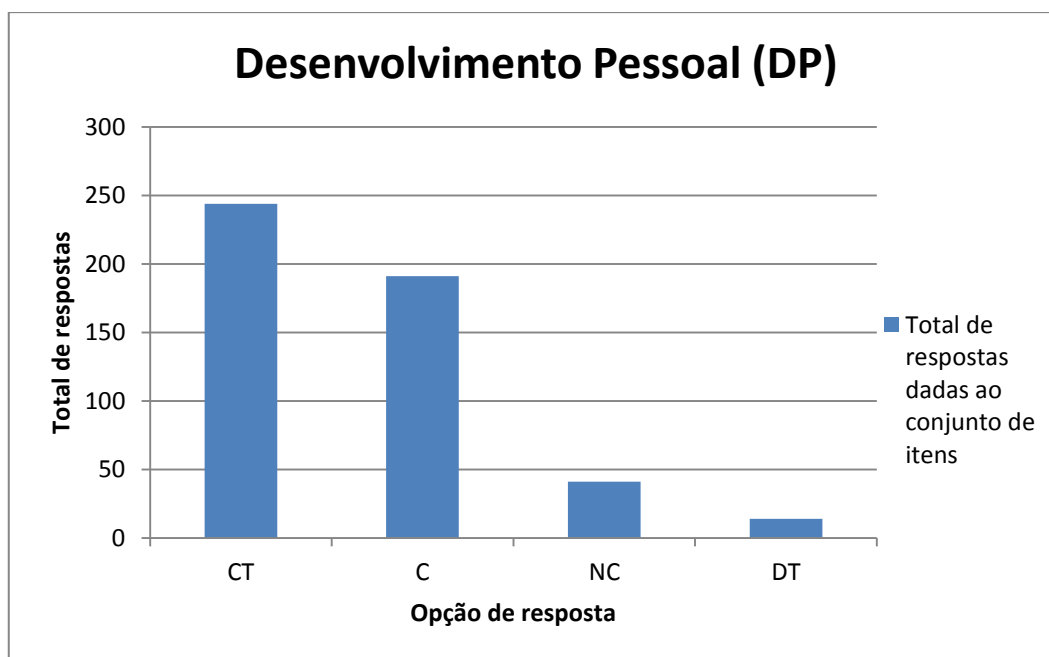
**Tabela 5.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal

Desenvolvimento Pessoal					
Itens (=10)	CT	C	NC	DT	n**
<b>6</b>	34	15	0	0	49
<b>14A</b>	31	15	2	1	49
<b>14B</b>	34	14	0	1	49
<b>14C</b>	32	15	2	0	49
<b>30</b>	15	31	2	1	49
<b>38</b>	22	22	3	2	49
<b>46</b>	23	20	2	4	49
<b>54*</b>	6	14	24	5	49
<b>62A</b>	23	23	3	0	49
<b>62B</b>	24	22	3	0	49
<b>TOTAL</b>	244	191	41	14	490
	244+191=435		41+14=55		490

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 10.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal



Relativamente ao fator/dimensão Desenvolvimento Pessoal podemos verificar que maioritariamente os adolescentes utilizaram as opções de resposta CT e C, como nos é demonstrado pela tabela 5 e gráfico 10. Assim das 495 respostas dadas, 435 correspondem às opções de resposta CT e C, o que revela uma PQVBS.

### 5.2.6 - Integração e Presença na Comunidade

O fator/domínio Integração e Presença na Comunidade, no conceito da fundamentação teórica faz alusão ao acesso comunitário, à presença comunitária e participação, à aceitação, aos direitos, ao nível social dentro do grupo à integração/inclusão às atividades sócio comunitárias, às normas/regras, às características ambientais, à quantidade e qualidade dos serviços e recursos comunitários (Shalock e Verdugo 2002, 2004).



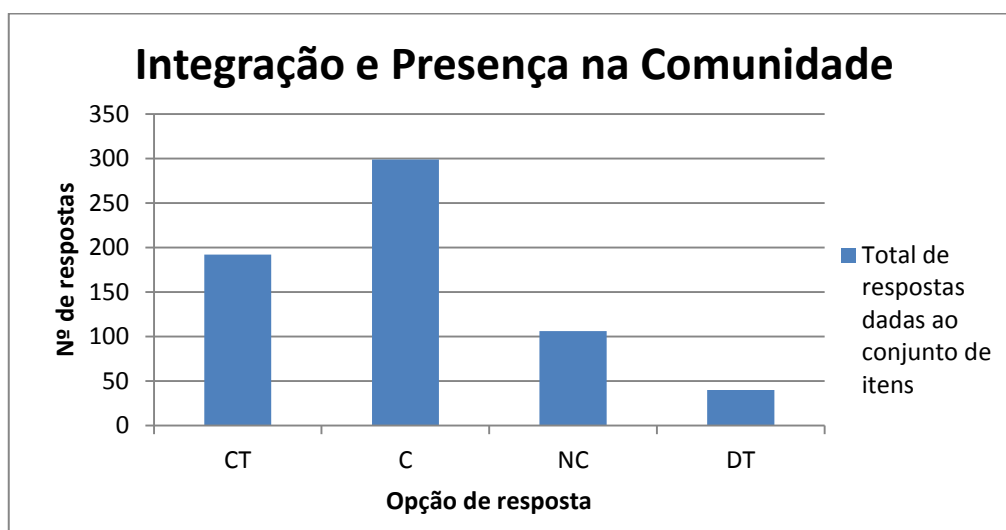
**Tabela 6.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade

<b>Integração e Presença na Comunidade (IPC)</b>					
<b>Itens (=13)</b>	CT	C	NC	DT	n**
<b>2</b>	16	13	15	5	49
<b>18A</b>	23	24	2	0	49
<b>18B</b>	18	27	3	1	49
<b>18C</b>	11	27	11	0	49
<b>26</b>	17	29	2	1	49
<b>34A</b>	15	26	5	3	49
<b>34B</b>	12	18	11	8	49
<b>34C</b>	15	19	9	6	49
<b>42</b>	17	27	4	1	49
<b>50</b>	7	20	17	5	49
<b>58A</b>	12	24	8	5	49
<b>58B</b>	18	22	7	2	49
<b>58C</b>	11	23	12	3	49
<b>TOTAL</b>	192	299	106	40	637
	192+299=491		106+40=146		637

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 11.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade



Após análise dos resultados relativos ao fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade verificamos que 491 respostas de um total de 637

dizem respeito às opções CT e C, e 146 às opções NC e DT, o que demonstra uma PQVBS por parte dos adolescentes inquiridos.

### 5.2.7 - Relações Interpessoais

Relativamente às Relações Interpessoais Shalock e Verdugo (2002, 2004) referem que estas dizem respeito ao bom relacionamento familiar, casais, pais, filhos, tios, primos e parentes próximos à amizade; relacionamento social: com conhecidos, colegas de turma, colegas de trabalho; Intimidade e redes de apoio social.

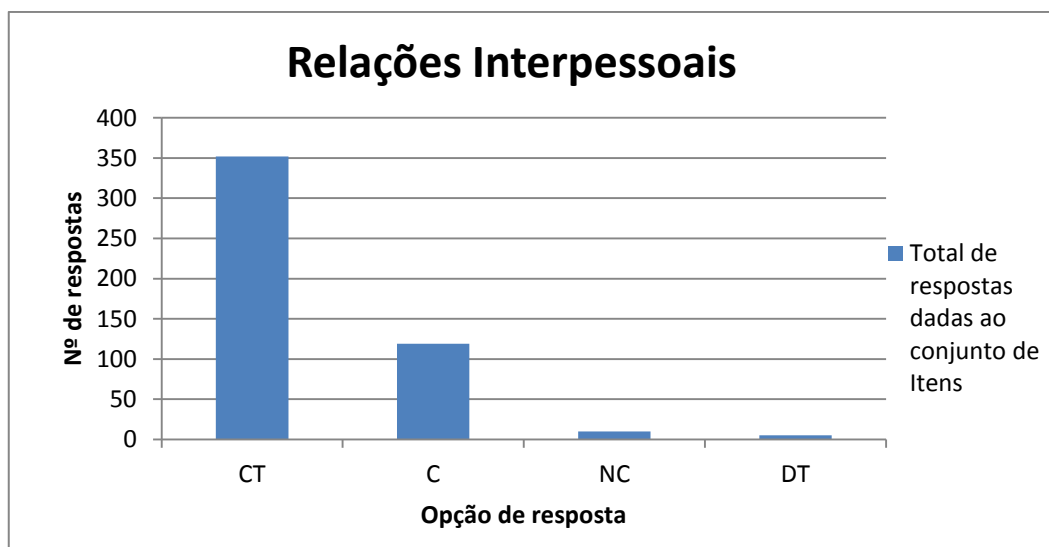
**Tabela 7.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Relações Interpessoais

Relações Interpessoais (RI)					
Itens (=10)	CT	C	NC	DT	n**
<b>1A</b>	39	10	0	0	49
<b>1B</b>	40	5	3	0	48
<b>9</b>	36	12	1	0	49
<b>17A</b>	39	4	0	3	46
<b>17B</b>	38	10	0	1	49
<b>17C</b>	43	6	0	0	49
<b>25</b>	27	20	1	1	49
<b>33</b>	32	14	3	0	49
<b>41</b>	36	13	0	0	49
<b>57</b>	22	25	2	0	49
<b>TOTAL</b>	352	119	10	5	486
	352+119=471		10+5=15		486

\*Corresponde aos Itens inversos.

n\*\* corresponde ao número de respostas dadas a cada item correspondente.

**Gráfico 12.** Análise descritiva dos resultados dos itens do fator/dimensão Relações Interpessoais



No que diz respeito ao fator/dimensão Relações Interpessoais podemos apurar após análise da tabela 7 e gráfico 12 que os adolescentes revelam uma PQVBS, pois a maioria utilizou as opções de resposta CT e C. Assim registaram-se 471 respostas para as opções CT e C, e apenas 15 respostas para as opções NC e DT.

Depois de analisados os resultados obtidos e indo de encontro à questão de investigação 1 por nós formulada, quais as dimensões: Bem-estar Físico, Bem-estar Material, Autodeterminação, Bem-estar Emocional, Integração e Presença na Comunidade, Relações Interpessoais e Desenvolvimento Pessoal, em que os adolescentes do 3º ciclo de ensino básico, integrados no PAQPIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves evidenciam perceção de qualidade de vida, menos satisfatória e partindo do pressuposto que os adolescentes integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto percecionam qualidade de vida menos satisfatória, nas dimensões Autodeterminação e Bem-estar Emocional, verificamos que os adolescentes dos grupos/turma PAQPIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Mondim de Basto revelam Perceção de Qualidade de Vida menos satisfatória nos fatores/dimensões **Integração e Presença na Comunidade e Autodeterminação.**

Face ao exposto a nossa suposição verificou-se apenas no fator/dimensão Autodeterminação, o que valida a conjectura por nós formulada.

Esta evidência pode ser interpretada e estruturada à luz das características de identificação e avaliação dos grupos/turma identificadas na nossa fundamentação teórica, tendo em conta os indicadores sociais relativos ao fator/dimensão Autodeterminação, que inclui escolhas pessoais, tomada de decisões, controlo pessoal, formação e autonomia, propostos por Schalock & Verdugo (2003).

Face ao exposto é nossa convicção que os resultados da Perceção de Qualidade de Vida pouco satisfatória observada, relativa ao fator/dimensão Autodeterminação, por parte dos adolescentes questionados justifica o enquadramento e integração destes adolescentes no Programa de Apoio e Qualificação da medida PIEF.

Podemos constatar pela análise dos resultados obtidos que o pressuposto inicial quanto ao fator/dimensão Bem-estar Emocional a sua não evidência. De registar que dos resultados analisados, o estudo demonstra Perceção de Qualidade de Vida menos satisfatória no fator/dimensão Integração e Presença na Comunidade, pelo que não se confirmou o nosso pressuposto inicial.

No sentido de esclarecer os resultados observados, e tendo em conta o modelo teórico proposto por (Schalock & Verdugo 2002,2004) relativamente ao fator/dimensão Bem-estar Emocional e Integração e Presença na Comunidade integram indicadores sociais muito semelhantes nomeadamente a satisfação, felicidade, integração e a inclusão ajudam a sustentar os resultados obtidos.

Os resultados obtidos estão em reciprocidade com as conclusões de diversos estudos realizados sobre a perceção da avaliação da Qualidade de Vida na Adolescência, nomeadamente, Gómez-Vela y Verdugo (2002) HBSC (2006), Silva (2010), Costa M.RC (2012) citados na Tese de Doutoramento de Costa M.R.C (2012).

## Face à Questão de Investigação 2

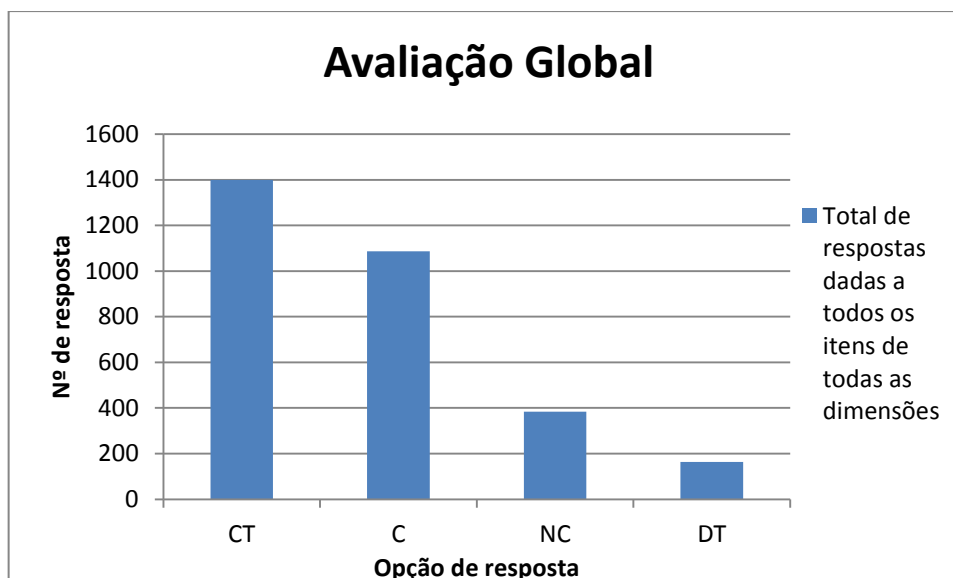
Como é percecionada a qualidade de vida global dos adolescentes do 3º ciclo de ensino básico, integrados no PAQPIEF de Montalegre, Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Mondim de Basto?

### 5.2.8 - Avaliação Global dos fatores/dimensões

**Tabela 8.** Avaliação Global de todas as dimensões a todos os itens

Opções de resposta		CT	C	NC	DT
Dimensões	Bem-estar Físico	197	90	40	16
	Autodeterminação	94	131	82	36
	Bem-estar Emocional	172	115	39	17
	Bem-estar Material	149	141	66	36
	Desenvolvimento Pessoal	244	191	41	14
	Integração e Presença na Comunidade	192	299	106	40
	Relações Interpessoais	352	119	10	5
<b>TOTAL</b>		1400	1086	384	164
		1400+1086=2486		384+164=548	

**Gráfico 13.** Avaliação Global de todas as dimensões a todos os itens



Da análise dos resultados obtidos podemos inferir que os adolescentes percecionam uma Qualidade de Vida Bastante Satisfatória. Sendo que às

opções de resposta CT e C foram dadas 2486 respostas e às opções NC e DT 548 respostas.

Neste sentido, os resultados obtidos vão de encontro com os resultados de vários estudos de investigação ligados à área de Perceção de Qualidade de Vida na adolescência, nomeadamente Casas, y colaboradores (2000), Gómez-Vela (2004); Gómez-Vela y colaboradores (2007), Huebner y colaboradores (2000), Lackland Sam (1994), Neto (2001), Nickerson y Nagle (2004), y Diener y Diener (1996) citado por Costa M.R.C (2012).

### **5.3 - Limitações do Estudo**

Concluída a interpretação dos resultados torna-se necessário apresentar as limitações e dificuldades que resultaram desta investigação.

Registamos dificuldades no consentimento de aplicação do questionário CCVA, nomeadamente a morosidade relativa ao pedido de autorização de aplicação do questionário em meio escolar e a obtenção da respetiva autorização, por parte da DGE;

Enfrentámos dificuldades também em obter o consentimento informado dos pais/encarregados de educação para a participação no estudo;

Acresce que, a investigação levada a cabo expõe uma amostra reduzida, com características de identificação de baixas expectativas escolares, sociais e familiares.

Por último, constituiu nossa limitação à interpretação dos resultados obtidos o facto de não se ter ponderado a aquiescência manifesta e a desejabilidade social, para exclusão de casos, tal como é proposto pelos autores do questionário CCVA. Os adolescentes confinados ao abandono e insucesso escolar, e por vezes abrangidos por agregados familiares negligentes e carenciadas, poderão manifestar tendência para transmitir uma imagem socialmente aceitável, e assim darem respostas consideradas “corretas” ou quererem passar outra mensagem diferente da real, o que em parte, poderá explicar os resultados obtidos.

Sugere-se que numa próxima investigação se proceda ao alargamento da amostra em estudo, bem como se considere o estudo aprofundado da aquiescência manifesta bem como da desejabilidade social, de forma a tornar os resultados mais fiáveis

#### **5.4 - Proposta de Intervenção modelo para PLANO DE AÇÃO: AQPIEF – Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação (Portaria 272/2012 de 4 de Setembro**

Conhecer a perceção dos adolescentes sobre a sua qualidade de vida - finalidade do nosso estudo, ajudou-nos a perceber as suas necessidades, medos e anseios. Os resultados obtidos permitem detetar áreas de vida em que os adolescentes evidenciam qualidade de vida menos satisfatória, de acordo com o modelo conceptual proposto por Shalock e Verdugo (2002, 2004).

Apresenta-se assim um leque de atividades/ações com vista a ir de encontro com as necessidades detetadas. Estas atividades/ações têm como objetivo principal a promoção da integração social dos adolescentes. Estas serão realizadas em articulação e com o apoio dos parceiros, proporcionando o contacto com novas realidades e novos contextos, visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais orientadas para uma futura integração responsável na vida ativa e social.

Assim sugerimos que no Plano de Acção AQPIEF – Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação sejam potencializados estes dois fatores/dimensões “Autodeterminação” e Integração e Presença na Comunidade”, em que os adolescentes evidenciaram Qualidade de Vida menos satisfatória.

**Indicadores de avaliação do fator/dimensão Autodeterminação:**

Escolhas pessoais; tomada de decisão controle pessoal; formação e autonomia.

**Indicadores de avaliação do fator/dimensão Integração e na Presença na Comunidade:**

Acesso comunitário; presença comunitária e participação; aceitação, direitos; nível social dentro do grupo; integração/inclusão; atividades sócio comunitárias;



normas/regras; características ambientais, quantidade e qualidade dos serviços e recursos comunitários;

De seguida sugere-se uma proposta para o Plano de Ação - com os respetivos objetivos e ações (pontos 3 e 4 do Plano de Ação).

### **3- Enquadramento do Projeto:**

A aplicar aos grupos/turma PIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves.

#### **3.1- Objetivo Geral**

Melhorar a perceção da qualidade de vida dos adolescentes (de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves), nos fatores/dimensões de vida: Autodeterminação e Integração e Presença na Comunidade.

### 3.2 - Objetivos

Nº de Objetivos	3.2.1 -Objetivos	3.2.2.-Meta relativa ao Objetivo	3.2.3- Indicador de Monitorização	3.2.4 -Fontes de Verificação
1.	<input checked="" type="checkbox"/> Promover a autonomia dos adolescentes;	- Garantir que 100% dos adolescentes desenvolveram a autonomia nas atividades propostas.	- 49 Adolescentes  (4 grupos/turma PIEF)	- Fichas de avaliação individual adaptadas às temáticas trabalhadas nas atividades;  - Observação;  - Inquéritos de satisfação;  - Resultados escolares.
2.	<input checked="" type="checkbox"/> Incentivar à tomada de decisões;	- Garantir que 100% dos adolescentes foram incentivados à tomada de decisões.		
3.	<input checked="" type="checkbox"/> Estimular para a concretização de escolhas pessoais;	- Garantir que 100% dos adolescentes foram estimulados à concretização de escolhas pessoais.		
4.	<input checked="" type="checkbox"/> Apelar/recorrer ao controlo pessoal;	- Garantir que 100% dos adolescentes foram incentivados ao uso do controlo.		
5.	<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver estratégias para alcançar os objetivos;	- Garantir que 100% dos adolescentes desenvolveram estratégias com vista ao alcance de objetivos.		
6.	<input checked="" type="checkbox"/> Assumir controlo e responsabilidade sobre a vida;	- Garantir que 100% dos adolescentes foram incentivados a assumir o controlo e responsabilidade sobre a vida.		
7.	<input checked="" type="checkbox"/> Incentivar a trilhar o próprio caminho de autodesenvolvimento;	- Garantir que 100% dos adolescentes foram incentivados a autodesenvolverem-se.		
8.	<input checked="" type="checkbox"/> Promover a satisfação pessoal;	- Garantir que 100% dos adolescentes obtiveram satisfação pessoal.		
9.	<input checked="" type="checkbox"/> Promover a integração social dos adolescentes;	- Garantir que a 100% dos adolescentes lhes foi promovida a integração social.		
10.	<input checked="" type="checkbox"/> Desenvolver competências pessoais e sociais;	- Garantir que 100% desenvolveram competências pessoais e sociais;		
11.	<input checked="" type="checkbox"/> Melhorar as relações sociais;	- Garantir que 100% melhoraram as relações sociais.		

12.	<input checked="" type="checkbox"/> Dar a conhecer atividades promovidas pela escola/comunidade e incentivar à participação;	- Garantir que são dadas a conhecer as atividades promovidas pela escola/comunidade e que foram incentivados a participar.		
-----	--	--	--	--

**Ações**

4.1 - Designação da Ação	4.2 – Nº da Ação	4.3 – Nº dos objetivos para que a Ação concorre	4.4 – Cronograma das Ações		4.5 – Tipo de Ação
			Data de início	Data de fim	
- Workshops Temáticos: “Gestão de conflitos na adolescência; “Autoestima e desempenho escolar”; “Promoção do sucesso escolar”; “Envolvimento nas relações interpessoais em idade escolar”; “Problemas de comportamento”; “Problemas emocionais na adolescência” “Bullying”;	1.	1,2,3,4,5,6,7, 8,9,10,11,12	09/ 2014	06/ 2015	Ações de diagnóstico, intervenção e acompanhamento de alunos integrados nas respostas socioeducativas e formativas.
- Ações de sensibilização/informação; Sessões de orientação profissional; Sessão de esclarecimento e encaminhamento para gabinetes de apoio (SPO, CPCJ, PES e outros).	2.	8,9,10,11,12			
- Ações de informação sobre as atividades promovidas quer pela escola, quer pela comunidade; Sessões de esclarecimento sobre o Regulamento Interno da escola, o Estatuto do aluno e Ética escolar.	3.	8,9,10,11,12			
- Jogos de dinâmica de grupos de desenvolvimento da autonomia e do controlo pessoal.	4.	1,2,3,4,5,6,7, 8,9,10,11			
- Sessão de voluntariado/ações de formação relacionadas com a educação cívica, cultura, defesa do património e do ambiente, ação social, saúde.	5.	1,2,3,4,5,6,7, 8,9,10,11			
- Participação em atividades sociocomunitárias: Dinamização de projetos articulados com grupos comunitários. Ex: grupos de jovens, grupo de escuteiros (entre outros).	6.	6,7,8,9,10 11,12			
- Dinamização de Projetos com a envolvimento das estruturas de desenvolvimento local (Municípios, Juntas de freguesia, centros de saúde, escola segura ...)	7.	1,2,3,4,5,6,7, 8,9,10,11,12			

## CONCLUSÃO

O estudo que desenvolvemos incidiu sobre os adolescentes do 3º ciclo integrados no PAQPIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves e a perceção que têm da sua qualidade de vida.

Concluído o trabalho é altura de tecer algumas reflexões finais. Iniciámos este estudo a partir da formulação de uma pergunta de partida, que importa relembrar: **“Como percecionam os adolescentes do 3º ciclo do Ensino Básico a sua qualidade de vida?”** Tínhamos como objetivo primordial, identificar, analisar e avaliar a perceção da qualidade de vida global e dimensional dos adolescentes integrados no PAQPIEF de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves.

Os adolescentes alvo do nosso estudo são protagonistas de um percurso escolar marcado por várias problemáticas, já que a maioria dos alunos que compõem os grupos/turma PIEF provém de sinalizações relacionadas com retenção escolar, analfabetismo, mau comportamento ou comportamentos desviantes, insucesso escolar, desfasamento etário face ao nível de ensino frequentado, indícios/práticas de delinquências e carência socioeconómica.

Como resultado do estudo efetuado podemos extrair algumas conclusões, quer do enquadramento teórico, quer principalmente do estudo empírico realizado.

Em termos teóricos podemos inferir sobre a ambiguidade e o carácter multifacetado que caracteriza o conceito da perceção de Qualidade de Vida nomeadamente na adolescência. Estudos levados a cabo nos últimos anos têm avançado na investigação desta temática, procurando abranger através de diversas abordagens, o maior número de dimensões da qualidade de vida.

Para dar resposta à pergunta de partida foi aplicado o “Cuestionário de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes (CCVA), Gómez-Vela y Verdugo (2002, 2004) ” traduzido, adaptado e validado para português por Costa, M.C.R. (2012).

No nosso entender estes fatores/problemáticas poderão influenciar a perceção da qualidade de vida dos adolescentes em contexto escolar, familiar, social e comunitário.

A interpretação dos resultados permite-nos obter uma visão mais alargada e mais fundamentada relativamente ao modo como os adolescentes percecionam a sua Qualidade de Vida. Sendo que:

Os adolescentes integrados nos grupos/turma de Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Chaves percecionam uma Qualidade de Vida Global Bastante Satisfatória.

É nos fatores/dimensões Autodeterminação e Integração e Presença na Comunidade que os adolescentes evidenciam qualidade de vida menos satisfatória.

O instrumento utilizado (CCVA) permitiu identificar dimensões de avaliação de qualidade de vida que os grupos/turma PIEF consideram bastante satisfatórias e pouco satisfatórias, o que possibilitou conceber, delinear e sugerir uma proposta de intervenção para o modelo do Plano de Ação - AQPIEF – Programa de Apoio e Qualificação da Medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação ajustado às necessidades identificadas.

## Referências Bibliográficas

- Alonso, L. et al. (2002). *Referencial de Competências Chave – Educação e Formação de Adultos*. (2.ª ed). Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, Lisboa. Disponível em: [http://cqep.anqep.gov.pt/documents/RCC\\_Basico.pdf](http://cqep.anqep.gov.pt/documents/RCC_Basico.pdf) e consultado a 14/01/2014.
- Arco, A.R et al. (2010). *Normas de elaboração e apresentação de trabalhos escritos*. Instituto Politécnico de Portalegre. Escola Superior de Saúde de Portalegre. Portugal
- Coimbra, B.A.M. (2013). *Trajetórias Escolares e Profissionais de Jovens Pouco Escolarizados – Estudo de caso num Curso Integrado de Educação e Formação (PIEF) – Conferência Internacional – Investigação e Páticas em Contextos de Educação 10 e 11 – Maio 2013 – Livro de Atas*. Instituto Politécnico de Leiria. Portugal.
- Costa, D.B. *O que é isso da qualidade de vida?* <http://pensarsardoal.blogspot.pt/2013/02/o-que-e-isso-da-qualidade-de-vida-o.html>, consultado em 18/01/2014.
- Costa, M.C.R. (2012). *Qualidade de vida em adolescentes: um estudo no 3º ciclo do Ensino Básico*. (Tese de Doutoramento não publicada). Salamanca: Facultad de Educación – Departamento de Didáctica, Organización y Métodos de Investigación. Disponível em: <http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/121136>
- Deshais, B. (1992). *Metodologias de Investigação em Ciências da Educação*. Epistemologia e Sociologia.
- Dias, M.C.P. (2012). *Motivação para a Leitura - Alunos de uma turma PIEF como mediadores de leitura*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Bragança, Portugal.
- Estrela, E et Col, (2006). *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*. (2ª ed). Publicações Dom Quixote.
- Eurydice - Rede de Informação sobre Educação na União Europeia. (1995). *A luta contra o insucesso escolar: um desafio para a construção europeia*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- Eurydice. (2007). *Organização do Sistema Educativo em Portugal*. Consultado a 14 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/euybaseer.php#portugal>.

- Ferreira, I. A. & Martinez, L. F. (2008). *Manual de diagnóstico e mudança organizacional*. Lisboa: Editora RH.
- Ferreira, M. & Nelas, P.B. Adolescências...Adolescentes... in revista Educação, Ciência e Tecnologia, Portugal, 2002. Disponível em <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium32/11.pdf> 08/02/2014.
- Fiedler, T. P. (2008). *Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação académica*. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
- GEPE. (Ministério da Educação Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação). Sistema Educativo Português. Consultado a 14 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/9html>.
- Gómez -Vela, M., Verdugo, M. A. (2004). CCVA – Cuestionario de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes. Manual de Aplicación. Madrid: CEPE.
- Gómez-Vela, M. (2002). Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos de Educación Secundaria Obligatoria con Necesidades Educativas Especiales y sin Ellas. (Tese de doctorado).Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca.
- Gómez-Vela, M. (2003). Acercamiento conceptual y empírico a la calidad de vida de alumnos de Secundaria. In: González-Gil, F. Calvo, M. I. y Verdugo, M. A. (coord.) Últimos avances en intervención en el ámbito educativo (pp .133-142).Salamanca: INICO.
- Gómez-Vela, M. (2004). La Calidad de vida de alumnos con necesidades educativas especiales y sin ellas. Elaboración de un marco conceptual y un instrumento de evaluación Educación y Diversidad- Education and Diversity. Zaragoza: Mira Editores.
- Gómez-Vela, M. y Sabeh, E. N. (2000). Calidad de Vida. Evolución del concepto y su influencia en la investigación y la práctica. INTEGRÁ, 3 (9) ,1-4.
- Gómez-Vela, M. y Verdugo, M. A. (2006). La calidad de vida en la adolescencia: evaluación de jóvenes con discapacidad y sin ella. In M. A. Verdugo (Ed.), Cómo mejorar la calidad de vida de las personas con discapacidad. Instrumentos y estrategias de evaluación (pp. 77-102). Salamanca: Amarú Ediciones.
- Gómez-Vela, M. y Verdugo, M. A. (2009). CCVA: Cuestionario de Evaluación de la Calidad de Vida de Alumnos Adolescentes (Vol.24).Madrid: CEPE.
- Gómez-Vela, M., Verdugo, M. A., González-Gil, F. y Jenaro, C. (2007). La calidad de vida de alumnos de educación secundaria: desarrollo y validación



inicial de un instrumento de evaluación. In M. A Verdugo (Ed.), *Convivencia Equidad, Calidad* (pp.769-773). Libro de actas del XIIU Congreso Nacional de Modelos de Investigación Educativa Donosita: Erein.

González-Gil, F. (2003). *Calidad de Vida en Niños Hospitalizados*. Tese doctoral. Universidad de Salamanca.

GP. (Governo de Portugal). (2013) Apresentação do Programa de Emergência Social. Retirado de: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-solidariedade-e-seguranca-social/documentos-oficiais/20110805-programa-emergencia-social.aspx>. Consultado em 25/06/2013.

GP. (Governo de Portugal). Currículo e programas Educação de Infância. Consultado a 14 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.dgicd.min-edu.pt/educaçãoinfancia/index...>

GP. (Governo de Portugal). Escola. Consultado a 14 de Outubro de 2013. Disponível em [http://portugal.gov.pt/pt os temas/escola/a escola.aspx](http://portugal.gov.pt/pt/os temas/escola/a escola.aspx).

Guia de Orientações para os profissionais da educação disponível em <http://www.portaldasescolas.pt/portal/server.pt/> e consultado a 06/02/2014.

ISS.IP., (2012). Programa Integrado de Educação e Formação - Critérios para Sinalização – Check List - Inf. n.º I/DGE/GD/2012/1919)

Le Bras, Florence, (2003). *Métodos Guias de apoio ao Estudante Profissional – Como Organizar e Redigir Relatórios e Teses*. Mem Martins: Europa América.

Leal, C. M. S. (2008). *Reavaliar o conceito de Qualidade de Vida*. Retirado: <http://www.porto.ucp.pt/lusobrasileiro/actas/Carla%20Leal.pdf>.

Lima, R.M.M. (2013). *O Profissional de Serviço Social no Acompanhamento de uma Turma no Programa Integrado de Educação e Formação*. [Projeto de Graduação]. Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Lira, F.C, Etapas da adolescência in Revista ibero americana em educação disponível em [:http://www.rieoei.org/rie\\_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3o](http://www.rieoei.org/rie_revista.php?numero=rie63a00b&titulo=Apresenta%E7%E3o) a 25/01/2013.

Luzio, A.L.G. (2006). *Novas Tecnologias Educativas e Ensino de Enfermagem um estudo sobre opiniões*. Tese de mestrado em ciências da educação. Universidade de Lisboa. <http://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/408/1/Tese%20Mestrado%20Ant%C3%B3nio%20Gil.pdf> 27/02/2014.

- Marconi, M. & Lacatos, E. (1988). *Técnicas de Pesquisa*. S. Paulo: Editores Atlas.
- Mendes, (janeiro 2011). *O PIEF sob o olhar de um Encarregado de Educação - Para lá das aparências in janela aberta agrupamento vertical de escolas de Luciano cordeiro – Mirandela*. Disponível em <http://www.slideshare.net/anaarmindaazevedo/jornal-pief-010-1>
- Miranda, V.A & Veiga. F.H. *Envolvimento na Escola: Um estudo com Jovens do 9º ano do Ensino Regular e do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Portugal disponível em [http://conf.cieae.ie.ul.pt/modules/request.php?module=oc\\_program&action=summary.php&id=400](http://conf.cieae.ie.ul.pt/modules/request.php?module=oc_program&action=summary.php&id=400)
- Nobre, M.R.C. (1995). *Qualidade de vida*. São Paulo, S.P Arq Bras Cardiol volume 64 (nº4), 1995, Consultado em <http://www.arquivosonline.com.br/pesquisartigos/Pdfs/1995/v64N4/64040002.pdf> a 18/01/2014
- Nova Enciclopédia Larousse. (1997). (Vol.1).Círculo de Leitores, Lda. e Larousse.
- Oliveira, J. B. (2004) - Desejabilidade Social: Um construto de difícil avaliação, *Psycologica*,35, 333-247. Disponível em <http://www.educare.pt/opiniao/artigo/ver/?id=12241&langid=1> acedido a 20/02/2014.
- Pereira, A. (2007). *PIEF: Um Programa de Educação e Formação*. Coleção: cadernos PEETI, 5, Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI).
- Qualidade de vida. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consultado em 2014-01-16]. Disponível em www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$qualidade-de-vida](http://www.infopedia.pt/$qualidade-de-vida)>.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. v. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. 5ª edição, Lisboa: Gradiva.
- Roldão, C. & Santos, A. (2008). *A medida PIEF coleção de opúsculos publicados no âmbito da obra comemorativa dos 10 anos do PETI, 2*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI). Consultado em [http://www.peti.gov.pt/upload\\_ftp/docs/10anos\\_livro2.pd](http://www.peti.gov.pt/upload_ftp/docs/10anos_livro2.pd)
- Roldão, M.C, Campos. J & Alves M. (2008). *Estudo Curricular da Medida PIEF Programa Integrado de Educação e Formação 2006-2007*. Edições Colibri.

- Roldão, M.C. (2008). *Ensinar em Turmas PIEF Metodologias, Recursos e Modos de Organizar o Trabalho Documento de Apoio e Formação (DAF)* disponível em <http://pt.scribd.com/doc/49892111/Ensino-em-PIEF.a30/01/2014>
- Sampaio, A.C.L. (2007). *Benefícios da caminhada na Qualidade de Vida dos Adultos*. Monografia apresentada à Faculdade de Desporto, Universidade do Porto.
- Sampaio, D. A. F (2010). *Imagem corporal e excesso de peso em adolescentes*. Dissertação de Mestrado em Biologia Humana e Ambiente, Universidade de Lisboa Faculdade de Ciências, Portugal. Disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3119/1/ulfc\\_tm\\_Daniel\\_Sampaio.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3119/1/ulfc_tm_Daniel_Sampaio.pdf) a 29/01/2014.
- Santos, A.C. (2011). *Estilos parentais e adaptação psicológica de jovens integrados no programa integrado de educação e formação*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Humanas e sociais. Universidade do Algarve.
- Schalock, R. L. (1996). The quality of children's live. In: A. H. Fine y N.M. Fine (Eds.), Therapeutic recreation for exceptional children. Let me in, I want to play. Illinois: Charles C. Thomas.
- Schalock, R. L. (1997). Three Decades of Quality of Life.
- Schalock, R. L. (1999). Hacia una nueva concepción de la discapacidad. En M.A. Verdugo y F.B. Jordán de Urries (eds).U/Hacia una nueva concepción de la discapacidad, pp.79-109.Salamnca: Amarú.
- Schalock, R. L. e Verdugo, M. A. (2003).Calidad de vida-Manual para profesionales de la educación, salud y servicios sociales. Madrid: Alianza Editorial.
- Schalock, R. L. y Verdugo, M. A. (2002).U/The concept of quality of life in human services: Handbook on Quality of life for human service practitioners. Washington: D. C. American Association on Mental Retardation.
- Schalock, R.L. (1996). Quality of life. (Vol. 1 & 2). Applications to persons with disabilities Washington, D.C.
- Sene, R.F. e Porto M. (2010). *Qualidade de Vida: Conceitos e perspectivas* consultado em <http://educacao.aaldeia.net/etapas-adolescencia/> a 29/01/2014.
- UNESCO. (1996). Educação um tesouro a descobrir - relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Disponível em:

<http://www.microeducacao.com.br/concurso/ConcursoPEBII2009/B-Delors-Educacao-Um%20Tesouro%20a%20Descobrir.pdf>.

- UNESCO. (1998). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem, 1990. Consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>.
- UNICEF. (2011). Situação Mundial da Infância 2011: Adolescência uma Fase de Oportunidades disponível em [http://www.unicef.org/brazil/pt/br\\_sowcr11web.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf) acessado a 08/02/2014.
- Verdugo, Alonso, M. A. (1996-1997). Calidad de vida y percepción del bienestar personal. MAPFRE.
- Verdugo, Alonso, M. A. (2002). Educación y calidad de vida – La autodeterminación de alumnos con necesidades especiales .In M. I. Calvo y F. González Gil: Estrategias de Intervención en la Educación Primaria y Secundaria, 129-137. Salamanca: INICO.
- Verdugo, Alonso, M. A. (Coord.).(2006). Como mejorar la calidad de vida de las personas con discapacidad .Instrumentos y estrategias de evaluación. Salamanca: Amará.
- Verdugo, M. A. y Sabeh, E.N. (2000). Calidad de Vida. Evolución del concepto y su influencia en la investigación y la práctica. Integra 3 (9), 1-4.
- Verdugo, M., Jerano, C. & Arias, B. (1995) Actitudes Sociais y profesionales Hacia las Personas con Discapacidad: Estrategias de evaluación e Intervención. In Verdugo, M. (dir.) Personas com Discapacidad (pp.79-143). Madrid: Sigli XXI Editores.
- Verdugo, R. R. and Schneider, J. M. (2005). School quality, safe schools: na empirical analysis.

## **Legislação Consultada**

Decreto-Lei 166/99 de 14 setembro.

Decreto-Lei n.º 102/2009 de 10 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 35/2004 de 29 de julho.

Decreto-Lei nº 139/2012 de 5 de julho.

Decreto-Lei nº 49/2005 de 31 de agosto.

Decreto-Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.

Decreto-Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.

Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de junho.

Decreto-Lei n.º 126/2011 de 29 dezembro.

Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março.

Decreto-Lei n.º 46/86 de 14 de outubro.

Despacho Conjunto n.º 171/2006 de 10 de fevereiro.

Despacho Conjunto n.º 882/99 de 28 de setembro.

Despacho Conjunto n.º 948/2003 de 26 de setembro.

Despacho Conjunto nº 882/99 de 28 de setembro.

Portaria 225/2012 de 30 de julho.

Portaria 292-A/2012 de 26 de setembro.

Portaria n.º 272/2012 de 4 de setembro.

Portaria nº 135-A/2013.

Resolução de Conselho de Ministros 1/2002 de 13 de janeiro.

Resolução de Conselho de Ministros nº 79/2009 de 2 de setembro de 2009.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2004 de 20 de março.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/98 de 2 de julho.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1. CCVA - Cuestionário de Evaluación de la calidad de Vida de Alumnos Adolescentes**

Caro(a) adolescente(a)

A perceção da qualidade de vida em adolescentes é um assunto que é de difícil definição. No entanto, as múltiplas exigências do mundo atual, e as mudanças sócio educativas são fatores que, dificilmente, deixam de afetar a qualidade de vida dos jovens adolescentes

Para avaliar a perceção da qualidade de vida em adolescentes, utilizamos um questionário “Qualidade de Vida Escolar dos Alunos do Ensino Básico (Verdugo y Gómez-Vela, 2002), traduzido, adaptado e validado para português por Costa, M.C.R. (2012).

Assim, e para que possamos identificar e planificar estratégias de atuação direcionadas às reais necessidades do grupo/turma contamos com a tua disponibilidade e colaboração para responder ao questionário.

Todos os dados são de carácter confidencial.

### IDENTIFICAÇÃO

Aplicador: Cargo que exerce:
Data: __/__/__      Localidade _____
Aluno _____
____ Ano de Escolaridade      Turma: _____
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Idade _____ (indicar o número de anos até à data do preenchimento do questionário).
Necessidades Educativas Especiais: Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Qual: _____
Durante o percurso escolar ficou retido alguma vez? NÃO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Se respondeu SIM, quantas vezes. _____. Número de irmãos: ____; Idades dos irmãos: ____; ____; ____; ____; ____; Andas na Escola porque; (assinala a (as) opção (ões) que melhor reflete (m) a tua resposta). Gosto <input type="checkbox"/> Sou obrigado(a) <input type="checkbox"/> É necessário <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Qual _____

**SÓCIO – EDUCATIVOS – ECONÓMICOS – FAMILIARES**

Dados	Pai	Mãe
Profissão		
Idade		
Habilitação Literária (assinala com x)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não sabe ler / escrever <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Sabe ler / escrever mas não completou a 4ª classe <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 4º Classe <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 2º Ciclo <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 3º Ciclo <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Secundário <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Bacharelato <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Licenciado <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Mestre <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Doutor <input type="checkbox"/></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não sabe ler / escrever <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Sabe ler / escrever mas não completou a 4ª classe <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 4º Classe <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 2º Ciclo <input type="checkbox"/></li> <li>▪ 3º Ciclo <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Secundário <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Bacharelato <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Licenciado <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Mestre <input type="checkbox"/></li> <li>▪ Doutor <input type="checkbox"/></li> </ul>

**SITUAÇÃO PROFISSIONAL**

**Pai:** Empregado  ; Desempregado

**Mãe:** Empregada  ; Desempregada

**Habitação:** Casa própria  ; Casa arrendada; Outra: Qual: \_\_\_\_\_

**Número de pessoas a depender dos rendimentos do agregado familiar** (incluir todas as pessoas que vivem diariamente na mesma casa ou família) \_\_\_\_\_

**Rendimento do agregado familiar é proveniente**

Pai	
Mãe	
Outro	

(assinalar com X)



### INSTRUÇÕES

Ao longo do questionário aparece uma série de frases/questões que podem estar relacionadas com diferentes aspetos da tua vida.

À frente de cada frase /questão aparecem as iniciais representadas na seguinte tabela:

<b>CT</b>	Concordo Totalmente;
<b>C</b>	Concordo;
<b>NC</b>	Não Concordo;
<b>DT</b>	Discordo Totalmente

Lê com atenção, cada uma das frases, e escolhe a resposta que melhor se adapta ao que te costuma acontecer ou sentir.

Por exemplo:

“Tenho um grande número de amigos”

Concordas muito com isso, ou seja é essa a tua realidade, marca com um quadrado a resposta **CT** – que significa – **Concordo Totalmente**;

Assim:

“Tenho um grande número de amigos” CT...C...NC...TD

Ao contrário, se a frase não tem nada a ver com o que tu sentes, ou com a tua realidade, com a tua vida, marca com um quadrado a resposta **DT**, que significa – **Discordo Totalmente**.

Assim:

“Tenho um grande número de amigos” CT...C...NC...DT

Caso te enganes, risca a resposta errada e marca com um quadrado a resposta certa.

**Lembra-te:**

**Responde com a máxima sinceridade**

**Se tiveres alguma dúvida, pergunta.**

1. A -Dou-me bem com os meus pais.	CT	C	NC	DT
1. B -Dou-me bem com os meus irmãos.	CT	C	NC	DT
2. A minha cidade/ vila/aldeia proporciona os serviços que necessito (hospitais, escolas, institutos, faculdades, centros desportivos e de lazer, ...).	CT	C	NC	DT
3. Tenho muitas coisas que outros jovens da minha idade não têm (mota, MP3, computador, telemóvel, sapatilhas, óculos de sol de marca, etc.).	CT	C	NC	DT
4. Sou feliz.	CT	C	NC	DT
5. De um modo geral, diria que sou saudável.	CT	C	NC	DT
6. A educação que estou a receber vai-me ajudar a ir mais longe no futuro.	CT	C	NC	DT
7. Tomo decisões importantes em relação à minha vida.	CT	C	NC	DT
8. Digo sempre a verdade.	CT	C	NC	DT
9. Dou-me bem com a maior parte das pessoas que conheço.	CT	C	NC	DT
10. Porto-me sempre com é devido /corretamente.	CT	C	NC	DT
11. Acho que a situação económica da minha família é pior, de que a, dos meus colegas.	CT	C	NC	DT
12. Sinto-me importante.	CT	C	NC	DT
13. Tomo medicação diariamente.	CT	C	NC	DT

14. A educação que recebo é:				
Completa	CT	C	NC	DT
Útil	CT	C	NC	DT
Adequada	CT	C	NC	DT
15. Para mim a saúde é importante.	CT	C	NC	DT
16. Sou bom perdedor.	CT	C	NC	DT
17. A - Dou-me bem com os meus avós;	CT	C	NC	DT
17. B - Dou -me bem com os meus tios;	CT	C	NC	DT
17. C - Dou-me bem com os meus primos.	CT	C	NC	DT
18. A- Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar na minha escola;	CT	C	NC	DT
18. B- Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar na minha área de residência/onde moro;	CT	C	NC	DT
18. C- Estou informado(a) quanto às atividades, nas quais posso participar fora da área da minha residência/local onde moro.	CT	C	NC	DT
19. Acho que a situação económica da minha família, é melhor, de que a de muitos, dos meus colegas.	CT	C	NC	DT
20. Sinto-me como se fosse “um zero à esquerda”( não valho nada).	CT	C	NC	DT
21. Vou ao médico frequentemente (uma vez por mês ou mais).	CT	C	NC	DT
22. Estou sempre disposto(a) a admitir que cometi um erro quando o faço.	CT	C	NC	DT

23. Sou uma pessoa bastante independente.	CT	C	NC	DT
24. Nunca disse nada mal-intencionado, sobre ninguém.	CT	C	NC	DT
25. Se necessitasse, os meus amigos ajudar-me-iam.	CT	C	NC	DT
26. Os meus direitos são respeitados.	CT	C	NC	DT
27. A – Os meus pais dão-me uma semanada/mesada que me permite comprar o que necessito.	CT	C	NC	DT
27. B – Os meus pais dão-me uma semanada/mesada que me permite poupar	CT	C	NC	DT
28. De um modo geral, estou satisfeito com a minha vida.	CT	C	NC	DT
29. Tento levar uma vida saudável.	CT	C	NC	DT
30. Sou capaz de desenvolver um bom papel em muitas atividades em que participo (culturais, desportivas etc.).	CT	C	NC	DT
31. Sou uma pessoa autónoma.	CT	C	NC	DT
32. A educação que recebo é:				
Incompleta	CT	C	NC	DT
Desadequada	CT	C	NC	DT
33. Há alguém na minha vida que me ouve, que cuida de mim, que gosta de mim e com quem gosto de estar.	CT	C	NC	DT
34. A – Na minha escola há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...).	CT	C	NC	DT

34 B – Na minha residência/local onde moro há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...).	CT	C	NC	DT
34 C – Fora da área da minha residência/local onde moro há muitas atividades em que posso participar (campeonatos, clubes, grupos de ocupação de tempos livres, ...).	CT	C	NC	DT
35- Tenho um quarto só para mim.	CT	C	NC	DT
36. Não tenho preocupações em demasia, que façam com que, a minha vida seja difícil.	CT	C	NC	DT
37. Nunca tomo decisões, outros, as tomam por mim (por exemplo são os meus pais que decidem o curso que devo seguir).	CT	C	NC	DT
38. O que consegui até agora na escola é resultado do meu esforço.	CT	C	NC	DT

39. Apesar de, os meus pais e professores me darem conselhos sobre o que é melhor para mim, a última palavra é sempre minha.	CT	C	NC	DT
40. Nunca fui mal-educado(a) com os meus pais.	CT	C	NC	DT
41. Se necessitar de ajuda, sei que tenho pessoas, com as quais posso contar.	CT	C	NC	DT
42. Gostaria de ter mais oportunidades na minha aldeia/vila /cidade, nos meus estudos, nas minhas atividades de lazer (...).	CT	C	NC	DT
43. A minha casa é confortável.	CT	C	NC	DT
44. Gosto do meu corpo.	CT	C	NC	DT
45. Tenho problemas de saúde permanentes do tipo visual, auditivo e/ou físico.	CT	C	NC	DT
46. A maior parte dos professores são bastante bons na sua matéria /disciplina	CT	C	NC	DT
47. Os meus pais controlam totalmente a minha vida.	CT	C	NC	DT
48. Peço sempre desculpa quando faço ou digo algo de errado.	CT	C	NC	DT
49. O relacionamento com a minha família é difícil.	CT	C	NC	DT
50. Participo em bastantes atividades na escola e fora da escola (equipas desportivas, associações culturais, grupos de jovens, etc.).	CT	C	NC	DT
51. O ordenado/salário dos meus pais não permite que tenhamos caprichos /excessos.	CT	C	NC	DT
52. De um modo geral estou contente com	CT	C	NC	DT

a minha vida.				
53. O meu estado de saúde não é bom.	CT	C	NC	DT
54. Sinto-me incapaz de passar a certas matérias/disciplinas.	CT	C	NC	DT
55. Não tenho escolha em quase nada, tudo me é imposto (o que devo estudar e quando, a maneira como me visto, com quem devo sair, a hora de chegar a casa, etc.).	CT	C	NC	DT
56. De um modo geral, gosto de chatear os outros.	CT	C	NC	DT
57. Tenho um bom número de amigos.	CT	C	NC	DT
58. A-. Acho que na escola, todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de serem diferentes.	CT	C	NC	DT
58. B-. Acho que na minha residência/local onde moro, todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de serem diferentes.	CT	C	NC	DT
58 C-. Acho que fora da minha residência/local onde moro todos os tipos de pessoas são respeitados apesar de serem diferentes.	CT	C	NC	DT
59. O trabalho dos meus pais permite-nos viver bem.	CT	C	NC	DT
60. Sinto-me bem comigo mesmo(a).	CT	C	NC	DT
61. Estou contente com a atenção que recebo dos hospitais e centros de saúde quando deles necessito.	CT	C	NC	DT
62. A -Todos os dias, tento aprender sobre mim mesmo(a).	CT	C	NC	DT
62. B - Todos os dias, tento aprender sobre	CT	C	NC	DT

coisas que me possam ser úteis.				
63. Quem manda ou controla a minha vida sou eu.	CT	C	NC	DT
64. A- Nunca me castigaram/repreenderam em casa.	CT	C	NC	DT
64. B- Nunca me castigaram/repreenderam na sala de aula.	CT	C	NC	DT
65. A minha cidade /vila/aldeia não tem muitos serviços de que necessito (hospitais, faculdades, lugares de lazer, (...)).	CT	C	NC	DT
66. Respeito sempre os direitos dos outros.	CT	C	NC	DT

Verifica se respondeste a todas as questões

Muito obrigada pela tua colaboração!



## **Anexo 2. Autorização da Direção Geral da Educação**

De: **mime-noreply@gepe.min-edu.pt**  
Enviada: terça-feira, 31 de dezembro de 2013 11:04:03  
Para: rosacarvalhodinis@hotmail.com;

Exmo.(a)s. Sr.(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0405400001, com a designação “ *Cuestionário de Evaluación de la calidad de Vida de Alumnos Adolescentes (CCVA)*” (Verdugo y Gómez-Vela, 2002), traduzido, adaptado e validado para português por Costa, M.C.R. (2012)., registado em 06-12-2013, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo.(a) Senhor(a) Dr.(a) Rosa Maria Carvalho Dinis

Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo porém atender-se às observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos  
José Vitor Pedroso  
Diretor de Serviços de Projetos Educativos DGE

### **Anexo 3. Pedido de Autorização aos Encarregados de Educação**

#### **Exmo. Sr. Encarregado de Educação**

A perceção de qualidade de vida em adolescentes é um assunto que é de difícil definição. No entanto, as múltiplas exigências do mundo atual e as mudanças socioeducativas são fatores que, dificilmente deixam de afetar a qualidade de vida dos jovens adolescentes.

Para avaliar a perceção de vida em adolescentes utilizamos um questionário Qualidade de Vida Escolar dos Alunos do Ensino Básico (Gómez – Vela y Verdugo, 2002).

Para proceder à aplicação do questionário, contamos com a colaboração dos alunos, no preenchimento do questionário. Neste sentido, solicito a Vª Ex., se digne autorizar o seu educando, a colaborar no preenchimento do respetivos questionário. Este será dado a preencher aos alunos, pelo Técnico de Intervenção Local.

Escola \_\_\_\_\_ 2013/2014

Nome do aluno: \_\_\_\_\_ Turma \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_

AUTORIZO \_\_\_\_\_; NÃO AUTORIZO \_\_\_\_\_

(assinalar a opção desejada com um x)

Encarregado(a) de Educação: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebi \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

Aplicador \_\_\_\_\_

Grata pela atenção dispensada

A Técnica de Intervenção Local

Rosa Maria Carvalho Dinis

#### **Anexo 4. Pedido de Autorização aos Diretores de Escola**

Exmo. Senhor(a) Diretor(a)

Eu, Rosa Maria Carvalho Dinis, Técnica de Intervenção Local alocada ao Projeto PAQPIEF de Mondim de Basto venho por este meio solicitar a sua autorização/colaboração para a aplicação do questionário Qualidade de Vida Escolar dos Alunos do Ensino Básico (Gómez – Vela y Verdugo, 2002), com vista à preparação da dissertação de Mestrado em ciências de Educação, cuja temática versa a Avaliação da Qualidade de Vida de adolescentes integrados no PAQPIEF, de forma a poder concretizar com sucesso o meu trabalho de investigação.

Certa de que, o diagnóstico e a avaliação da perceção da Qualidade de vida dos adolescentes constituirão instrumentos relevantes para a promoção do bem-estar dos adolescentes, contamos com a compreensão, aceitação e autorização de Vossa Excelência.

Junto anexo: Documentos relativos ao processo.

Mais informo que estou ao dispor para qualquer esclarecimento de dúvidas.

Grata pela atenção dispensada.

A Técnica de Intervenção Local

Rosa Maria Carvalho Dinis

## Anexo 5. Tabelas dos 7 fatores/dimensões

Qualidade de Vida de Adolescentes – Um estudo no 3º Ciclo do Ensino Básico PAQPIEF

Fator/Dimensão		BEM ESTAR-EMOCIONAL (BE)																															
Itens		4				12				28				36				44				52				60							
Escala		CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT
Alunos																																	
MONDIM DE BASTO	1	x				x					x				x				x								x				x		
	2		x				x					x				x			x									x			x		
	3	x				x					x				x												x				x		
	4	x					x				x				x												x				x		
	5	x						x			x				x												x				x		
	6	x					x				x				x												x				x		
	7	x				x					x				x												x				x		
	8	x					x				x				x												x				x		
	9	x						x			x				x												x				x		
	10	x						x			x				x													x				x	
	11	x					x				x				x														x		x		
	12		x					x				x			x						x						x				x		
	13	x					x				x				x						x						x				x		
	14	x						x			x				x						x						x				x		
	16		x					x			x					x					x						x				x		
	VILA POUÇA AGUIAR	1	x							x		x					x				x							x				x	
2		x					x				x				x					x							x				x		
3		x							x		x									x							x				x		
4		x					x				x				x		x			x							x				x		
5			x				x				x					x					x						x				x		
6		x							x		x				x					x							x				x		
7			x				x				x				x					x							x				x		
8		x				x					x				x					x							x				x		

















Qualidade de Vida de Adolescentes – Um estudo no 3º Ciclo do Ensino Básico PAQPIEF

Fator/Dimensão		BEM ESTAR FÍSICO (BF)																															
Itens		5				13				15				21				29				45				61							
Escala		CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT
Alunos																																	
MONDIM DE BASTO	1			x			x				x								x		x						x				x		
	2	x						x			x								x					x				x			x		
	3	x							x		x								x										x		x		
	4	x							x		x									x									x		x		
	5	x							x		x								x										x		x		
	6	x							x		x						x												x			x	
	7	x							x		x								x										x				
	8	x							x		x						x												x			x	
	9	x							x								x												x				
	10			x									x								x											x	
	11	x											x																			x	
	12	x							x								x															x	
	13	x											x								x											x	
	14	x											x																			x	
	15	x											x																			x	
VILA POUÇA AGUIAR	1	x							x				x																			x	
	2	x											x																			x	
	3	x											x																			x	
	4			x									x																			x	
	5				x																											x	
	6	x											x																			x	
	7												x																			x	
	8	x											x																			x	



Qualidade de Vida de Adolescentes – Um estudo no 3º Ciclo do Ensino Básico PAQPIEF

Fator/Dimensão		AUTODETERMINAÇÃO																															
		7				23				31				39				47				55				63							
Itens		CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT				
Pontuação		CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT	CT	C	NC	DT
Alunos																																	
MONDIM DE BASTO	1	x					x				x				x				x				x				x				x		
	2		x					x			x				x				x					x				x				x	
	3	x						x				x					x	x						x					x				x
	4		x				x				x				x				x						x					x			
	5	x						x				x			x				x					x							x		
	6		x				x				x					x			x						x						x		
	7		x				x				x				x				x					x							x		
	8	x					x				x						x	x						x							x		
	9	x					x					x			x				x										x				
	10	x							x	x							x				x						x						x
	11	x					x				x					x			x								x						x
	12	x					x				x					x			x								x						x
	13	x					x				x					x			x								x						x
	14		x				x					x					x		x						x								x
	15	x					x					x					x		x								x						x
VILA POUCA DE AGUIAR	1	x					x				x					x			x								x						
	2			x			x				x					x			x								x						
	3	x					x					x					x				x						x						x
	4		x					x			x					x			x									x			x		
	5			x					x			x				x					x							x					x
	6	x					x				x					x			x								x						x
	7	x						x			x					x			x								x						x
	8	x					x						x	x					x								x						
	9		x				x				x				x										x				x	x			

Qualidade de Vida de Adolescentes – Um estudo no 3º Ciclo do Ensino Básico PAQPIEF

	10		x					x		x			x					x						x					
	11			x			x			x			x					x						x					
MONTALEGRE	1		x			x				x			x					x					x						
	2	x					x			x			x					x					x						
	3		x				x			x			x						x				x						
	4		x				x			x			x						x				x						
	5	x						x	x					x									x						
	6	x						x		x			x										x		x				
	7	x					x						x										x		x				
	8	x					x				x			x									x		x				
	9	x						x			x			x									x			x			
	10	x							x	x				x									x			x			
	11	x						x			x				x								x			x			
	12	x							x		x				x								x			x			
CHAVES	1		x				x				x		x									x			x				
	2			x			x				x		x									x	x			x			
	3		x					x			x											x				x			
	4		x					x			x				x								x			x			
	5		x						x		x				x								x			x			
	6	x						x			x				x								x			x			
	7	x							x		x				x								x			x			
	8		x							x					x								x			x			
	9	x							x						x								x		x				
	10		x						x		x				x								x			x			
	11		x						x		x				x								x			x			
<b>Total</b>		27	18	4	0	9	24	11	5	14	28	6	1	23	15	7	4	14	17	13	5	8	20	15	6	10	18	17	4





